Impresso na Gráfica Editôra Brasileira Ltda., à rua
Luís Gama, 185 — São Paulo, Brasil, em 1960.

Humberto de Campos
(Da Academia Brasileira de Letras)

Um sonho de pobre

Obra póstuma

W. M. JACKSON INC.
EDITORES
Rio de Janeiro — São Paulo — Pôrto Alegre — Recife

Esta edição das Obras Completas de Humberto de Campos foi impressa, segundo os desejos dos herdeiros do autor, na ortografia do acôrdo do ano de 1931 entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, do qual o autor foi um dos signatários e cujo vocabulário foi publicado em 1933.

I

UM SONHO DE POBRE

EU passei tantos anos da minha vida em Icaraí, e viajava, então, tantas vezes, diàriamente, nas barcas da Cantareira, que, ainda hoje, quando sonho que estou residindo em Niterói fico a dar voltas na cama, na idéia de que estou passando na *borboleta*. E, esta noite, quasi viro ventilador, como o judeu da anedota, de tantas viagens que fiz.

Na ausência de Freud, e de qualquer dos seus seguidores nacionais, procurei, eu próprio, decompor e explicar o meu sonho. Eu havia, ontem, lido nos jornais o noticiário sôbre a greve da Cantareira Fluminense e, com atraso, a petição de uma senhora pedindo a recomposição do corpo da sua própria mãe, decapitada e esquartejada pelos rapazes da Faculdade de Medicina do Estado do Rio. A velha dama falecera em um

hospital de Niterói. Informada do óbito, a filha correu a tomar conta do cadáver, para a inumação piedosa e conveniente. Mas chegou tarde, porque, diz ela, o meu eminente amigo professor Fernando Terra, diretor da Faculdade, já o havia removido para o anfiteatro da sua escola, destinando-o aos estudos de anatomia dos seus discípulos. Na Grécia, foi Orfeu despedaçado pelas Ménadas, que não estudavam medicina, nem nada. Em Niterói é uma veneranda senhora que paga o seu tributo à ciência, caindo sob o bisturí de algumas centenas de jovens, que andam a pesquisar nos domínios da Morte os profundos e eternos segredos da Vida... Entrou, em suma, como complemento do sonho, o exame, por mim mesmo, de duas chapas radiográficas da minha própria carcassa, tiradas pelo Dr. Lauro Côrtes, as quais compreendiam espinha e cabeça. Partidário do *Nosce te ipsum* de Sócrates ou da sibila Femonóe, tinha-me eu detido a contemplar as originalidades do meu próprio esqueleto antegozando o susto que vou meter aos que me forem exumar, quando as pálpebras me deram sinal de *sono à vista!,* e eu me recostei, e dormí. Dormí, e, no sonho que sùbitamente me assaltou, encontrei-me de viagem para Niterói. Acabava de sentar-me em um dos bancos da barca, próximo à caldeira, quando alguém me toca o ombro. Era o Dr. Fernando Terra.

— Olá! Que faz o amigo por esta terra? — saudou êle.

— E o dr. Terra que faz por êste mar?

O diretor da Faculdade de Medicina fluminense abancou-se a meu lado, e entrámos a palestrar. Palestra de barca, feita sob medida. Palestra em que se escolhe o tamanho do assunto de acôrdo com o tempo que falta para a barca atracar.

— O senhor não imagina, — começou o ilustre homem de ciência; — o senhor não imagina como ando contrariado aquí em Niterói. A falta de...

— De dinheiro? O Doutor anda perseguido pelos cadáveres? Console-se comigo!

— Não! Não, senhor! — atalhou êle com veemência. — Pelo contrário! Os cadáveres é que andam perseguidos por mim!

— Ahn!

— Como o senhor não ignora, de todas as carreiras, a medicina é a que atrai, na hora presente, maior número de rapazes. Cada ano saem das escolas superiores do país mais de mil brasileiros jovens, autorizados a exercer o seu apostolado na pele, na carne, no osso e no tutano do próximo. E cada ano entram para os lugares que êles deixaram nos bancos das Faculdades novas centenas de candidatos. Como consequência, começaram a faltar corpos humanos para os estudos. A procura valorizou o produto. E de tal modo, que é mais fácil, hoje, um cadáver encontrar um estudante, do que um estudante encontrar um cadáver. Em Niterói, principalmente, um defunto está, agora, pela hora da morte!

— Não morre ninguém?

— Morrer, morre. Mas a questão, é que o defunto que vai para a Faculdade, servir de campo de pesquisas ao estudante, é ùnicamente o que passa pelo necrotério: é preciso que o sujeito haja sido assassinado, e não tenha parente que o sepulte.

— O Doutor já experimentou mandar matar alguém?

— Já. Os rapazes da Faculdade têm animado alguns valentões a enfiar a faca no bucho alheio. E o resultado tem sido nulo. Duas ou três mortes, e acabou-se. Que são, porém, dois ou três defuntos para mais de oitocentos rapazes armados de bisturí? Nada! Quando aparece um cadáver no anfiteatro da nossa Faculdade, é tanta gente em cima dêle que me vem logo à lembrança a afluência dos pintos lá em casa quando se atira uma casca de banana no quintal!

Fez-se um silêncio ligeiro, e o Dr. Terra tornou, a voz macia:

— O senhor não leu o que alguns jornais de Niterói publicaram a seu respeito?

— Não, senhor.

— Pois, olhe: eu, no seu caso, não aguentava! Ia à redação, e metia seis balas no primeiro sujeito que encontrasse lá dentro!

— Mas, em que redação, Doutor? Qual é o jornal?

— Qualquer um. A imprensa é uma só. E o senhor está na obrigação de vingar-se! Não se faça de fraco! Não aguente desafôro!

E ao meu ouvido:

— A Faculdade dá-lhe quinhentos mil réis pelo defunto!

— E se eu morrer, Doutor?

Um sorriso terrível iluminou o rosto do meu velho e bondoso amigo. As suas pupilas se acenderam, numa alegria sinistra.

— Se o senhor morrer?

Correu-me os olhos de cima abaixo, contemplando as anomalias da minha figura.

E com entusiasmo, apertando-me a mão com vivacidade:

— Dou-lhe um conto de réis!...

Despertei consolado. O sonho havia me revelado que eu sou, pelo menos em Niterói, um homem de *valor*...

II

REFLEXÕES SÔBRE A MORTE

O pavor da morte não é, absolutamente, como já se escreveu no Brasil, uma criação do romantismo, ou uma fobia por êle agravada. Êle é mais remoto e tem, possìvelmente, as suas raízes novas, e mais profundas, no catolicismo medieval. A antiguidade desconhecia inteiramente, pelo menos sob a sua forma atual, êsse terror que acovarda, hoje, o homem do ocidente. "En una sociedad asi constituida, — comenta Pompeyo Gener, após uma descrição da sociedade grega; — en una sociedad asi constituida la Muerte no podia revestir aspecto lugubre por ninguno estilo; era tan tranquila como la caida de la tarde de un dia apacible; como se vivia bien, no se podia morir mal". E em outra passagem: "Gloriabanse los griegos de morir de una mane-

ra tranquila y hasta estetica. Con que dignidad caiam los combatientes! Como se cubrian con el manto ó con el escudo para no infundir terror á los que pudieran verles! Qué grandes ejemplos del bien morir los que nos legaron aquellos ciudadanos, que en su ultima hora reuniam sus amigos y sus deudos, e se despediam de ellos con la conciencia serena, y con la conviccion de haber llegado tal cual debian al fin de su carrera animándoles á que fueran útiles, á si mismos, y á la Republica!" A morte, para êles, era apenas uma viagem de repouso, merecida por aqueles que haviam vivido dignamente. Os termos que porventura se referiam a essa transformação da matéria nada possuíam de fúnebre, de sinistro, de macabro, em língua grega. O seu étimo não tinha a mínima relação com a idéia de eliminação ou de extermínio. Punha-se máscara no rosto do morto, para evitar o espetáculo da deformação, perfumava-se a câmara mortuária, sendo proibidos por lei os

enterros de dia, para não perturbar a vida laboriosa ou jovial das cidades. A mitologia, consubstanciando-a em Tanatos, fizera dêste, apenas, filho da Noite e irmão do Sono. Mesmo assim quasi ninguém lhe pronunciava o nome, nem lhe rendia culto público, para que a lembrança dessa viagem não viesse perturbar a festa dos vivos. Ainda no século VI da nossa era, é com jovialidade que Rufino se refere à Morte num epigrama da *Antologia*: "Banhemo-nos, coroemo-nos de rosas, Pródico. Para beber, tomemos as taças maiores. Bem curta é a vida: gozemo-la. A velhice virá breve perturbar os nossos prazeres. E a morte é o fim de tudo". Outro epigrama anônimo, encontrado na Ásia menor e que se supõe do III século, olha a morte com a mesma sobranceria: "Amigo, salve! Morrer não é um mal, porque assim estabeleceu o destino; mas morrer antes da idade, e antes de seu pai e de sua mãe". Mais eloquente é, porém, a história de Cléobis e Biton, que Solon nos

conta pela pena de Herôdoto e constituía o ornamento, em baixo-relêvo, da 18.ª coluna do templo de Apolônia, em Sizica. Não sendo encontrada a junta de bois que devia conduzir sua mãe ao templo de Hera, em Argos, Cléobis e Biton, atletas duas vezes coroados nos jogos públicos, jungiram-se ao carro, e levaram-na através de quarenta e cinco estádios (duas léguas) de caminhos ásperos, a cumprir a sua promessa. Com o coração transbordante de júbilo e orgulho pelo ato dos filhos, pede a anciã à deusa que conceda a estes a maior ventura com que os céus pudessem, na terra, brindar um mortal. A deusa escutou-lhe a súplica: nessa mesma tarde Cléobis e Biton adormeceram no templo, e morreram durante o sono.

A Índia não foi menos prudente preparando o homem para a contingência irremediável da morte. A filosofia e as religiões hindús tendem, fixamente, ao desprêzo da vida e ao aniquilamento. A morte é a suprema felicidade, a eterna ventura, o prêmio conquistado com a pena de ter vivido. E o mesmo se vai encontrar na China, onde os filósofos não aventuram, jamais, explicações categóricas daquilo que não conhecem.

— Mestre, que é a Morte? — pergunta a Confúcio, um dia, um dos seus discípulos.

E o filósofo:

— Como poderemos nós saber o que é a Morte se ainda não sabemos o que é a Vida?

Os romanos, com a soturnidade do espírito que o contacto com o pensamento grego posteriormente suavizou, não possuíam inicialmente a filosofia amável ou consoladora daquele diante do problema da morte. Mas não a temiam como nós, senão por desprêzo dela, ao menos para maior dignidade da vida. "Há um pensamento, — aconselha Cícero *(De senectute,* 74), — sôbre o qual é preciso meditar desde a juventude: o desprêzo da morte, sem o qual nenhum homem poderá viver tranquilo. Nós poderemos morrer, talvez hoje mesmo. Se temerdes a

morte que paira sôbre vós a todo instante, como podereis ter uma alma forte?" E em outra passagem (*Tusculanæ*, 1,38): "A natureza nos deu o gôzo da vida, como se empresta dinheiro sem fixar a data da restituição. Por que nos queixarmos que ela nô-la retome quando lhe apraz? Nós não a temos senão sob essa condição". Sílio Itálico dirá, no século seguinte, que o direito de morrer é o maior bem que a natureza facultou ao homem: *Nullo nos invida tanto armavit natura bono quam janua mortis quod potet*. Nem todos os romanos são, porém, sábios ou filósofos. "E' menos doloroso morrer do que temer a morte" (*Crudelius est quam mori semper mortem timere*), dirá Séneca, numa das suas máximas. E nas *Epístolas*: "Não há ninguém, por mais desarrazoado, que ignore que se tem de morrer um dia; entretanto, quando sente aproximar-se o seu fim, o homem recua, treme e chora". A superioridade diante da morte é, em Roma, patrimônio de sábios e filósofos: de um Séneca, de um Petrônio, de um Cano Júlio. Na Grécia, porém, ela faz parte do espírito público e constitue, mesmo, uma virtude nacional. A paz espiritual de Sócrates, de Fócion ou de Terameno, bebendo a cicuta como quem esvazia o seu copo ao erguer-se de um banquete, é, para o grego, um ato natural. O filósofo Saint-Martin observava, no século XVIII, para demonstrar a extensão da vaidade humana, que os homens se admiravam de morrer, e não se admiravam de nascer. O grego, na sua sabedoria, que os filósofos lhe ensinavam e a religião consolidava, equiparavam, na mecânica da natureza os fenômenos da vida e da morte. Entravam na vida sem surpresa; saíam dela com serenidade.

O cristianismo, ao nascer, ressentiu-se do espírito contemporâneo entre os povos em que se desenvolveu. Interpretando as palavras de Jesús e dos Apóstolos de acôrdo com a sua mentalidade nacional, os primeiros cristãos, — gregos, judeus, africanos ou

estrangeiros expatriados em Roma, — realizaram o suicídio em massa, na crença de que, lavado o pecado pelo ato da morte, todos se iam reunir ao lado do Salvador, no reino da bem-aventurança. *Mort hæc reparatio vitæ est,* — proclama Prudêncio, poeta cristão do IV século. Pouco a pouco, porém, vai o espírito católico modificando o ideal primitivo. A Idade-Média dá nova arquitetura ao Inferno, tomado a romanos e gregos, e põe, nele, o Diabo.

III

PRO DOMO MEA...

OS professores cegos do Instituto Benjamim Constant apresentaram ao chefe do Govêrno Provisório um memorial, no qual pedem providências contra a injustiça de que foram vítimas, e que se consubstanciou no corte dos seus vencimentos como membros do magistério. Dizem êles que, tendo poupado todos os quadros do ensino, a comissão encarregada de organizar o orçamento do Ministério da Educação condenou ùnicamente os professores sem olhos. Supunha, talvez, essa comissão, que os cegos não dariam por isso. E eis que êles, examinando pelo tato a fôlha em que vinha a verba que lhes era destinada, verificaram a diferença de algarismos. E vieram para a rua advogar os interêsses da classe.

Ao que parece, têm sido inúteis os esforços até agora empregados por êles pe-

rante os ministros a que têm recorrido. E qual o motivo dêsse insucesso? Pesquisando com atenção, eu só vejo um. Os cegos andam na rua, como se sabe, cada um com o seu cajado. Em uma cidade em que só é permitido o uso do punhal e do revólver, escondidos no cós ou no bolso trazeiro da calça, não deixa de causar alarma, de fato, um homem armado de cacete, embora vá batucando com êsse cacete pelas calçadas, como quem anda procurando um inimigo no escuro. E mais alarmante é, ainda, a presença de vários homens reunidos e assim armados, em busca de um membro do Govêrno para fazer uma reclamação ou um pedido.

Os cegos do Instituto não me procuraram nem me procurarão, para encarregar-me da defesa dos seus interêsses. Êles sabem que eu estou a caminho da casa dêles, como companheiro para o resto da vida, e preferem esperar por mim a sair ao meu encontro. E é por isso que eu aquí estou,

pedindo por êles. Pedindo por êles e por mim, pois que estou certo de que, em breve, estaremos trabalhando juntos.

Advogado, assim, de mim mesmo, eu quero que os homens públicos reflitam sôbre a gravidade do golpe desferido nessas criaturas que, apesar de cegos, se votam a uma profissão procurando tornar-se úteis aos seus semelhantes, pondo-lhes no espírito os olhos que Deus lhes arrancou do rosto. Os cegos têm um mundo estreito, limitado, e que se acaba no lugar em que não chegam mais os seus dedos. Êsse mundo é povoado de poucas ambições, e de alegrias tão raras que mal chegam, todas reunidas, para cobrir a menor das suas desgraças. Entre essas alegrias, está o trabalho, e a recompensa dêsse trabalho. O dinheiro, para êles, tem uma significação que os homens de olhos sadios não podem compreender. Para que deseja o cego uma remuneração mais alta? Para gastar com mulheres? Para ir a pândegas? Para passear de automóvel, beber

champagne ou ir a teatros em que bailam artistas semi-nuas? Não; o dinheiro do cego é honesto e santo porque êle só o pode utilizar na sua casa, no seu lar, comprando com êle o confôrto e o carinho numa intimidade triste, mas consoladora. Se o professor pobre, que tem vista, padece quando lhe tiram um pedaço do seu pão, que torturas povoarão a alma de um cego quando lhe é desequilibrada a economia, e êle não sabe onde irá buscar o pedaço de pão que lhe falta!...

Não! O sr. ministro da Educação não pode desamparar os cegos que lhe foram tatear à porta do Ministério. E não é crível, igualmente, que os esqueça o chefe do Govêrno Provisório. Cada um de nós tem o dever de suportar uma desgraça. Duas, porém, é demais. Ao cego deve bastar o tormento da sua cegueira. Acumular cegueira e miséria, é infortúnio que os homens que possuem as moedas de ouro dos olhos não podem consentir. Impedir essa fatalidade

é dever dos que possuem coração. E o chefe do Govêrno Provisório já tem provado que o tem.

Antes que a vista me falte de todo, eu quero deixar perfeitamente definida a situação dos professores do Instituto Benjamim Constant. Eu preciso ter, lá, um lugar que me assegure, pelo menos, a alpiste destinada a um passarinho que ainda não sabe apanhá-la com o próprio bico.

Atenda, pois, o Govêrno, o pedido dos cegos. E não me desanime, a mim, que estou velho, já, para aprender a fazer vassouras...

IV

VISITA DE IRMÃOS

ESTIVERAM, ontem, em minha casa, dois cegos, professores do Instituto Benjamim Constant. Conduzidos por um menino que os levou até à porta e comprimiu, para êles, o botão da campainha, entraram, chegados muito um ao outro, e sentaram-se nas cadeiras que lhes foram postas sob a mão. Quando penetrei no meu gabinete, já se achavam, alí, quietos e silenciosos. Estendí-lhes a mão. Sentei-me entre êles. Dirigí-lhes a palavra. E ficámos a conversar os três na doçura da tarde que morria lá fora, sôbre cousas que não interessam senão aos homens que não têm olhos.

Pela leitura que lhes haviam feito das minhas crônicas os professores cegos do Instituto Benjamim Constant tinham tido notícia de que eu havia preparado, já, a baga-

gem do espírito, para lhes ir fazer companhia. E mandaram, então, aqueles dois companheiros para cientificar-me dos votos feitos na escuridão da sua noite, no sentido de que me não sucedesse tal desventura; mas também, para dizer-me que, se isso se verificasse, tivesse eu a certeza de que alí me não faltariam amigos.

A visita era, realmente, para comover, e as palavras, para consolar. E eu me sentí comovido e consolado. O mundo da inteligência, dispõe, na verdade, de recursos tão vastos, que, quando se encontra um homem inteligente e êsse homem nos mostra os tesouros da sua cultura e da sua imaginação, se tem a impressão de que os olhos são, na vida, uma superfluidade, e podem ser dispensados, por desnecessários. E foi essa a que me deixou o professor Espínola Veiga, que leciona, como catedrático, no Instituto, francês e inglês, e cuja palestra animada e correntia revela um homem não só perfeitamente conformado com o seu destino, mas

até, satisfeito com êle, pois que conseguiu, na treva em que vive, conhecimentos difìcilmente adquiridos pelos homens a quem Deus dá o sol durante o dia, e as indústrias oferecem, à noite, a vela, o bico de gás e a lâmpada elétrica.

Não é essa, aliás, a primeira missão encorajadora que me mandam os cegos do Brasil. Não há muitos meses, recebia eu de Belo-Horizonte uma carta, em que o signatário me fazia a apologia da cegueira, achando que essa noite imensa está cheia de tantas e tão lindas estrêlas que aquele que nela vive não tem a menor saudade do dia. Tudo depende da capacidade que se tenha para descobrí-las. E, como confirmação, mandava-me um folheto, em que expusera os elementos dessa convicção. Na visita de ontem, falei dessa carta e dêsse folheto ao professor Espínola. E êle:

— Deve ser do Aires Machado.

— Cego?

— Sim; cego. O Aires estudou aquí, no Benjamim Constant. Depois, foi para Belo-Horizonte, especializou-se em língua portuguesa, e dá consultas alí, sôbre questões de linguagem.

— E os conhecimentos, como êle os obtém? O senhor, professor de inglês e francês, importa os seus livros editados no alfabeto dos cegos, mas, o professor Aires, como pode estudar, se não há, nesse alfabeto, livros em nosso idioma?

— O Aires manda ler, e retém. Todos nós, professores cegos, temos secretários videntes, que lêem para nós. E isso torna a nossa vida mais dispendiosa. A vida de um cego é mais onerada que a de um homem que tenha vista.

— As pessoas que têm olhos supõem o contrário...

— E é um engano, acredite-me o senhor. Basta refletir sôbre o seguinte: um cego, para locomover-se, precisa de um guia, geralmente um menino. Tem que pagar êsse guia. Para instruir-se, tem que importar livros em caracteres para o tato, os quais custam oito vezes mais que os livros comuns. E como tem de conhecer, também, o que se ensina nos livros comuns, tem que pagar um secretário, para ler por êle. Um cego precisa, em suma, de três pessoas, com êle, para realizar um trabalho que um homem que tem vista realiza sòzinho.

— E são bem remunerados os professores cegos? — indaguei.

O professor Espínola sorriu, com tristeza. E, em seguida:

— Eu precisaria contar ao senhor, como resposta, toda uma história muito longa e muito triste.

Um instante de silêncio, e, com a sua voz segura, pausada e penetrante, começou:

— Quando se proclamou a República, o dr. Benjamim Constant, que conhecia perfeitamente as necessidades de um cego por ter vivido entre êles, equiparou os vencimentos de um catedrático do Instituto aos

dos catedráticos do Pedro II, então Ginásio Nacional. Durante muitos anos ganharam êles 700$000, até que, com os aumentos gerais no govêrno Washington Luiz, passaram a perceber 1:400$000, exatamente como os do Pedro II. Os professores do Instituto de Música requereram, porém, equiparação dos seus vencimentos aos dos professores do Benjamim Constant. O govêrno, não podendo atendê-los, reduziu os nossos vencimentos, de modo que um catedrático cego tem, hoje, apenas 1:000$000. Não sendo permitido que morem no Instituto, têm êles de sustentar família, pagar casa, guias, livros e secretários com essa quantia.

Os professores do Instituto de Música podem lecionar estranhos e exercer outros misteres. Mas um cego, que pode êle fazer, fora da sua cadeira oficial? E nós somos tão poucos! Uns nove, apenas, e alguns auxiliares, que ganham a metade do que ganhamos... Com quarenta ou cincoenta contos, quanta necessidade seria suprida!

Quanta alegria em nossas casas! Quanta claridade consoladora na nossa noite!...

Nesse momento chegava meu filho pequeno com três cálices de licor em uma bandeja. Distribuiu-os. Os meus dois visitantes cegos tomaram os seus entre os dedos, sem que dêles caísse uma gota, e beberam à minha saúde e à ressurreição dos meus olhos. Um dos cálices havia, porém, entornado no tapete.

Percebí a mancha e fiz um gesto de pena, lamentando os meus dois amigos. Meu filho soprou-me, porém, ao ouvido:

— Não foram êles não, papai.

E, por sua vez, com pena de mim:

— Foi o senhor...

V

PAQUETÁ, ASILO DAS AVES DESAMPARADAS

O sr. Interventor no Distrito Federal prometeu, domingo último, em Paquetá, oficializar a Festa das Aves, e fornecer àquela ilha da Guanabara os recursos para assegurar, e tornar mais amável, a vida dos seus pássaros. Vão ser interditas, alí, as gaiolas. As baladeiras serão consideradas arma proibida. A tela do viveiro não limitará mais o surto de uma asa. E a ínsula, que é hoje Paraíso dos homens, passará a ser também Paraíso dêsses enfeites vivos do espaço, dêsses pequeninos e músicos instrumentos que cortam a imensidade durante o dia enchendo-a de cantigas, e à noite se calam e se fixam lá em cima, transformados em estrêlas.

Idéia feliz e delicada essa, do governador da cidade, subúrbios e ilhas circunja-

centes. A transformação de Paquetá em aviário é uma lembrança de poeta e patriota. Recanto maravilhoso da terra, desabrocham alí as mais lindas rosas e se estendem pelo chão as sombras das frondes mais frescas. E, no entanto, a ilha é pobre de passarinhos, de aves cantoras que encham de música o seu silêncio bucólico das tardes virgilianas. A falta de fontes agrestes, de água em que os bicos se dessedentem, contribue para que as árvores não tenham ninhos escondidos nas fôlhas. Nesse particular, Paquetá é o Ceará dos passarinhos. Ave que nasce lá, assim que se empluma, desfere o voo, e vai beber no litoral fluminense, cujo céu fica enriquecendo com a côr da sua plumagem e com as harmonias do seu canto.

A primeira providência a ser tomada para tornar a ilha da Moreninha um refúgio de asas cansadas ou felizes, deve consistir, pois, na construção de tanques e fontes em que os cantores aéreos humedeçam a garganta canora. Inaugurado êsse melhoramento os pássaros todos voarão para alí tornando um aviário natural. E é bem possível que, ao fim de dois ou três anos, a ilha que Joaquim Manuel de Macedo celebrou na mais ingênua das novelas brasileiras recorde, na majestade imprevista do espetáculo, aquela outra que Emílio Goeldi encontrou no rio Ararí, em Marajó, a qual se adivinhava de longe pelas vozes da passarada e parecia mais, pelo colorido das penas, um turbilhonante monte de pássaros descendo na correnteza.

As aves, segundo afirmam os que lhes estudam a psicologia e os costumes, mostram-se geralmente gratas a quantos as auxiliam na existência amável ou tormentosa. Barrington conta a história de uma avestruz que, poupada por um caçador africano, correu a despertá-lo quando o viu na iminência de ser atacado por um leopardo. E está na Bíblia a notícia daqueles corvos que, para redimirem a espécie comprometida por aquele que abandonou a Arca sem agra-

decer o agasalho durante o Dilúvio, iam levar a Elias cada manhã, junto à torrente de Carit, o pão para seu sustento. Salomão nada decidia sem consultar a pomba Butimar e Maomet não prègava aos árabes senão o que lhe segredava o seu pombo metendo-lhe o bico pela orelha. As aves são, em suma, de tal modo dignas da proteção do homem que, tendo de corporificar-se sob três aspectos, Deus tomou a feição humana duas vezes e escolheu a de ave, na terceira. O Espírito Santo santificou, para o homem, todas as aves da terra.

O Rio de Janeiro já possuiu, é certo, uma Casa dos Pássaros, que funcionou no local em que fica, hoje, o Tesouro Nacional. A sua finalidade não era, todavia, a da Casa das Andorinhas, de Campinas. A Casa dos Pássaros, que ainda existia nos primeiros anos do século XIX, tinha por fim embalsamar as aves brasileiras destinadas aos colecionadores de Portugal. Protegia-se, então, o sabiá, o corrupião, o bicudo e o gatu-

ramo indígenas como se protege, hoje, o escritor nacional: depois de morto.

Tome, pois, o sr. Interventor no Distrito Federal, sob sua proteção, as asas de toda a região fluminense, preparando-lhes, em Paquetá, o Asilo para as Aves Desamparadas. E elas lhe serão reconhecidas. Estou, mesmo, certo de que, se um dia S. Ex. cair no ostracismo, não haverá um único funcionário municipal, ou um só munícipe beneficiado por suas mãos, que o acompanhe nesse transe. Mas, estou convencido, também, de que as aves de Paquetá lhe farão o que fizeram as do Subásio a São Francisco de Assis, e que, nesse dia, virão de todos os pontos do Brasil milhares de papagaios, os quais farão sôbre a cidade uma enorme nuvem verde-amarela, gritando, em côro, numa grande lição aos homens mal-agradecidos:

— Viva o dr. Pedro Ernesto!... Viva o dr. Pedro Ernesto!...

VI

O ASSASSINATO DE SANCHEZ CERRO

AS revoluções sul-americanas da série iniciada em 1929, que ainda não chegou ao seu têrmo, sobrescritaram anteontem, com enderêço aos historiadores, o peor dos seus capítulos. Com o assassinato de Sanchez Cerro, em Lima, quebraram elas o ritmo inicial, inaugurando o período horrível das reivindicações criminosas e cobrindo-se de sangue com o regime covarde dos atentados.

A eliminação violenta dos homens de govêrno foi, quasi sempre, nesta parte da América, o resultado da pena de morte a que haviam submetido os seus adversários. O sangue reclamava sangue. Os filhos dos condenados vingavam-se nos condenadores. E a história ia sendo escrita, aos poucos, em

capítulos assinalados, em cima, pela cruz ou pelo punhal.

Justificar-se-ia, entretanto, agora, no Perú, ou em qualquer outro Estado sul-americano, um crime dessa espécie? Encontrará êste qualquer fundamento na moral privada ou na moral política? Haverá consciência que o não condene, submetendo-o ao seu tribunal?

Para comemorar o crime patriótico de Harmódio, assassino de Hiparco, ergueram os atenienses na praça pública a estátua do criminoso, tendo em uma das mãos um punhal e, na outra, um ramalhete de rosas. Eu não vejo, porém, hoje, contemplando o mapa do continente, um ponto geográfico em que se pudesse aplaudir um homicídio político. Do Brasil ao Chile, da Venezuela à Argentina, a ordem tem periclitado e tem, mesmo, reinado a anarquia. Mas, ainda não houve um movimento revolucionário que, vitorioso, se tivesse ensopado, tranquilamente, do sangue dos vencidos. A prisão,

o banimento, a cassação dos direitos políticos, têm sido as maiores penalidades impostas pelos vencedores. A confiscação de bens, essa mesmo, não tem passado da ameaça. O respeito à vida humana tem constituído, pode-se dizer, um ponto de honra das revoluções triunfantes.

Tem havido, talvez, em alguns Estados, excesso de rigor, de vingança branca, para com alguns chefes depostos. E' o caso, por exemplo, de Leguia, retido no país, removido de presídio para presídio, quando bastaria, na sua idade e nas suas precárias condições de saúde, o banimento por longo prazo. E' o caso, ainda, de Irigoien, consumido, igualmente, pela enfermidade e pelo tempo. Onde, porém, um vencido condenado à morte? Onde o sangue derramado após um conselho de guerra ou uma decisão política, num campo de concentração ou num páteo de fortaleza?

Só o crime de morte justifica a sentença de morte. Os ressentimentos, os despei-

tos, os grandes ódios mesmo, dissipa-os o tempo. Adversários hoje irreconciliáveis, e que parecem separados por toda a vida, amanhã estarão sob a mesma bandeira, marchando lado a lado. Só o sangue se torna indelével, quando derramado. Como na mão de Macbeth, a sua mancha fica no coração, e não se apaga, mesmo lavado com toda a água do oceano. Em palestra, há poucos dias, com um oficial que esteve destacado no Forte de Coimbra, dizia-me êle:

— Há, alí, nas pedras, nódoas de sangue derramado há quarenta anos. O sangue humano se fixa de tal maneira no granito que não há sabão nem água que lhe destrua os vestígios. Parece que fica alí, pedindo vingança...

E' preciso, pois, não matar nunca. Brutus tinha a conciência de que, com a morte de César, salvaria a República. Mas o remorso perseguiu-o, implacável, dia e noite, sem que êle encontrasse remédio nas razões

de Estado que haviam ditado seu gesto. E de tal modo, que teve de procurar no suicídio o têrmo para seu próprio tormento.

Conta-se que, no processo de Level, assassino do Duque de Berry, o procurador geral, a certa altura da acusação, classificou de covarde aquele crime.

— Covarde? Covarde, não! — protestou o criminoso.

E num arrebatamento, em que havia dôr e revolta:

— Sabeis acaso, senhor, o que é preciso de coragem para matar um homem que nunca nos fez mal?

A América do Sul desconhece, porém, os criminosos como Level. Excepção dos loucos, ninguém mata, nesta parte do continente, um chefe de Estado, que jamais derramou sangue alheio.

E' por isso que o assassinato de Sanchez Cerro, anteontem, em Lima, alarma os espíritos, e enche de horror as conciências.

E é por isso, ainda, que se torna preciso gritar, bem alto, em todo o continente, onde rosne um ódio na sombra:

— Caím, odeia! persegue! despoja! mas, poupa a vida a teu irmão!

VII

A REPUTAÇÃO

DIANTE de Lanka vencida, e do cadáver de Ravana, seu rei e senhor, cujas dez cabeças horripilantes jaziam ensanguentadas no solo, agrupava-se, com o pavor nos olhos, o exército dos deuses e dos macacos. Em tôrno de Rama vitorioso os heróis discutiam. E foi nesse instante que surgiu ante êles, anunciada por cem mil trompas, a figura macerada e luminosa de Sita, a espôsa mártir, a honesta Helena daquela Tróia, cujo espírito de castidade resistira a todos os suplícios que lhe infligira a concupiscência do monstro. Posta em liberdade, e avisada pelo símio Hanumat de que o espôso estava, àquela hora, sob os muros da cidade, correu a moça a procurá-lo, quando o encontrou, severo, de pé, com os braços fechados sôbre o peito robusto.

— Rama, meu amigo, — suplicou, — terão as torturas modificado tão profundamente o meu rosto que não reconheças nele os traços da tua espôsa?

De pé, diante do seu exército formidável, o guerreiro conservou-se mudo, com a dôr pousada no rosto, como uma águia, e agasalhada, como uma víbora, no grande ninho do coração. Vencendo, porém, êsses dois inimigos que lhe contraíam os músculos e a vontade, confessou, impassível, diante da assembléia enorme:

— Eu sei que tu és Sita, filha de deuses. irmã de heróis, espôsa do meu peito. Uma dúvida horrenda paira, todavia, na minha alma. Prisioneira de Ravana, tu habitaste sob o seu teto. Formosa e jovem, sofreste o jugo do seu braço, que procurou macular-te. Não terás tu, porventura, capitulado ante as dádivas, ante as tentações, ante as ameaças? Teu corpo, tão cobiçado dos homens, terá voltado tão puro como no dia em que mo arrebataram?

Uma onda de sangue subiu, de súbito, ao rosto de Sita. À semelhança do cicio da brisa que se muda de repente em regougo de tempestade, a saudade, que lhe enchia o coração, transformou-se, de chofre, em um misto de dôr, de paixão e de cólera. Nenhuma lágrima lhe acudiu, porém, como o orvalho às flores crestadas, às duas violetas dos olhos. E foi com êles enxutos, faiscantes de sofrimentos, que ela pediu, soberba, a Laksmana, seu irmão:

— Filho de Sumitra, acende uma fogueira.

A fogueira foi acesa diante do exército.

— Traze as minhas vestes sagradas, — tornou.

Tomados os seus vestidos polvilhados de pedraria, que as labaredas faziam coruscar deslumbradoramente, encaminhava-se a moça, esplêndida de formosura e de coragem, para o abismo fagulhante, quando um grande côro de vozes reboou pela planície.

— Piedade, Rama! Compadece-te dela! Não a deixes morrer! Piedade, Rama!

Eram os deuses, eram Vaina, o senhor das Águas; Siva, o de três olhos; Brahma, o criador do universo, fonte sempiterna da vida; e os Raksharas, e os macacos, e os leões, e todos os viventes da terra. De pé, o rosto contraído, os braços cruzados, apenas Rama, no meio da planície, olhava, impassível, o espetáculo horrendo.

Pouco a pouco, de olhos erguidos, Sita se aproximava do fogo. E foi quasi entre as labaredas, com o corpo quasi enlaçado por elas, que suplicou, num grito de desespêro:

— Agni, Agni! tu, que tudo vês, — na terra, no lume dos lares, no céu, na claridade das estrêlas, — demonstra a minha inocência!

E atirou-se às chamas.

O fogo é, porém, purificado e respeita a pureza. E foi estupefacto, deslumbrado, que o exército viu, entre as chamas, que se abriam, atravessar a fogueira, incólume, o vulto soberbo e radioso de Sita!

— Rama, aceita-a! Ela está sem mancha! Ela é digna de ti, Rama!

O guerreiro abriu, então, os braços, e, apertando a espôsa amada de encontro ao peito, confessou, alto, ao exército:

— Meu coração avisava-me, e eu sabia, que ela estava pura, e que dizia a verdade quando protestava a sua pureza. Isso não era, todavia, bastante à segurança da minha honra. Era preciso, também, que vós não tivésseis dúvida, e foi para vós, e não para mim, que se fez o milagre.

E apertando a espôsa no coração:

— A honra da mulher, guerreiros, é o cristal que para se tornar inútil, não precisa ser tocado: basta que o macule o hálito de uma suspeita!

E tomando-a nos braços, partiu para o norte, à frente do seu exército, no seu carro puxado por quatro leões.

VIII

O JÔGO

EM um curioso e imprevisto elogio do jôgo, escreveu, certa vez, Anatole France: "Os jogadores jogam como os apaixonados amam, como os bêbados bebem: necessàriamente, cegamente, sob o império de uma fôrça irresistível. Há sêres votados ao jôgo como os há votados ao amor". E, conta, a propósito, o caso dos marinheiros jogadores que cultivam o seu vício até diante da morte.

— "Dois marinheiros, — narra, — naufragaram, e escaparam depois das mais terríveis aventuras. Conseguiram saltar para o dorso de uma baleia, mas, logo que aí se viram, tiraram do bolso o seu baralho, e puseram-se a jogar".

E comenta:

— "O jôgo é uma luta corpo a corpo com o Destino. E' o combate de Jacó com o

Anjo. E' o pacto de Fausto com o Diabo. Joga-se o dinheiro, isto é, a possibilidade ilimitada, imediata. A carta que vai voltar-se, a bola que corre, dará, talvez, ao jogador, jardins e parques, bosques e campos, castelos erguendo para os céus as suas tôrres esguias. Sim. Essa pequena esfera que rola contém em si hectares de boa terra e telhados de ardósia, serenos. Contém os tesouros da arte, as maravilhas do gôsto, as jóias prodigiosas, os mais belos corpos do mundo, as próprias almas que não se julgam venais; todas as condecorações, todas as honras, toda graça e todo poder da terra. Que digo eu? Contém melhor que isto: contém o sonho".

E vê no jôgo uma divindade, e nos jogadores os seus fiéis:

— "Que há mais terrível que o jôgo? Dá e tira. As suas razões não se parecem com as nossas. E' mudo, cego e surdo. Tem os seus devotos e os seus santos, que o amam por tudo que êle promete, e que o adoram,

quando êle os derruba. Se os despoja cruelmente, atribuem a culpa a si mesmos, e não a êle. "Joguei mal", — dizem. Acusam-se, e não blasfemam".

Em discurso humorístico proferido no Senado por uma das figuras mais simpáticas da Velha República, fez o orador, como Anatole, o elogio da carta, do dado, e da roleta. Rui Barbosa correu, porém, a combater gravemente êsse gracioso ponto de vista. "De todas as desgraças que penetram no homem pela algibeira, e arruínam o caráter pela fortuna, a mais grave é, sem dúvida nenhuma, essa: o jôgo na sua expressão mãe, o jôgo na sua acepção usual, o jôgo pròpriamente dito, em uma palavra: os naipes, os dados, a mesa verde."

A paixão do jôgo é, na verdade, como assinalava o tribuno brasileiro, o verme que denuncia a podridão da sociedade. E' o corvo que vê, de longe, o cadáver, a vareja que sente à distância o cheiro da matéria em decomposição. Conta Herôdoto que, no reina-

do de Átis, foi a Lídia surpreendida por uma grande fome. O povo, a princípio, aguardou tranquilamente as chuvas, entregue aos seus labôres habituais. Como a sêca persistisse, vergou os joelhos, sentou-se, e pôs-se a jogar. Foi então que apareceram na terra os dados, o jôgo da péla, uma infinidade de outros que minoravam com o seu encanto as arrepiantes torturas da fome. Assegura o historiador que passaram assim os lídios dezoito anos comendo em um dia e jogando no outro, até que se desenganaram e, com os dados, jogaram o próprio destino: dividiram a população em duas partes, para saber a que devia emigrar e a que devia permanecer no país. A sorte designou para chefe dos emigrantes o jovem Tirreno, filho de Átis, que abandonou efetivamente a Lídia, e foi fixar-se nas margens do mar a que os gregos deram, mais tarde, seu nome.

Conta-se de um inteligente e arguto vigário de uma pequena paróquia do norte, que, aproveitando as imunidades morais do

local, mandou colocar na sacristia da sua igreja três ou quatro mesas, em tôrno das quais reunia, todas as noites, alguns cavalheiros respeitáveis, para jogar um *pokerzinho* católico e morigerado. Levado o fato ao conhecimento do Arcebispo, êste mandou chamar o pároco à capital, e pediu-lhe explicações. E êle confessou:

— A igreja, sr. Arcebispo, estava estragadíssima, e eu, com o intuito de repará-la, saí com o pálio do Santíssimo a pedir esmolas para as obras. Batí de porta em porta e não arranjei nada. Toda a gente cuidava do jôgo e o dinheiro era pouco para jogar na vaca, no burro e no macaco. Diante disso, como o templo ameaçasse desmoronar, resolví tirar partido da situação, sem comprometer a autoridade divina: desviei os jogadores de um clube da cidade para a sacristia da nossa igreja, e aí arrecadei o *dízimo de Deus,* destinado à substituição das traves, à pintura do côro, e à reincarnação das imagens; e com a conveniência, ain-

da, de ter a missa mais frequentada, pois os devotos ficam na sacristia até de manhã.

Não me recordo mais qual foi a resposta do Arcebispo. Estou certo, porém, que se êsse vigário chegasse a Papa, transferiria o govêrno Pontifical para o principado de Mônaco, tomando conta do Cassino e acabando com o Vaticano.

IX

A ABELHA E A MÔSCA

A Môsca estava quieta numa cortina da porta, quando a Abelha, que havia penetrado na casa do Homem para encurtar o caminho, começou a zumbir sôbre ela, e pousou. Era um pequeno inseto quasi redondo, o corpo colorido de um azul brilhante e húmido, e que não tinha por hábito, jamais, passar por aqueles lugares. Ao vê-la deter-se no seu voo, a Môsca deu uma volta ligeira, e foi sentar a pequena distância, com uns modos de quem deseja travar palestra mas não pretende conceder muita confiança:

— Bom dia, senhora! — saudou, com os seus modos vadios de quem não tem o que fazer.

— Bom dia, — respondeu secamente a Abelha.

— A senhora também é Môsca?

O inseto que vive das flores não pareceu muito satisfeito com a pergunta.

— Não, senhora. Basta olhar-me para ver que eu não sou Môsca.

— Se fosse, também, não fazia mal.

A Abelha parou de andar em tôrno de si mesma, e estranhou:

— Não fazia mal? não fazia mal, como?

— Não fazia mal, porque, passando de Abelha a Môsca, lucraria na transformação. A senhora não trabalha o dia inteiro para viver?

— Trabalho.

— Não tem que arranjar o sustento das companheiras que ficam em casa?

— Tenho.

— Não anda armada de ferrão para brigar?

— Ando.

— Pois, eu, não preciso de nada disso. Não trabalho: quando acordo, a comida do

dia já está pronta. Não sustento os outros; na minha família cada um cuida de si. Não ando armada; quando me atacam fujo.

— E a senhora acha que isto é vantagem? Por que é que, quando acorda, a comida já está pronta? Porque come do podre; porque seu almôço está no monturo. A senhora tem o que merece; quem não trabalha vive da podridão.

— Não trabalho para mim, mas, também, não me sacrifico pelos outros — insistiu a Môsca.

— Também não lhe invejo a felicidade — retrucou a Abelha. A senhora não presta favores aos outros, mas, também, ninguém os faz à senhora. E a prova é que, quando uma Abelha ou uma Formiga vê uma companheira doente, corre a socorrê-la. E a Môsca? Passa de longe!

— E' o progresso, minha senhora. Nós somos companheiras do Homem, vivemos na casa dêle, e é dêle que temos aprendido essas regras de sabedoria.

— Pois é por isso mesmo que eu não quero a companhia do Homem. Quando êle muda o meu cortiço para as proximidades da sua casa, fico lá; mas, todos os dias, vou para o mato, para os jardins, para as chácaras, para a vida livre. Não sou como a senhora que se mete na casa, pousa-lhe no nariz, come-lhe o sobejo, e fica na sua cozinha rodeando os pratos sujos e a lata do lixo. Amo a vida independente, as cousas simples da natureza.

— Mas, se a senhora tem vida tão boa, por que é que anda armada com êsse ferrão? Eu posso não ser boa cousa, mas, ao menos, sou pacifista.

A Abelha achou graça:

— Quem não tem o que defender, não se arma.

— Que é que a senhora diz?

— Estou dizendo que a senhora não anda armada porque não tem nada para defender, para guardar, para conservar contra os inimigos. A senhora tem casa?

— Não; durmo onde a noite me apanha.

— Tem filhos?

— Não; os meus, deixo-os no monturo e vou-me embora.

— Tem alguma cousa de sua propriedade?

— Não, vivo do que encontro no caminho.

— De que é que se sustenta?

— Daquilo que ninguém quer mais.

— Se é assim, se a senhora não quer o que os outros possuem de bom, e ninguém quer o que a senhora tem, porque a senhora só possue o que não presta, de que lhe serviria um ferrão? Quem se arma para a defesa, minha senhora, não é o mendigo, é o que possue alguma cousa de bom. E é por isso que eu ando armada. Êsse é o único ponto em que estão de acôrdo a sabedoria das Abelhas e a sabedoria das Nações.

E, levantando o voo, tomou, ligeira e alegre, o caminho do seu cortiço.

X

A MULHER E A SUA MISSÃO SOCIAL

UM dos mais belos e profundos símbolos da mitologia mosaica é, sem dúvida, o que se encontra no *Gênesis,* e se acha consubstanciado no episódio do fruto proibido. O homem vivia feliz, na inocência e na simplicidade da sua existência primitiva. Não sabia que andava nu, e ignorava se essa nudez era pecado ou vergonha. Um dia, comeu o pomo da Árvore da Ciência, que era o pomo do Bem e do Mal. E com a ignorância, perdeu a felicidade, porque, para ser feliz, é preciso ignorar a verdade da vida e o mistério das cousas.

O que se deu com a espécie humana no símbolo bíblico, repete-se na história e na vida de cada criatura. Para conhecer a felicidade, é preciso ser simples, e passar pela

vida de olhos fechados. E' na árvore da Ciência que está a origem da desventura humana. Ao provar o seu fruto, o primeiro homem viu que estava nu, e sentiu-se desgraçado. À proporção que entram no conhecimento da verdade da sua condição, os homens que vieram depois se sentem mais infelizes. Daí a crescente inquietação humana, à medida que as sociedades se vão ilustrando e abrindo os olhos com o fruto da Árvore da Ciência, que é do Bem porque dá o confôrto, e é do Mal porque dá a idéia de novas necessidades, anulando, assim, o Bem de uma aspiração satisfeita com o Mal de um novo desejo despertado.

O surto feminista, e a situação atual do feminismo no mundo inteiro, vieram mostrar, ainda, uma nova aplicação do velho conto simbólico. A mulher vivia tranquila no seu lar, e sem cuidados, pode-se dizer, naquilo que ela chama hoje a sua escravidão. Ignorava, como Eva no Paraíso, os perigos e encantos da liberdade. Leu, porém, e estudou, colhendo o fruto na Árvore da Sabedoria. Viu que era desgraçada, e quis ser venturosa. E surgiu o feminismo, batendo-se, clamando, esforçando-se em favor da igualdade dos sexos. E é ela feliz com essa igualdade? A liberdade de ação tê-la-á feito mais feliz ou, admitamos, menos infeliz? Não irá suceder com os paladinos do feminismo o que se deu com Joaquim Nabuco, o qual, tendo se batido pela extinção da escravatura, se arrependeu dêsse apostolado, ao ver que cinco anos de liberdade haviam feito maior mal à raça negra do que dois séculos de servidão? A nova literatura russa em que a mulher é apresentada na situação autônoma que a Revolução lhe destinou, constitue, talvez, um grito de alarma dirigido às feministas do mundo inteiro. A desilusão de Verucha, na novela de Panteleimont Romanot é a mais funda e terrível que pode ferir um coração de mulher. E não é outro o aviso que começa a chegar dos Estados-Unidos, onde Lucien

Romier descobria, já, em 1928, os indícios do arrependimento na vida das mulheres que não admitiam felicidade feminina sem absoluta igualdade social dos sexos.

Participa, talvez, dêsse propósito, dêsse programa em que se cuida, principalmente na América do Norte, de restituir a mulher à pureza e à simplicidade da vida, um filme que será exibido por estes dias no Rio de Janeiro, e que me foi permitido ver com antecipação de uma semana. A circunstância de tratar-se de um trabalho cujos intuitos morais haviam sido recomendados pela Associação Brasileira de Educação, despertou em mim o desejo de conhecê-lo. E o problema que êle põe em foco merece, realmente, estudo e comentário.

O tema é singelo como o objetivo que êle colima. Filha mais velha de uma viúva que tem oito ou nove órfãos na sua granja pobre, Rebeca, jovem e ingênua, é tomada por uma tia rica, que a leva para criar na sua opulenta residência urbana.

Espera-se, naturalmente, que a menina, transplantada para êsse ambiente novo, se civilize, adquira hábitos polidos, trocando a rusticidade que trouxe da vida rural pelos gestos e sentimentos do meio em que vai viver. Rebeca triunfa, porém, principalmente porque é simples e boa. Vence porque é ingênua. Com os seus encantos despreocupados, transforma a velha tia aristocrática, religiosa e convencionalista, em criatura doce e compadecida. Com a sua bondade, domestica a alma brutal de um trabalhador grosseiro e sem fé, permitindo-lhe existência honrada e cristã. E, espalhando a felicidade em tôrno, faz, ao mesmo tempo, a sua própria felicidade, conquistando o coração de um homem forte e inteligente, que oferece, com o seu amor e a sua situação social, a cravação requerida por aquela preciosa pérola humana.

Êsse filme, ao que se diz, despertou comentários interessantes na imprensa americana. Pondo em evidência o problema da

felicidade feminina, êle responde à interrogação que se levanta de todo o mundo sôbre os efeitos da educação nova, em relação ao amor. A missão da mulher não será, na verdade, a daquela rapariga simples, alegre e casta, que, sem discutir direitos políticos, espalha o bem e a alegria por onde passa? Serão mais venturosas do que ela as que se envenenam da literatura social, e abandonam a casa tranquila pela rua tumultuosa, em que se entrechocam todas as paixões cujo simples conhecimento é, já, uma profanação?

Refere Plutarco que, certa vez, perguntaram a uma lacedemônia que é que sabia fazer.

— Sei ser fiel! — respondeu ela.

E não será essa, ainda, ao lado de outras virtudes congêneres, a missão natural da mulher? Que nos respondam as mulheres de hoje, inquietas com o seu destino público, e a memória das mulheres de ontem, tranquilas e santas na mansidão da sua vida e na doce quietude da sua casa.

XI

A GUERRA AO HOMEM

SEGUNDO um telegrama que as fôlhas cariocas publicaram há poucos dias, vai ser revisto, afim de estender a punição a novos cúmplices, o processo instaurado há cinco anos em Budapest contra algumas dezenas de mulheres de todas as classes sociais, as quais, ligadas numa conspiração sinistra, levaram dez anos envenenando homens, considerados por elas implacáveis inimigos do seu sexo. Das trinta ou quarenta conspiradoras então identificadas e punidas, umas haviam dado cabo de um ou dois maridos, outras do padrasto, outras do pai, outras dos enteados e outra, ainda, revolucionando a tradição do mais radical dos sentimentos humanos, dos próprios filhos varões. E o instrumento do crime era o veneno, extraído, por uma das conspiradoras, dêsses

vulgaríssimos papéis de apanhar môscas, — afim de provar, parece, que, para essas novas Euménides, o homem não valia muito mais do que um inseto.

Qual seria, entretanto, o objetivo dessa guerra de morte promovida pelas mulheres da Hungria contra um sexo que, se lhes causou algum sofrimento, lhes tem dado, também, neste mundo, alguns prazeres que só os deuses lhes podiam dar? Instituir uma República feminina, um matriarcado à maneira dos tempos primitivos? Restabelecer no coração da Europa fatigada o regime experimentado pelas Amazonas, na forma que Herôdoto nos descreve? Se assim era, a aventura não podia ser mais perigosa, e o esfôrço mais inútil. Porque, na verdade, o que a História nos refere, é que a República das Mulheres, de que nos falam os antigos, acabou na mais amável das pilhérias registada pelos historiadores. Leiamos, por exemplo, o que conta Herôdoto, êle próprio, no seu livro IV, 113: "Tendo os citas acampado nas proximidades das terras ocupadas pelas Amazonas, sucedeu que um daqueles se encontrou num bosque com uma destas. Como não falassem a mesma língua, entenderam-se por sinais, não tendo o cita encontrado o menor obstáculo naquilo que desejava. Ao se separarem, ficou estabelecido, ainda por sinais, que no dia seguinte a Amazona voltaria, trazendo uma companheira, e que o cita, por sua vez, traria um dos seus camaradas. E de tal modo se foram estreitando as alianças individuais, que, dentro de pouco tempo, os dois campos estavam pràticamente reunidos."

Há uma velha história balcânica, na qual se conta que, em tempos que vão longe, as mulheres de uma cidade russa das vizinhanças do Mar Negro tentaram, um dia, viver inteiramente livres dos homens. Animadas de espírito de revolta contra aquilo que elas chamavam cativeiro feminino, meteram-se em um navio que encontraram no pôrto, transportando-se para uma ilha de-

serta, separada do continente por uns seiscentos metros de mar. Chegadas lá, tomaram todas as providências para impedir qualquer comunicação com os homens; e a primeira foi incendiar a embarcação, para que nenhuma regressasse. No seu entusiasmo pela aventura, chegaram a organizar um verdadeiro Estado. Finanças, agricultura, indústrias, administração, tudo foi instituído com ordem, com inteligência, com sabedoria, de modo que nada lhes faltasse naquele isolamento voluntário. Apenas, dentro de poucos meses, a República estava quasi extinta, pela morte das suas fundadoras. Haviam desaparecido, quasi todas, afogadas, quando atravessavam, de noite, a nado, os seiscentos metros de mar...

Não tivesse a polícia de Budapest descoberto a conspiração feminina, cujo inquérito vai ser agora reaberto para continuar, e a falência do movimento estaria, dentro de algum tempo, assegurada. Quando os homens fossem escasseando, as damas húngaras se iriam liquidando umas às outras, para assegurar-se a posse dos varões que restassem. Apenas, como todas elas já conheciam o efeito do papel de apanhar môscas, não seria êsse o tóxico empregado. Seria, talvez, o pó de matar formiga...

XII

ZELENSKI E O FUTURO DO MUNDO

ZELENSKI, escritor polonês, divulgador no seu país das obras primas da literatura ocidental, acaba de fundar em Varsóvia, segundo os telegramas de ontem, uma liga destinada a modificar os fundamentos e arquitetura da sociedade. Lacônica e imprecisa como todas as notícias que vêm de longe e custam caro, essa informação limita-se a dizer que a reforma de Zelenski será feita "no sentido mais liberal da legislação em vigor sôbre o estatuto da família e da vida sexual". E o leitor fica a imaginar como será a sociedade nova, saída dêsse cérebro de poeta que pretende fornecer o novo modêlo do mundo.

E' inegável que a Civilização atual obedece a leis puramente artificiais, e que isso

determina um conflito permanente entre os costumes e as inclinações instintivas da natureza humana. Guiado pela imaginação ardente de algumas figuras excepcionais da espécie o homem civilizado vive, hoje, como o peor dos escravos, no meio dos sêres vivos. O Estado, criando o Crime, e a Igreja, criando o Pecado, afivelaram-lhe ao rosto os dois óculos de couro com que os cocheiros limitam o campo visual dos animais de tiro para que êles se não embeveçam com os panoramas do caminho. Daí ser o homem, hoje, o mais desgraçado dos animais.

E' do artificialismo da vida que procedem a inquietação humana, e a luta, que por toda parte se observa, entre o indivíduo e a sociedade. Os instintos e sentimentos do homem são a todo instante detidos, subjugados, por leis e convenções que êle próprio estabelece, quando se transforma em legislador ou moralista. Exigente quando legisla, e rebelde quando obedece, vê-se o homem

na contingência de utilizar a hipocrisia, para escapar aos laços que êle próprio estende no seu caminho. Que é, na verdade, o Direito, senão a consagração do Sofisma, para desculpar os impulsos naturais do indivíduo perante a sociedade? "O ouro é precioso porque é raro; se houvesse na terra mais ouro do que lama, a lama é que seria preciosa", — observa Montesquieu. Os atos a que damos o nome de virtudes são virtudes porque são excepcionais. E se êles são excepcionais é porque não se acham na conformidade da natureza humana.

Zelenski vai, diz o telegrama, dar uma solução nova ao problema sexual. E seria impossível uma reforma social sem revolver a pedra mais profunda do edifício. Em nenhum outro ponto o homem se desviou tanto da Natureza, quanto neste. Êle é, orgânicamente, um animal polígamo. Na Natureza, os animais monógamos nascem aos casais. Cada macho traz, ao vir ao mundo, a

sua companheira. O homem nasce, ordinàriamente, só. A idéia da família, baseada na monogamia, é, pois, artificial, arbitrária, convencional. Mas a felicidade que o homem não encontrou fora da Natureza, será encontrada dentro dela?

Educado sob o velho regime patriarcal, o brasileiro honesto difìcilmente compreenderá uma sociedade em que a família não obedeça aos moldes que plasmaram aquela em que êle nasceu, isto é, a família monógama e cristã. Já não existiram, porém, na terra, outras civilizações obedientes a outras normas, fundadas em outros princípios, cultivando outras virtudes, que hoje são pecados? E os povos que viveram sob tais signos, não se desenvolveram e prosperaram? Nós temos a impressão de que o regime sob o qual vivemos é o melhor, porque sob êle viveram os nossos antepassados. Mas a idade de uma civilização, e dos seus costumes, é um minuto em relação à idade da

espécie humana. Antes da Grécia, de Roma, do Egito, e da Assíria, quantos povos e raças rolaram sôbre a face da terra?

Venha, pois, Zelenski, com a sua reforma. E receberá uma glorificação.

Uma glorificação ou uma surra.

XIII

OS ROMANCES QUE A POLÍCIA ESTRAGA

UMA das funções nocivas da polícia consiste em destruir os assuntos que a Vida arranja para suprimento dos escritores. Às vezes, um romance começa a esboçar-se, a concatenar-se, a desenvolver-se, afim de ser aproveitado por uma pena expedita, que lhe dê colorido mais vivo com as tintas da imaginação. Faltam, ùnicamente, dois ou três episódios, que se transformarão em dois ou três capítulos, e o epílogo. E eis que surge a Polícia, e inutiliza o drama real, de que sairia o romance.

Foi uma obra dêsse feitio, e com essa origem, que a Primeira Delegacia Auxiliar interrompeu há poucos dias, atirando a parte inicial à cesta dos jornais. E é da cesta dos jornais que eu a venho retirar com

as pontas dos dedos, para mostrar ao público, em reserva, o interessante romance que se perdeu. Romance moderno, com aspectos novos do mundo e da vida. Romance em que duas almas do século entram em entendimento, com a sua mentalidade e com a sua moral, preferindo a sinceridade à hipocrisia, e fazendo, pùblicamente, o que muita gente faz em segrêdo.

— Que é que caracteriza, socialmente, um povo bárbaro? — perguntou alguém a um filósofo.

— Povo bárbaro é aquele em que, em geral, cada homem vive com muitas mulheres.

— E um povo civilizado?

— Povo civilizado é aquele em que, ordinàriamente, cada mulher vive com muitos homens.

O progresso humano, socialmente, consiste, pois, na passagem da poligamia para a poliandria. E, se assim é, a Polícia acaba de impedir a evolução social, iniciando o processo dêsse Américo Buzzi, cuja espôsa,

de acôrdo com êle, abandonou a casa para ir viver com muitos homens, um dos quais era êle próprio. Como a honra era dêle, renunciou a ela. Não tinha que dar contas disso a ninguém. Era essa, pelo menos, a sua opinião.

Seria, porém, a opinião da mulher, que tem o belo e sonoro nome de Odália? O delegado mandou chamá-la. E Odália, singelamente, declarou:

— Êste homem é meu marido, e, ao contrário do que supõe a Polícia, não explora, absolutamente, a minha mocidade. Casámo-nos, e vivíamos em harmonia, mas pobres. E eu tenho horror à pobreza, e não me conformo com a idéia de sofrer privações. Gosto do luxo, do confôrto, das jóias, dos bons vestidos. Meu marido não me podia dar nada disto. Para oferecer-me aquilo que a minha fantasia imagina, terá êle de roubar. E eu não tinha o direito de sacrificar um homem de bom coração. Sabendo-me querida por êle, não me era lí-

cito, igualmente, abandoná-lo de todo. Poderia fazer o que centenas ou milhares de outras mulheres fazem: continuar a viver com êle indo buscar fora, no bolso de estranhos, o necessário para os meus caprichos de mulher *chic*. Repugnou-me, porém, enganar um homem de tão bom gênio, e que foi, sempre, o mais carinhoso dos maridos. Propús-lhe, então, um acôrdo: eu deixaria a casa, e iria para uma pensão de mulheres, onde exploraria com outro nome os frequentadores, tirando dêstes o dinheiro de que preciso para os meus vestidos, jóias e chapéus. E como êle não se pode esquecer de mim, iria também por lá, quando quisesse... Êle aceitou a proposta. E vivíamos assim, em perfeito entendimento, quando a Polícia foi meter-se na nossa vida.

Eu ignoro o diálogo que, em tal emergência, se teria travado, entre essa virtuosa senhora e o delegado. O raciocínio supre, porém, a deficiência da informação.

— A senhora sabe que o seu marido

está incurso em um artigo do Código Penal brasileiro? — ter-lhe-ia dito a autoridade.

— Que quer dizer isso, sr. Delegado?

— Quer dizer o seguinte: sabe que o seu marido é considerado criminoso?

— Criminoso, êle, porque eu vendo o meu corpo? Eu não posso, então, me entregar a quem quero?

— Pode, sim, senhora. Mas a Polícia só é indiferente a isso quando o marido não sabe.

— Mas, se êle sabe, que é que deve fazer para a Polícia nos deixar em paz?

— Só há um remédio, minha senhora.

— Qual é, doutor?

— E' êle saber, e...

— ?...

— Fazer que não sabe.

A Hipocrisia é, efetivamente, um dos fatores da paz doméstica e da ordem social. E é por isso que ela, ataviada e próspera governa o mundo, enquanto a Verdade, nua e calada, vive no fundo do poço...

XIV

A RECONCILIAÇÃO NECESSÁRIA

EU militei no comércio durante, precisamente, doze anos. De 1897 a 1909, trabalhei em seis estabelecimentos: uma casa de fazendas e miudezas, um armazém atacadista, uma mercearia, um escritório de despachante aduaneiro, uma firma proprietária de navios, e um barracão de seringal. Excepção do primeiro, todos êles funcionavam em lugares em que ninguém conhecia a minha família, em que eu vivia, criança ainda, sem conhecimentos nem proteção. Não encontrei, no entanto, em toda essa galeria de patrões, um, sequer, do qual não tenha guardado, pessoalmente, afetuosa recordação. Jamais ouví, de um dêles, uma admoestação de que não tivesse proveito. Algumas injustiças de que me queixava, a mim mesmo, ìntimamente, pareceram-me,

tempos depois, atos tão justos e legítimos que passei a recordar-me de cada uma com reconhecimento e saudade. A paixão com que trabalhava, e a humildade com que servia aqueles que me pagavam, atenuava consideràvelmente os ímpetos dos mais grosseiros. "Façam-se necessários!" — dizia o velho senador Antônio Lemos aos seus auxiliares. E acrescentava: "Ninguém trata mal ou manda embora uma pessoa que lhe é indispensável". E eu, um dos secretários a quem êle dava êsse conselho, já sabia disso antes que êle mo dissesse.

Eu tratei, sempre, principalmente depois dos doze anos, de tornar-me útil aos meus chefes, não só me desempenhando das funções obscuras que me competiam, como me excedendo, um pouco, no cumprimento dessas obrigações. As necessidades sofridas quando ficava sem emprêgo, haviam-me ensinado a conservar aqueles que conseguia.

Entre o empregado no comércio, de hoje, e o do meu tempo, há, por isso, uma diferença considerável. Examinando a situação atual da primeira dessas famílias de trabalhadores, de que fiz parte, e cujo convívio me deu a disciplina que é todo o segrêdo das conquistas possíveis da minha atividade literária e política, eu cheguei, já o disse uma vez, à conclusão de que os empregados no comércio têm perdido, nestes últimos anos, como indivíduos, vantagens superiores àquelas que têm conquistado como classe. Intrometendo-se, de acôrdo com as modernas tendências sociais, na organização do trabalho comercial, o Estado não tem feito senão abrir um fôsso, quasi intransponível, entre empregado e patrão. O Estado, entrando a proteger o empregado, fez com que êste perdesse um amigo.

O comércio é, porém, uma escola de bom-senso e de ponderação, cuja capacidade os homens públicos desconhecem. E a prova, aí está, ainda agora, nessa iniciativa tomada pelo Sindicato dos Lojistas do Rio de Janeiro, no sentido de ser fundada, aquí,

a Casa do Empregado no Comércio, destinada a amparar, na enfermidade e na velhice, todos os trabalhadores da profissão.

Segundo as estatísticas divulgadas, a classe dos auxiliares do comércio se compõe, atualmente, no Rio, de trezentos mil indivíduos, os quais possuem duas grandes associações, que se encarregam da sua defesa. Há quasi um quarto de século êsses dois institutos se preocupam com a fundação de um hospital para os seus associados, sem que possam realizar êsse objetivo. E é nesse momento, quando os empregados no comércio já haviam perdido a esperança, que os patrões, esquecendo ressentimentos, se aproximam e, estendendo-lhes a mão como amigos, se oferecem para levar a efeito, em pouco tempo, o velho sonho da classe!

Eu não sei, em verdade, de atitude mais generosa e louvável do que essa. Afastado da profissão em que exercitei os primeiros anos da minha vida, e em que vou encaminhando os meus filhos, sou, hoje, um

simples espectador da atividade comercial. E o meu depoimento de testemunha, é que há empregados no comércio, e em número não pequeno, que muito têm feito para impedir a aproximação dos dois grupos, hoje denominados de empregados e empregadores. Vendedores tenho eu visto nas casas retalhistas, que por pouco não agridem o freguês quando êste entra no estabelecimento, para alguma compra ligeira, meia hora antes do cerramento das portas. A má vontade com que servem é tão evidente, que parece estarem ganhando um ordenado para precipitar a falência da firma. E, no entanto, seria tão proveitosa, para uns e outros, uma reconciliação!

A idéia da fundação da Casa do Empregado no Comércio está, todavia, confiada a mãos hábeis e experientes. E' presidente, neste momento, do Sindicato dos Lojistas, que tomou a seu cargo a realização do sonho de trezentos mil trabalhadores de balcão e escritório, o sr. Milton de Sousa

Carvalho, deputado de classe à Constituinte, e que eu conhecí, há vinte e seis anos, percorrendo o interior do Ceará como caixeiro-viajante. Encontrámo-nos, alí, pela última vez, em Guaramiranga, cuja serra havia subido em um velho cavalo de aluguel, pagando, pela viagem, cinco mil réis. E', em suma, cearense.

E um cearense só não faz duas cousas: o que não quer, e chover. E, assim mesmo, se não manda chover, é, simplesmente, para não desmoralizar o Padre-Eterno e, sobretudo, para dar o que fazer ao Govêrno Federal.

XV

O DESTINO DA RAÇA NEGRA NO BRASIL

1

ENTRE as nossas superstições nacionais, está, no Brasil, a suposta igualdade das raças. Perante a lei escrita, não há, entre nós, diferença entre o branco, o preto, o caboclo e o mulato. Não faz parte dos nossos costumes o linchamento do homem de côr. Enquanto na América do Norte a emancipação foi feita à custa de muitas vidas, o mesmo acontecimento se realizou, aquí, debaixo de muita festa. Pertence à História, hoje, e é referida pelo sr. Tobias Monteiro no seu livro *Pesquisas e Depoimentos* a frase do ministro norte-americano a propósito do modo por que se iniciou, aquí, a libertação integral da raça negra. Votava-se no Senado a lei do Ventre Livre, a 28 de setem-

bro de 1878. Nas tribunas repletas apareciam as figuras mais expressivas do mundo diplomático, e, entre estas, o ministro dos Estados-Unidos. A discussão do projeto desenrola-se brilhante e vigorosa, sob a presidência de Abaeté. E quando, pela votação, se verifica a vitória de Rio-Branco, o povo, que enche as galerias, rompe em ruidosa manifestação ao estadista benemérito, lançando-lhe sôbre a cabeça braçadas de flores. Terminada a sessão, o ministro norte-americano desce ao recinto para cumprimentar o presidente do Conselho e os senadores que se haviam batido pela idéia generosa. E, colhendo com as próprias mãos algumas rosas, das que o povo atirara a Rio-Branco, declara:

— Vou mandar estas flores para o meu país, afim de mostrar como aquí se fez dêste modo, uma lei que nos custou tanto sangue!

O sangue é, todavia, ao que parece, a melhor das ligas na construção dos edifícios

sociais. Onde êle não entra, é precária a segurança da conquista realizada. E é daí que decorre, provàvelmente, a prosperidade do negro americano após a emancipação tormentosa, e a situação miserável e ingrata do negro brasileiro, após as chuvas de flores de 1878 e 1888. O negro americano é, sem dúvida, hostilizado, combatido, perseguido, e vive afastado, alí, da comunhão social organizada do branco. O negro brasileiro tem, pelo contrário, desde que se torne notável, abertas as portas das escolas superiores, da política, da sociedade. Não há, aquí, nem perseguições clamorosas, nem linchamentos selvagens. Mas, o filho do antigo escravo brasileiro, com todas essas vantagens, será mais feliz, acaso, do que o descendente do escravo americano?

E' essa interrogação que se nos desenha de repente no espírito, ao ler a novela *Deserto Verde,* com que o sr. Henrique Pongeti abre o volume a que deu êsse título, e que é o quarto volume da sua biblio-

grafia, fora do teatro ligeiro. Escritor à maneira de Pitigrili, amando o paradoxo, o sr. Henrique Pongeti descobre, não raro, nos problemas aparentemente resolvidos, aspectos novos demandando exame e solução. E é assim que, nessa nova obra amável e curiosa, aborda, de modo jovial, a situação do negro brasileiro, descobrindo, nela, dramas e tragédias que escaparam, até hoje, a sociólogos e romancistas.

Ananias Fragoso é o nome de um médico negro, que o sr. Henrique Pongeti faz entrar na sua novela, para levantar o véu que escondia um fenômeno social, e desaparecer em seguida. Inteligente e culto, com a acuidade e a sensibilidade da sua raça, êle traz no espírito e nos nervos a conciência da sua condição.

— "Vocês, brancos brasileiros, — diz êle, um dia, a Perí Orlandi, figura central da novela, — vocês, brancos brasileiros, devem à nossa passividade uma fama de tolerância que os brancos americanos teriam

também, se os negros da América do Norte vivessem como nós vivemos. As senzalas desapareceram, mas existem as vossas casas onde entramos como criados, continuando o nosso destino servil. A liberdade não nos ensinou que poderíamos ser patrões, concorrendo convosco em todos os ramos da atividade humana. A carta de alforria satisfez-nos porque nos livrava do relho do feitor e nos permitia escolher um amo. A tragédia do negro brasileiro começa quando êle — como eu — adquire o direito de frequentar os lugares onde os de minha raça apenas abrem portas, recebem chapéus e aceitam gorgetas."

Perí Orlandi procura refutar essas afirmações, mas Ananias insiste, com a mesma argumentação dolorosa:

— "Sou médico e negro, meu caro... Sinto cada dia mais intensa a realidade, vivendo entre uma família que me é estranha e se vexa da sua humildade diante de mim... O negro americano isolou-se e criou uma

aristocracia negra, dentro da qual os homens de espírito podem viver sem sentir as muralhas que bloqueiam a raça. No Brasil, se eu quisesse casar-me com uma mulher da minha côr, deveria frequentar as sociedades dansantes onde as cozinheiras e as copeiras se desancam em maxixes depois de cada dia de escravidão... Oh! a nossa passividade merece toda a vossa gratidão! Graças a ela, o Brasil não teve necessidade de aparecer aos olhos do mundo como adepto da lei de Linch, e pode enfeitar-se com o penacho vistoso de uma cômoda democracia..."

Êsse Ananias Fragoso definiu, evidentemente, a situação humilhante do negro brasileiro. A emancipação encontrou o preto em condições morais e sociais tão baixas e degradantes, que, quarenta e cinco anos depois, êle ainda se não pôde organizar eficientemente para a luta. O indivíduo de côr, entre nós, tem que ser, para ganhar o seu pão, estivador, pedreiro, vendedor de

jornais, operário de ofícios modestos e obscuros, e, quando muito, carteiro do Correio ou servente de repartição. As mulheres, são lavadeiras, cozinheiras, copeiras, arrumadeiras. Nesse estado, têm êles organizada mais ou menos a sua vida social, formando aglomerações sem higiene e sem espírito, a que dão o nome de clubes dansantes ou de cordões carnavalescos. Quando, porém, um dêles se destaca heròicamente, conquistando um título numa escola superior, um nome nas letras ou alguns galões nas classes armadas é para tornar-se mais infeliz, pelo isolamento. Perde os companheiros de outrora, seus irmãos de raça, e não conquista outros. Se pensa no casamento, êste se torna um problema grave e complexo, pois que é recusado pelas mulheres brancas, e não se conforma em ficar com as pretas. É verdade que há, no país, para os raros pretos doutores, algumas pretas professoras. Os casais assim constituídos seriam, porém, tão poucos que não poderiam, mesmo nas

grandes cidades, formar um pequeno grupo aristocrático da sua raça. Para evitar a solidão e salvar o que conquistou no trabalho e no estudo, arrosta êle, então, o ridículo, casando com mulher branca, se a encontra, generosa e condescendente. Isso não é bastante, todavia, para que êle penetre na sociedade a que ela pertenceu. O preto educado, culto, superior, é, assim, no Brasil, mais lamentável do que o seu irmão que permanece embrutecido. Êste, pelo menos, ainda tem companheiros, tirados do meio servil em que vive. O negro ilustrado, à medida que subir, se sentirá mais triste, mais desgraçado, mais só.

Na América do Norte, o negro organizou-se socialmente para viver, e prosperar, à revelia do branco. Lá tem êle os seus jornais, as suas Universidades, os seus Bancos, o seu comércio, a sua agricultura, as suas indústrias, as suas artes. Uma grande artista de sangue negro poderá encher um teatro enorme ùnicamente com *gentlemen*

da sua raça. No Brasil, o negro não tem formado senão clubes dansantes de arrumadeiras e copeiros, e *cordões,* pelo Carnaval. E como documento de solidariedade racial e humana, o mais que conseguiu foi a irmandade do Rosário, para dar um caixão de pinho, e uma grinalda de flores de papel, a êsses párias, quando morrem.

2

O negro livre encontra-se, além de tudo, mais deprimido, no Brasil, do que o negro escravo. Antigamente, no tempo do cativeiro, os membros da raça ainda se reuniam para reagir, ainda se reajustavam para lutar. Havia o mocambo, estabelecendo a solidariedade na revolta, e a senzala, renovando-a no sofrimento. Hoje, o preto só se reúne para dansar. Não possuem uma associação inteligente, nem, sequer, uma escola. O patrimônio moral da raça, e, mesmo, o sentimental, dissolve-se na materia-

lidade bruta, numa inconciência alarmante e deplorável.

Na introdução ao seu livro *Os Africanos no Brasil,* Nina Rodrigues assinalava, já, as dificuldades que surgiam para o estudo dos problemas referentes à raça negra. "Para uns, — escreve, — será assunto delicado e melindroso de tratar, fácil de ferir susceptibilidades respeitáveis". Quantos serão, entretanto, no Brasil, os indivíduos de raça negra? Começam, por aí, as dificuldades. Aceitar as cifras oferecidas pelos recenseamentos, seria ingenuidade. Quem enche o boletim da estatística, é o recenseado. E como, no Brasil, só se considera negro aquele que não encontra o menor pretêsto para considerar-se moreno, é de concluir que os resultados oficiais não representam a verdade, na qual se deve basear a ciência. Utilizados, todavia, para ponto de referência os algarismos legados pela Colônia e pelo Império; tomando-se em consideração que, há um século, havia no país cêrca de dois milhões de negros, representando 40 % da população, é de concluir que tenhamos, hoje, nada menos de 10 milhões de indivíduos dêsse sangue, nas suas diversas gradações. E, no entanto, que fazem êles pela sua raça? Onde o documento da sua coesão, ou de qualquer esfôrço, com essa tendência?

Em outra passagem do seu livro, o sr. Henrique Pongeti volta a examinar a inferioridade do negro brasileiro, e o sentimento, que dorme no seu subconciente, dessa inferioridade. Chico Vitrola é um moleque nacional, que se fez ladrão, e que tomou êsse nome pelo gênero de objeto que preferentemente furtava. Mas, não penetra, jamais, em palacetes de luxo. Mesmo sòzinho, no silêncio da noite, alimenta um respeito religioso pela gente branca, possuidora de fortuna. "Tinha vergonha da sua côr, — escreve o sr. Henrique Pongeti, — dos seus pés esparramados de palmípede, do cheiro de suor que era a maldição da sua raça".

Só entrava, por isso, nas casas remediadas. Os palacetes opulentos ficavam para os ladrões brancos, especialmente estrangeiros, de atividade internacional. Êle, da sua parte, não tinha coragem... Uma noite, porém, penetra em uma casa de luxo. Um alvorôço indizível lhe enche o coração. Será porque se trata de uma casa de gente rica? E' possível. Mas, o certo, é que, se houvesse pretos milionários, êle não sentiria o menor constrangimento em lhes galgar a janela do palacete. O revólver tremendo na mão, Chico Vitrola chega à sala de jantar. "Balanço rápido, — particulariza o escritor — alguns contos de réis em pequenos objetos portáteis. Prosseguiu na escuridão, sentindo debaixo dos pés esparramados a carícia dos tapetes veludosos. Numa saleta parou, cheio de espanto. Pela fazenda pregueada da porta de vidro coava-se uma luz vermelha". Era o quarto da viúva, jovem senhora, dona da casa.

E o sr. Henrique Pongeti descreve:

"Olhou pela fresta da porta, subjugando o seu desejo de fugir. A nudez da mulher branca perturbou-o como se os seus olhos pousassem em um colar de diamantes. Ela acabara de sonhar, porque havia qualquer cousa de inverossímil nos seus olhos dilatados. Seu corpo se desenhava nítido sôbre a colcha côr de lilazes. Um livro caído se conservava em pé, sôbre o tapete, debaixo da sua mão pendente. Vinha do quarto um cheio bom de riqueza, de carne perfumada, de felicidade". E Chico Vitrola, amedrontado, fugiu, na noite silenciosa...

E' essa, realmente, hoje, a mentalidade do negro brasileiro. A escravidão do seu corpo desapareceu. Mas êle continua cativo de alma, submisso de espírito, e temendo, ainda, involuntàriamente, o feitor e o senhor. E isso por que? Por falta de união. Por falta de guias, de orientadores, de um Moisés que os reúna, os discipline, e os conduza à Terra prometida, isto é, a uma vida melhor, em que possam tirar de si mesmos,

pelo estudo e pelo trabalho, como nos Estados-Unidos, os tesouros de sentimento e de inteligência de que são hereditàriamente depositários.

Dar-se-á, porém, êsse milagre? Os dez milhões de negros existentes no Brasil chegarão a organizar-se socialmente, saindo da passividade e da mediocridade em que se encontram, e a que os condenou a imprevidência da monarquia, atirando-os às cidades, ignorantes e primitivos, com a lei de 13 de Maio?

Eu não creio nesse prodígio. Excetuados os cincoenta ou cem pretos que se destacaram da massa étnica e vivem isolados, os negros brasileiros vão se deixando anular sem protesto, antes com uma volúpia de servir, que é o último remanescente da escravidão. Prolíficos, a fecundidade assegurar-lhes-á a resistência, bloqueados pela Civilização branca. Mas não sairão da inferioridade em que vivem, nem darão à comunhão grandes figuras patrimoniais, co-

mo as deram, ainda no cativeiro, quando o branco lhes impunha a sua disciplina com o seu convívio. E a raça negra desaparecerá, após uma agonia lenta e anônima de dois ou três séculos, absorvida pela raça dominadora, cujas ondas se avolumam com a imigração, ficando apenas, da sua passagem, nos povos em que o Brasil de hoje se dividir, um pouco mais de sentimentalidade na alma dos homens, e uma centelha a mais, e uma tonalidade mais dourada no olhar e na tez das mulheres...

XVI

OS DISCÍPULOS DE TARZAN

AQUELES três garotos de calça pelo joelho que, há oito ou dez dias, iniciaram e concluíram a aventura animadamente concertada à saída do cinema ou no banco da escola primária, não tiveram, parece, ainda, o seu cronista, o seu celebrador entusiasta e camarada. E essa falta constitue uma injustiça. Ulisses não encontrou em Homero o narrador mentiroso dos seus feitos? Enéias não teve em Virgílio o narrador imaginoso da sua viagem? Tasso não espalhou pelo mundo a aventura militar de Godofredo de Bulhão? Swift não universalizou as peregrinações do capitão Gulliver? A Idade-Média e a Renascença não têm tantos poemas e romances, cantando a coragem e o atrevimento de heróis que se iam pelo mundo com uma lança, e às vezes

até sem lança nenhuma, à procura de um dragão ou de um reino, para cobrir-se de fama e de glória? Por que hão de ficar na obscuridade êsses três desvendadores de selvas e mistérios, que, tendo partido do Rio de Janeiro à conquista do Brasil desconhecido, chegaram, matando mosquitos, até às vizinhanças de Merití?

Os feitos dos homens não valem pela sua expressão dentro da realidade, mas pela soma de sonho que encerram. Colombo, indo em busca de um mundo, que encontra nos limites do mar, não se tornou mais célebre do que os argonautas, indo em busca de um carneiro de lã de ouro, que ninguém mais viu, depois de encontrado. Descobrir algo de novo na terra, nada significa. O mérito consiste em sonhar a descoberta, e partir para realizá-la. O Universo vale menos como realidade do que, pròpriamente, como imaginação. E um filósofo não houve, já, que interpretou o mundo como um sonho que está sendo sonhado por Deus?

E outro como um romance que Deus está escrevendo, e em que os personagens se chamam Sesostris e Rômulo, Licurgo e Alexandre, César e Cleópatra, Aníbal e Cipião, Cromwell e Bonaparte, Eróstrato, que destrói um templo e Guilherme de Hohenzollern, que destrói uma civilização?

Uma noite, haviam, os três, ido ao cinema do seu bairro, e procuraram ficar juntos, como ficavam na escola pública do distrito. Levavam, na tela, *Tarzan, filho das selvas*. O braço passado pelo espaldar da cadeira do outro, cada um, tomado de um entusiasmo comovido, procurou chegar-se mais ao companheiro. Não falavam, mas estremeciam ante os quadros que se desenrolavam diante dos seus olhos arregalados na treva. E, entre êles, a surda comunhão dos pensamentos. Amigo dos elefantes e dos macacos, Tarzan é protegido pelos macacos e pelos elefantes. Quando se acha em perigo, leva a mão, em concha, à bôca, e solta um grito longo, enorme, e inconfundí-

vel, que a floresta multiplica de fronde em fronde, reboando nas folhagens e nas clareiras. E, a êsse grito, a massa colossal dos monstros se movimenta, barrindo, derrubando arbustos, esmagando palmeiras, como se fosse um rebanho de rochedos vivos que se despenhasse da montanha. São os elefantes que acodem ao apêlo do amigo! São os elefantes que vêm em socorro de Tarzan!

Quando, no intervalo, as lâmpadas se acenderam, os três pequenos espectadores se entreolharam. Não diziam nada, mas havia, entre êles, uma espécie de entendimento.

— Vamos? — convidou um dêles, os olhos brilhantes de emoção.

Os dois outros concordaram:

— Vamos!

Não trocaram mais uma palavra. À saída, porém, enquanto os pais caminhavam a pequena distância, os três iniciaram a troca de idéias. Iriam caçar feras, vivendo como

Tarzan. Mas, onde? Na África, era difícil. Para ir à África tornava-se necessário embarcar, atravessar o Oceano.

— Aquí mesmo no Brasil tem feras... Tem ou não tem? — aventurou um.

— No Amazonas, tem, — informou outro.

E o terceiro:

— O Amazonas fica longe... Vamos no Paraná!...

Na manhã seguinte, as duas famílias a que pertenciam êsses três heróis amanheceram preocupadas. A mãe de um dêles sentenciou:

— Meu filho, você hoje vai tomar um purgante.

— Por que, mamãe?

— Você passou a noite muito inquieto. Falou durante o sono, e mexeu-se muito na cama... Com certeza, são vermes...

O pequeno futuro caçador de leões, êmulo miúdo de Tartarin, sentiu-se profundamente humilhado com a confusão.

Seria possível que não houvesse na terra, uma distinção entre os fenômenos que denunciam os grandes pensamentos e as pequenas lombrigas? O ideal poderia ser impunemente insultado, com uma dose de óleo de rícino? Essas cogitações não chegaram, porém, a criar raízes no espírito do futuro desbravador de terras bárbaras. À hora habitual, partiu para a escola, onde encontrou, confabulando, os dois companheiros de aventura. No recreio, o plano, concebido durante a noite, foi traçado.

— Iremos, — começou o mais velho, de doze anos de idade, — iremos, primeiro, daquí a Petrópolis.

— A pé? — indagou o mais novo.

— E então? As grandes expedições são feitas a pé...

Continuou:

— De Petrópolis, marcharemos para Juiz de Fora.

— Depois?

— De Juiz de Fora, seguiremos para o interior de São Paulo. Atravessaremos São Paulo, em linha reta.

— E daí?

— Entramos nas brenhas do Paraná, e começaremos a caçar as feras!...

Seis olhos humedeceram-se de emoção. Um frio exquisito percorreu a espinha dos três expedicionários. Mas ficou, desde êsse instante, combinado que ninguém recuaria da deliberação tomada.

— Pira de cachorro p'ra quem não fôr! — ameaçou um.

Os dois aceitaram a idéia do castigo:

— Pira de cachorro!...

Dois dias depois, à hora da chamada, a professora anotou a falta dos três pirralhos. No dia seguinte, repetiu-se o sinal, na lista de presença. A essa hora, porém, duas famílias, alarmadas e aflitas, telefonavam para todas as residências conhecidas, perguntando se não andavam por lá os garotos desaparecidos. As investigações eram, toda-

via, inúteis, porque, nesse momento, cada um com um cacete na mão, os três caçadores de leões já iam fora da cidade, executando, a caminho do Paraná, o rigoroso programa aprovado. Iam cansados e cobertos de poeira. De vez em quando, o mais novo dos expedicionários fazia alto, e, estendendo os olhos pela estrada deserta, indagava:

— O Paraná ainda fica longe?

— Fica, — informava um dos companheiros.

— E a gente não pode caçar feras mesmo por aquí?

Nas proximidades de Olaria, em um pequeno bosque, o mais velho viu um porco, junto à raiz de uma árvore. Porco de casa, preguiçoso e gordo. Porco familiar, com ares de capitalista.

— E' porco do mato! — exclamou. — Vamos matar?

O segundo expedicionário protestou, com superioridade:

— Deixa o porco. Porco não é fera! Para caçar porco a gente não precisava ir ao Paraná!

O outro insistiu. O terceiro optou pelo ataque ao suíno. Estabeleceu-se a discussão. Quando Tartarin investiu, na Argélia, o leão sagrado, estava sòzinho. Por isso, o matou. Não tinha que pedir conselhos a ninguém.

— Se você matar o porco, eu volto daquí! — declarou o segundo caçador de feras.

Nas expedições atrevidas, essas divergências são inevitáveis. Colombo e Bobadilla, Pizarro e Almagro, Fernão Dias e Borba Gato. A discussão foi viva, e o porco não foi morto.

— Ou eu mato leão, ou não mato nada! — declarou, vitorioso, o Hércules de escola primária.

À noite, a expedição entrava em Merití. Os mosquitos, avisados de que havia chegado à localidade sangue fresco, deram em cima dos pirralhos, como se quisessem devo-

rá-los. O expedicionário mais miúdo indagava dos mais velhos:

— Leão é peor do que mosquito?... É?

O entusiasmo dos viajantes arrefecia gradualmente, à medida que se afastavam de casa. Êles iam, porém, continuar, quando o delegado da localidade, estranhando a presença daqueles três hóspedes, resolveu interpelá-los.

— Para onde vão vocês? — indagou.

— Para o Paraná.

— Para o Paraná, por aquí? Fazer o que?

— Matar leões, se houver por lá. E viver como Tarzan, filho das selvas.

O caso era grave. O telefone entrou em comunicação com o Rio. A Polícia, que andava já à procura dos três aventureiros, determinou ao delegado local que embarcasse para a cidade os três êmulos de Tarzan. E êles lá vieram, discutindo ainda entre si as vantagens da expedição, até que chegaram em casa, e foram punidos pelos pais

com uma surra à maneira antiga, segundo informaram irreverentemente os jornais.

Registando, aquí, o feito, eu não quero, todavia, aplaudir o castigo, que o coroou. Pelo contrário: venho, como camarada, apertar a mão a cada um dos discípulos de Tarzan, e dizer-lhes que tirem, da lição, um proveito, para os dias futuros. O mundo é assim mesmo. A própria vida é assim. A gente entra por ela com a idéia de caçar leões. E dá-se por muito feliz quando mata um porco, e, mesmo, quando não leva uma surra.

Eu que lhes diga!

XVII

DESTINOS...

QUANDO, há cinco anos, visitei, como deputado federal, o Maranhão, quis rever todos os lugares por onde havia passado anônimamente, nos dias tormentosos da minha infância e da minha adolescência, e, particularmente, as casas em que havia trabalhado como caixeiro humilde, na absoluta ignorância das futuras diretrizes do meu Destino. No meu *Diário de viagem,* assinalo, então, as emoções recebidas. "Tenho desejo, — escrevo, — tenho desejo de ver o prédio em que eram estabelecidos J. A. Santos & Cia., casa poderosa e rica de que fui empregado eventual e obscuro, ainda menino. E' um café, o *Café do Comércio,* propriedade de um turco. Turco ou italiano. E eu me fico a pensar que as casas, como os homens, têm o seu destino, com as suas exaltações e as suas humilhações. A

barbearia modesta pode ser, amanhã, elegante loja de modas. Na sala em que funcionou a livraria pode estabelecer-se, dentro de alguns meses, o seleiro, que vende arreios, ou o armeiro, que vende punhais. A lição de humildade imposta a J. A. Santos & Cia. foi, todavia, injusta e alarmante." E adiante: "Passo em frente à antiga mercearia de José Dias de Matos, onde pesei açúcar e lavei garrafas, e em cujo mirante li, quasi soletrando, Abbeville e Yves d'Evreux. Está fechada, mas vejo que é um depósito de fumo, que vem envenenar aquí fora o ar da manhã com o cheiro forte da nicotina."

Um amigo ilustre e querido que acaba de chegar de São Luiz, traz-me, porém, uma novidade que me enche de contentamento, e confirma as observações feitas acima sôbre os caprichos do destino, em relação às casas, que ora sobem, ora descem de condição. E a novidade é esta: o velho e sólido armazém da rua da Paz em cujo tanque lavei garrafas, e em cuja escada móvel o século XX me encontrou contando, num balanço de mercadorias, quarenta e duas latas de azeite de oliveira Brandão Gomes, êsse velho armazém foi promovido, agora, a Biblioteca Pública do Maranhão.

A mercearia em que fui empregado ficava, como tive ocasião de descrever no primeiro tomo das *Memórias,* em frente à Biblioteca, de modo que eu podia estudar das oito horas da noite, quando se fechava a casa de comércio, às dez, quando aquele estabelecimento público cerrava as portas. Agora, carecendo o edifício da Biblioteca de grandes consertos, foram os livros removidos para o andar térreo do prédio fronteiro. E êsse prédio é exatamente aquele em que êste obscuro membro da Academia Brasileira de Letras, foi, há trinta e três anos, honrado lavador de garrafas!

Ao mesmo tempo que o sobrado da Praia Grande, em que eram estabelecidos J. A. Santos & Cia., se vê humilhado, o da

antiga mercearia recebe, como se vê, uma das mais invejáveis honras porventura sonhadas por um edifício no Maranhão. Nas prateleiras em que se alinhavam, outrora, garrafas e latas, empinam-se agora os volumes encadernados, que consubstanciam todo o orgulho dos antigos atenienses do Norte. Onde eu arrumei, em 1901, latas de sardinhas, acha-se, talvez, Odorico Mendes, nas suas versões magistrais de Homero e Virgílio. A tábua que um dia sustentou garrafas de vinho Colares, sustenta, neste momento, Francisco Sotero dos Reis. Gonçalves Dias dorme, possìvelmente, em verso e prosa, onde dormiam as caixas de figos importados pelo Natal. Entrasse eu, hoje, de olhos fechados, no velho armazém, para retirar de uma prateleira uma lata de leite condensado, e encontraria no lugar da lata um volume de João Francisco Lisboa. O *Guesa,* de Souzandrade, ocupa, agora, o pôsto de uma lata de massa de tomates. Onde se amontoavam as latas de mortadela italiana, estica-se Gomes de Souza. Na prateleira dos presuntos, Antônio Henriques Leal. César Augusto Marquês substituiu as latas de marmelada. Onde eu arrumava ervilhas portuguesas n.º 3, arrumaram Artur Azevedo. No lugar das peras em calda, Aluísio e, no molho inglês, o honrado Teixeira Mendes. Trajano Galvão de Carvalho, Marques Rodrigues, Gentil Braga, Hugo Leal escondem-se, em alguns volumes, onde se escondia, em oito latas, o saboroso paio português.

Na sala seguinte, Raimundo Correia sente, ainda, através da encadernação, o cheiro que deixou na tábua a última lata de feijoada do Rio Grande. Onde estava o queijo de São Bento está Joaquim Serra. Franco de Sá impregna-se do perfume que deixou uma lata de doce de bacurí. E Antônio Lobo encolhe-se, em três tomos, onde se levantava uma lata de espargos.

Na sala dos fundos, a gente mais nova, ou menos velha, toda ela do Maranhão. Coe-

lho Neto espraia-se por toda a prateleira em que se estiravam as garrafas de *champagne,* destinadas às festas de luxo. Graça Aranha substituiu a fila de vinho branco, para peixe. Maranhão Sobrinho ficou no lugar da caninha especial, que acompanhava a feijoada. Dunshee de Abranches, Viriato Correia e Domingos Barbosa, e Clodomir Cardoso, e Costa Gomes, Vieira da Silva, e Alfredo de Assis, e Francisco Serra, e Astolfo Marques, e Antônio e Raimundo Lopes, e quantos mais, filhos do Maranhão, escreveram livros de prosa ou verso, dispersam-se, agora, sôbre as tábuas em que se acomodavam, na antiga mercearia, a manteiga, o chocolate, o salmão em conserva, a tâmara em caixa, o figo em cesta, a maisena em pacotes, as latas de biscoito inglês.

Um fato extraordinário deve ter, porém, ocorrido, por ocasião da mudança. Foi quando entrou na antiga mercearia o primeiro livro de um sujeito chamado Humberto de Campos.

— Você foi escrito por um menino que foi caixeiro aquí? — terá estranhado a prateleira.

— Sim, senhora.

— Um que lavava garrafas alí no tanque?

— Êsse mesmo.

A prateleira deve ter desatado a rir, achando graça no caso. Mas o livro, que era um dos do Conselheiro X. X., também desatou a rir.

E quasi caem de rir, os dois.

XVIII

JEAN MERMOZ

MERMOZ chegou, anteontem, mais uma vez, ao Rio de Janeiro. E veio pelo céu. Veio pelos caminhos da luz, dos pássaros e das estrêlas. Veio da sua terra à nossa, dominando enseadas e montanhas, pairando sôbre desertos, voando sôbre as ondas do mar.

A vida dêste rapaz, que tem hoje 33 anos, é toda uma epopéia moderna. A França, ainda sangrando das feridas que recebera nas trincheiras do continente, procurava consolidar a sua situação na Síria, quando êle ergueu o seu voo, e pairou sôbre o Líbano. Desde então, ficou êle sendo a águia dos desertos do Oriente. As tribus conheciam-no pelo rugido rouco dos motores. E êle passava, baixo, quasi roçando a copa dos gran-

des cedros milenários estirando aos ventos da Ásia o pavilhão da pátria, mil vezes coberto de sangue e mil vezes coberto de glória.

Terminada a campanha da Síria, voltou Mermoz à Europa, consagrando-se à aviação comercial. Afeiçoara-se, porém, à visão dos areais faiscantes de sol, e queria revê-los. E passou a fazer, voando em parte sôbre terras de bárbaros, a linha Toulouse-Dakar. Ao vê-lo passar, cada semana, lá em cima, entre as nuvens, o mouro esporeava o ginete, e, o albornoz ao vento morno, corria horas inteiras, na esperança de encontrá-lo num cômoro, o aparelho quebrado, o rosto ferido, para o cativeiro, para a vingança, para as infames especulações do resgate. Do alto, Mermoz contemplava a perseguição inútil. Visto das nuvens, o mouro, no seu cavalo, era como um inseto vil e rasteiro, de braços de homem, patas de bicho, e pequenas asas de pano com que não podia voar... Em 1923, estava o moço aviador na América do Sul. Vinha desafiar os pampeiros, os grandes ventos que sopram do Polo. Até então, os voos nesta parte do continente, eram feitos ùnicamente durante o dia. Mermoz resolveu iniciar as grandes viagens aéreas à noite, à luz das estrêlas. E levou a efeito, sem o mais ligeiro obstáculo, o primeiro voo noturno do Rio a Buenos-Aires. E daí foi aos Andes, olhando de bem alto os gelos eternos, para pousar, em seguida, na plataforma de um monte solitário, espantando os condores.

Vencida a Montanha, Mermoz quis vencer o Mar. Em maio de 1930, achando-se em París, erguia o voo, e ia descer em S. Luiz, na África. E a 12 daquele mês partia dalí, vindo pousar em Natal, no Rio Grande do Norte, realizando a viagem mais feliz que até então se havia levado a efeito sôbre o Atlântico Sul. Em setembro dêsse mesmo ano, tenta a travessia, de regresso. Parte de Natal, rumo a Dakar. O aparelho é mais fraco, todavia, do que a vontade do aviador,

e desce em pleno oceano, a 600 quilômetros do ponto de destino. Mermoz aguarda os socorros, e é salvo. E volta a desafiar o oceano. Agora, zombará da sua fúria: tem tanta certeza de que não descerá em caminho, que vem, desta vez, em um aparelho terrestre. E lá se vem êle, pela primeira vez, em fevereiro de 1933, no *Arc-en-Ciel*. A queda, agora, é a morte. Mas o aviador não teme a Morte: atravessa o Atlântico, e vem descer no Rio de Janeiro! E em maio fez a viagem de regresso, voando de Natal a Dakar. O Oceano está vencido: Mermoz cortou-o, abaixo do Equador, nas duas direções.

Agora, é seu todo o Céu, e todo o Mar. Em maio de 1934, ei-lo, de novo, a caminho do Brasil. Vôa de Dakar a Natal, conduzindo malas postais. A correspondência posta no correio em París a 27, chega ao Rio de Janeiro a 29, com 54 horas de viagem. Mas a 31 Mermoz retoma o caminho da pátria, pelo céu: parte de Natal, e desce em Pôrto-Praia; parte de Pôrto-Praia, e pousa em

Vila-Cisneiros. O Rio de Janeiro e Buenos-Aires tornaram-se, agora, vizinhos de París!

Não é a América do Sul, entretanto, o campo único das suas proezas assombrosas. Em abril de 1930, vence êle, na Europa, o campeonato mundial, em círculo fechado, para hidro-aviões, percorrendo 4.308 quilômetros. No mês seguinte bateu o récorde mundial em linha reta, para hidro-avião, voando 3.173 quilômetros. E um ano depois, o récorde mundial de distância, em círculo fechado, para avião. Os anais da aviação enchem-se do seu nome. E a França, por sua vez, se enche de orgulho, contente do seu filho.

Agora chega Mermoz, de novo, ao Rio de Janeiro. Acaba de atravessar o Atlântico, sem uma pausa ou um incidente, transformando em feito banal um acontecimento que, antes dêle, espantava o mundo. O céu do Brasil tornou-se, para êle, familiar. Primeiro a encher as sombras noturnas dos ru-

mores heróicos de um motor em marcha, as estrêlas se reúnem em constelação, à sua chegada vitoriosa. E é corrente que o govêrno do Brasil lhe reserva, igualmente, um punhado de estrêlas, para lhe galardoar o amor que vota, no seu peito forte, a esta terra e a êste céu.

Mermoz vai receber, parece, a condecoração do Cruzeiro do Sul, única no Brasil, destinada a assinalar os estrangeiros ilustres que se tornam nossos amigos. O ministro das Relações Exteriores, sr. José Carlos de Macedo Soares, vai propor, segundo se diz, ao respectivo Conselho, aquela concessão. E Mermoz será, em breve, oficial do Cruzeiro do Sul.

Êsse aplauso ao gesto elegante do govêrno brasileiro não chegará, jamais, aos ouvidos de Jean Mermoz. Mas eu quero deixá-lo aquí. Contenta-me a certeza de que, no seu peito, o Cruzeiro voltará a brilhar entre as nuvens. E consola-me a convicção de que, de regresso ao outro hemisfério,

quando lhe perguntarem se viu, neste, a constelação que é o mais belo enfeite do firmamento do Brasil, êle indagará:

— O Cruzeiro do Sul?

E, imitando o pequeno alsaciano, batendo no coração:

— Está aquí!...

XIX

OLEGÁRIO MACIEL

QUANDO um poeta encontra um túmulo no seu caminho, senta-se na pedra que o assinala, e põe-se a cantar os pássaros que chilreiam nas frondes, a sombra cristã da Cruz que o protege, e as rosas que sôbre êle desabrocham. Sedú-lo o contraste da vida, que palpita em tôrno, com o silêncio da morte, que está lá dentro. Em iguais circunstâncias, o filósofo não se volta senão para a lousa, que sepulta um mistério. Há problemas imensuráveis no punhado de cinza que alí dorme. E o investigador taciturno medita sôbre a miséria da vida, que é som e movimento, e sôbre a eloquência da morte, que é inércia e silêncio. Maior que o mundo vivo é, sob a lupa do seu espírito, o mundo morto. O sociólogo fica, porém, entre o filósofo, que investiga a profundidade

e o poeta, que se contenta com a superfície. O que lhe interessa naquele túmulo é o Homem, que alí repousa. E êle como o Cristo, ressuscita o irmão de Maria e Marta, e fá-lo passear, de novo, para examinar-lhe os passos, pelas ruas da Betânia.

A morte do presidente Olegário Maciel, de Minas, é o grande e imprevisto acontecimento desta hora política. A Revolução, de que êle foi um dos esteios, pô-lo em evidência, e em evidência o conservou até ontem, como uma das figuras capitulares da Nova República. E essa figura, como a de todos os homens públicos que adquirem notoriedade repentina, faz lembrar a estátua de Nabucodonosor, a qual era, na informação dos historiadores, metade de barro, metade de ouro. Apenas, o ouro e o barro haviam sido aproveitados, no caso brasileiro, não para separar o homem e o seu pedestal, mas para que o pedestal e o homem oferecessem, ao mesmo tempo, um duplo aspecto. A sua importância histórica dependia dos olhos

que o fitavam lá dentro, em Minas, e dos lábios que o definiam aquí fora. Para os seus correligionários, era êle digno de Plutarco ou de Cornélio. Para os seus adversários, reclamava simplesmente Balzac, como pequeno personagem da Comédia Humana. Daí nos aparecer, a nós, aquí do litoral, como um obelisco levantado no alto da montanha apresentando duas faces enfeitadas de rosas votivas, e as duas outras com todos os vestígios, ainda, de todas as pedras do dia e da véspera.

Lamentável será, por isso, se os escritores mineiros lhe não fixarem os traços, enquanto se acham êles presentes à memória dos que o conheceram. E' preciso que o Olvido não devore êsse homem, que foi, realmente, um vulto histórico em determinado momento da vida brasileira. Enorme ou pequeno, cidadão de Lilliput ou de Brobdingnag, que se guarde, para a História, a medida da sua estatura. Há vinte anos Minas-Gerais possuía um vulto político de grande

pêso nos conselhos da República. Chamava-se Bias Fortes. Espécie de guerrilheiro da antiga Lusitânia ou das Astúrias, não saía êle da sua caverna da montanha senão para combater e triunfar. O sol movia-se tão baixo, em tôrno dêle, que a sua sombra se projetava, imensa, no norte e no sul do país. O seu voto, na comissão executiva do seu Partido no Estado, possuía uma significação nacional. Minas fazia presidentes da República. Bias Fortes era, porém, maior, porque fazia os presidentes de Minas.

E, hoje, que resta de Bias Fortes? Desapareceu a entidade lendária. Ninguém se havia preocupado com a sua sobrevivência histórica. E o seu nome só é, ainda, pronunciado ou escrito, mesmo na sua cidade, porque o dono deixou um filho com êle.

Comecemos, pois, com a história da vida dos homens, a escrever a História do Brasil, depois da Revolução. Se continuarmos a sepultar a memória dos mortos com o seu corpo, corremos o risco de ignorar o

nosso Presente quando êle se transformar em Passado, e a não ter o direito, sequer, de entrar, pela mão de Luciano de Samosata, na História Universal, mesmo com o título, e as honras históricas, de País dos Fantasmas.

XX

O PRÍNCIPE ENCANTADOR

O entusiasmo e a simpatia com que as multidões têm recebido por toda parte, nos países sul-americanos, Sua Alteza o Príncipe de Gales, são um dos documentos mais interessantes da psicologia dos povos. O espírito político da América Latina, senão de toda a América, é intrínseca e tradicionalmente democrático. O único país que estabeleceu e tentou conservar um govêrno monárquico teve de ceder às tendências continentais, afastando uma velho Imperador e proclamando a República. Não obstante isso, as massas populares congestionam-se nas ruas e avenidas para glorificar um jovem príncipe itinerante, herdeiro de uma das coroas mais pesadas da Europa e representante, portanto, de uma das formas de govêrno contra a qual toda a

América se tem batido, e que foi proscrita do solo americano como obsoleta e quasi afrontosa à dignidade dos homens livres. Êsse espetáculo já foi assinalado, aliás, e do modo mais característico, por ocasião da visita ao Brasil, de Sua Majestade o Rei Alberto I, da Bélgica. Cercando o louro e atlético soberano que nos aparecia ainda cheirando a pólvora dos combates pela redenção do seu pequeno reino sacrificado, o povo brasileiro delirou. E foi com saudade que as multidões cariocas o viram partir. como se se tratasse de um grande e querido concidadão que embarcasse para o exílio.

Nenhum povo da terra é tão acentuadamente democrata como o brasileiro. As condições da vida e da formação política nivelaram aquí as raças, as castas, os indivíduos. Por mais simples, mais pobre, mais humilde, nenhum homem se sente inferior ao seu vizinho. O sentimento da igualdade prometido nas leis permanece, real, perfeito, inalterável, no fundo das conciências. Só

se curva, entre nós, quem se quer curvar. A subserviência é, aquí, facultativa e só a exerce quem tem, efetivamente, a volúpia da servidão. De onde, pois, a conclusão de que os entusiasmos do povo são sinceros e espontâneos, e de que foi com o seu coração e com a sua alma que êle encheu as ruas do Rio de Janeiro para festejar o mais simpático herdeiro das dinastias ainda em exercício na terra.

E êsse entusiasmo tem uma expressão alta, e bela. O povo tem o instinto da liberdade e ama os homens que lhe dão, dentro dela, a ventura e a prosperidade. Organizada pelos gregos a famosa heptarquia dos seus filósofos, começaram as gerações a abrir claros e a substituir tôrres nessa larga muralha de Sabedoria. Um ponto, especialmente, era atacado pelos reformadores: a memória de Periandro. Tales, Pítaco, Bias, Cleóbulo e Solon foram consagrados unânime e perenemente pela Grécia. Chilon foi aceito com insubsistentes restrições, e só o

sábio coríntio, entre todos, tomou assento nessa augusta assembléia de semi-deuses debaixo de uma contínua hostilidade dos povos. As cidades, na sua vingança, deram-lhe os mais disparatados substitutos. Arcesilau de Argos e Epiménides de Creta são postos ostensivamente no seu lugar. Até à Cítia bárbara, onde a imaginação helênica ainda ia buscar a estranha concepção do centauro, tinham êles ido procurar, para humilhação de Corinto, o gênio exótico de Anacársio. O próprio Platão, avêsso a vinditas, substituiu o seu nome pelo de Mison, de Chios. Um ódio surdo, frio, insistente, envolve, em suma, nos subterrâneos da antiguidade, a glória de Periandro.

E por que essa ojeriza, essa perseguição que se desenrola, hostil, durante séculos, nos corredores ainda mal iluminados da História? E' São Clemente de Alexandria quem vem revelar, mais tarde, tão alto mistério: Periandro foi excluído da veneranda companhia dos sábios por haver implantado uma tirania, sujeitando uma República!

O que o povo brasileiro cultua, assim, no Príncipe de Gales, como cultuou no Rei Alberto, é o representante de um govêrno liberal, de uma monarquia que tem feito a felicidade da nação que rege. No seu instinto, êle não quer saber se se trata de um imperador, de um rei ou de um Presidente de República, mas tão sòmente se o povo que êsse homem governa, vive contente e feliz. Entre um Presidente republicano que exerça compressão sôbre o sentimento popular no seu país e um monarca absoluto que dirija o seu com sabedoria e moderação, é a êste que êle festeja. As formas de govêrno são indiferentes ao seu julgamento. O que lhe importa são os resultados da sua atuação. A boa forma de govêrno é aquela que faz o país próspero e conserva o povo contente.

A Inglaterra, os Estados-Unidos e a Bélgica são os três refúgios clássicos da Li-

berdade. Daí as festas ao Rei Alberto. Daí o entusiasmo em tôrno de Hoover. Daí, agora, o júbilo coletivo à passagem do filho e herdeiro de Jorge V. Dir-se-ia que êste último não traz consigo a mesma tradição de heroísmo do rei dos belgas nem a mesma de homem de trabalho do Presidente Americano. Mas é portador de outra, menos gloriosa, porém, mais amável: o de portador de um título sem mácula que data de um século, e de uma alegre e democrática mocidade que não é, talvez, senão o prefácio leve de uma grande vida de pesados trabalhos e graves preocupações patrióticas. Que faria cada um de nós ao ver passar uma criança despreocupada e risonha, que soubéssemos destinada a encontrar, de modo inevitável, toda a sorte de perigos, em que possìvelmente sucumbisse? Cercá-la-ia de festas e mimos; compensar-lhe-ia com o carinho de hoje a contrariedade de amanhã: dar-lhe-ia, enfim, o bálsamo para a ferida que ainda não abriu.

E o Príncipe de Gales é essa criança predestinada sôbre cujos ombros pesará um dia a responsabilidade do maior Império da terra, e que trará na dobra do seu lenço, como o embaixador romano nas do seu manto, a paz e a guerra. Surgindo para as ocupações do govêrno na hora mais grave da história do mundo, caber-lhe-á a missão hercúlea, de apertar os laços de um imenso poder colonial que se vai afrouxando, e cuja dissolução talvez nenhum pulso consiga deter. Êle é, enfim, o mancebo ateniense que parte cantando, e coberto de rosas, para os combates trabalhosos. Brilham-lhe nos cabelos finos, de quem ainda ontem era adolescente, as doces claridades da aurora que o poente cobrirá de poeira e de sangue.

Completando êsse prestígio do Destino, traz êle o de mancebo amável, e elegante, modêlo da graça, mestre da distinção. Neto de um dos homens mais mundanos do século, trouxe para a vida o mesmo bom gôsto, a mesma gentileza, o mesmo tato no tra-

to das gentes, a mesma finura e discreção nas maneiras. Democrata e gentil, associa a simplicidade natural do caráter às mais finas qualidades adquiridas na educação. Adicione-se a isso a circunstância de se ter conservado solteiro até uma idade em que os seus antepassados já haviam assegurado pela prole a perpetuação da dinastia, e ter-se-á compreendido o motivo da sua popularidade no mundo inteiro, e esta simpatia amável de que é cercado por onde passa. Para disfarçar os espinhos que, como rei, adiante lhe dilacerarão os pés, os homens de toda a terra, e as mulheres mais do que êles, lhe atopetam de pétalas os caminhos que percorre.

E' êsse Príncipe Encantador, que talvez seja, também, um Príncipe Desencantado, que percorre, a esta hora, as terras do Brasil. E já alguém imaginou, porventura, a tragédia dourada que pode dormir na alma de um homem da sua estirpe? O coração dos príncipes e dos homens de condição

humilde são, uns e outros, do mesmo tamanho. Os sentimentos que os assediam são os mesmos. Apenas, os príncipes são escravos dos interêsses políticos do seu país, e não têm livre o coração, ao passo que o homem do povo pode dar o seu a quem quiser. Não é de ontem, ainda, o drama político-sentimental do Rei Carol? E quem nos diz se na alma do neto de Eduardo VII não se trava uma luta igual, mais triste porque mais íntima, e que só não vem reboar aquí fora porque a escondem o caráter firme do seu protagonista e os escrúpulos tradicionais da mais discreta côrte da Europa?

Tudo isso constitue, todavia, motivo para acentuar a simpatia do povo brasileiro pelo hóspede ilustre que êle acaba de receber com aleluias e flores. Nele, glorificamos o povo inglês, modêlo de organização política, e padrão social no mundo moderno. Nele saudamos uma dinastia secular, que tem sido, no conjunto das suas virtudes serenas, uma expressão do seu povo. Nele

festejamos o homem do século, a figura mundana, mestre das boas maneiras, *arbitrum elegantiorum,* jovem como Alcibíades ao entrar no mundo em que reinam as mulheres e prestigioso como Petrônio quando saiu dêle. Nele homenageamos, enfim — nós, democratas da América, republicanos do Mundo Novo — o mais delicado representante de um regime que vai desaparecendo, que nós próprios destruímos, mas de que temos saudade; a última flor de um jardim que os povos da terra vêm arrasando, mas cujo perfume, quando o sentimos, ainda nos dá a impressão amável da antiga beleza da Vida.

Salve, pois, último Embaixador de um Reino Encantado!

Salve, Príncipe Encantador.

XXI

BENJAMIM CONSTANT

EM uma velha casa do morro de Santa Teresa, há 41 anos, no dia de ontem, falecia o general Benjamim Constant Botelho de Magalhães, fundador oficial e ostensivo da primeira República Brasileira. Refere o visconde de Taunay nas suas *Reminiscências* que, pouco depois do 15 de novembro, encontrando-se em um bonde com Benjamim, êste entendeu de dar-lhe explicações sôbre o movimento que chefiara, e, ao mesmo tempo, do seu arrependimento. E acentuava, familiar:

— Olhe, eu contava com sincero patriotismo e só tenho encontrado *pratiotismo*... Conhece essa palavra? Inventei-a para o meu uso; há simples transposição de um "r" da segunda sílaba para a primeira. *Pratiotismo* é o amor incondicional, acima de tu-

do, do *prato,* da barriga, do interêsse, o sentimento que inutiliza, espezinha e conculca o *patriotismo.*

Benjamim morreu, segundo se diz, com as faculdades mentais regularmente comprometidas. Mas a enfermidade não era recente. Quando êle iniciou o seu apostolado em favor da mudança do regime, já devia estar gravemente enfêrmo. Um homem que se bate pela democracia em um país com 12 milhões de habitantes, entre os quais há 8 milhões de analfabetos mestiços e dois milhões de africanos saídos há um ano do cativeiro, está, necessàriamente, com cupim na caixa do entendimento. E bem andava aquele povo de Laputa, a que se refere Swift, o qual estabelecia o exame médico de todos os legisladores no momento da votação.

O fundador da Primeira República é o único ídolo intangível do Itararé de 1889. Sua memória permanece intacta e pura, e é agredida, todos os anos, por um discurso ou

por um artigo do dr. Brício Filho. Não deverá êle, entretanto, a sua glória à fatalidade da morte, que o levou tão cedo desta *vida descontente?* Que lhe teria acontecido, se continuasse a viver, como outros? Não teria acabado pacífico senador da República, chefe de oligarquia, ministro da Agricultura, fornecedor do govêrno ou diretor do Banco do Brasil? Ou teria reagido, conspirando de novo, promovendo uma nova revolução e proclamando logo a Segunda República para que os companheiros de jornada tivessem, imediatamente, maiores saudades... da Primeira?

"E' à longa vida, — diz Juvenal, — que Mário deve o exílio, e os ferros, e os pântanos de Mintúrnio, e o pão mendigado sôbre as ruínas de Cartago". E indaga referindo-se a Príamo: *Longa dies igitur quid contulit?* De que lhe serviu, realmente, ter vivido tanto?

Os revolucionários deviam ser, em verdade, como as cigarras, que depositam o

germe da geração nova, e morrem. Revolucionário que vai ao poder toma a estatura e a máscara do adversário vencido. E entre nós os homens públicos são feitos, sempre, do mesmo barro. A indumentária do govêrno é a mesma. Gandhi só é o ídolo da Índia, porque anda nu.

Louvada seja, pois, a morte que levou Benjamim Constant um ano e tanto após a proclamação da República. Tivesse êle vivido mais, e quem sabe não levaria, hoje, no seu túmulo, a sua merecida descompostura?

XXII

HUGO RICALDONI

EM 1931, nos primeiros dias de novembro, achava-me eu no meu quarto do Hotel Florida, em Montevidéu, quando o gerente me foi avisar de que havia dois jornalistas à minha procura. A profissão dos visitantes evitou o constrangimento, que eu podia sentir, ao recebê-los alí, na intimidade de um aposento de enfêrmo. A cama de casal para um só, o armário, duas cadeiras, a máquina de escrever substituindo os pratos ou as flores na pequena mesa encostada à parede, eram toda a ornamentação daquele cubículo de homem livre e civilizado que o chanceler Juan Carlos Blanco havia, com os seus agudos olhos de quem tem quarenta anos e é diplomata há um século, observado piedosamente na véspera, na sua visita ao doente. Os dois jornalistas apresentaram-se ao colega estrangeiro, e um minuto de-

pois, saíam, os três, para uma saleta de espera do hotel, onde conversaram durante duas horas. E, no dia seguinte, aparecia em *El Imparcial,* o primeiro dos dois artigos sôbre êsse encontro, vindo o outro logo no outro dia, amáveis, ambos, e generosos, e admiràvelmente bem escritos. Assinava-os um dos visitantes. Era louvado, neles, e fotografado de corpo e alma, o hóspede brasileiro.

Após a leitura do primeiro artigo, eu disse a Araújo Jorge, então nosso ministro em Montevidéu:

— E' extraordinário êsse rapaz! Que observação a dêle! Nada escapou à sua visão e aos seus ouvidos! Nem as minhas mãos curtas e grossas, nem o meu prognatismo, nem a minha gesticulação, nem os meus olhos cansados, nem, mesmo, a vitrola, cuja voz errava pelo edifício, como para voltar de novo, corrida de vergonha, ao quarto do proprietário! Que romancista espantoso seria êle!...

— Seria, não; é — atalhou o ministro. Hugo Ricaldoni não é apenas um homem de imprensa; é, também, escritor... E é, sobretudo, um grande amigo do Brasil, e amigo por hereditariedade. O pai, o professor Ricaldoni, um dos maiores homens de ciência do Uruguai, amava a nossa terra como a sua própria.

E concluiu:

— Uma dinastia de homens de cérebro e de coração!

À tarde, em visita às livrarias da cidade, entrei em um estabelecimento dêsse gênero, a *Libreria Vasquez Cores,* ao Boulevard 18 de Julho, logo nos primeiros quarteirões. Pedí livros novos, livros recentes, de autores uruguaios. O livreiro desmontou das prateleiras alguns volumes vistosos, e, entre êles, um, forte, de capa moderna, em que se viam grandes blocos vermelhos sôbre fundo alaranjado. Ao alto, em letras de sangue, o título: *Ladrillos rojos.* Em baixo, o nome do autor: Hugo L. Ricaldoni. Ven-

do meu interêsse pela brochura, o vendedor interveio:

— "Es de Ricaldoni, señor... No lo conosce usted?"

Adquirí o volume, com três ou quatro outros. Chegado ao hotel, abrí-o e comecei, nessa noite mesmo, a leitura. Contos vigorosos, e atrevidos. Paisagens em carvão e sangue. Figuras em barro e ouro. A vida brutal dos trabalhadores de portos, dos párias, dos que foram condenados a quarenta anos de vida, com trabalhos forçados. Na primeira página, esta explicação do título: "Este libro es una promesa de obra. Es como una hilada de ladrillos rojos tendida sobre la tierra negra y cálida, que marca la planta de un edificio que se habrá de levantar... Es como el bosquejo de una construción que se levantará en el futuro, si las fuerzas nos dan..." E êste final: "Es solo una promesa..."

Não sei se depois de 1931, Ricaldoni continuou a colocar tijolos sôbre aqueles, do

alicerce. Sei que, pela solidez e configuração dos primeiros, a obra poderia ser alta e formosa. No Uruguai a política tem, todavia, por hábito, viver do sangue bebido à literatura. E' arrancando às letras os seus valores mais expressivos, que ela se enriquece de idéias e de figuras. Zum Felde, que Araújo Jorge me dizia ser o *Oliveira Viana uruguaio,* mostra, em uma das suas obras de sociologia e de crítica, a antiguidade dêsse regime de usurpação. A propósito convém, talvez, citar um episódio. Há doze ou quinze anos, eu havia recebido, no Rio, um excelente livro de versos, *El Rosario,* de José Maria Delgado. Chegando a Montevidéu, perguntei por êle.

— "Delgado es político... Es candidato a deputado."

Falei do seu volume de versos. O meu interlocutor, um antigo ministro de Estado, arregalou os olhos. E estranhou:

— "Pero, es verdad? Delgado es poeta?..."

Hugo Ricaldoni deve ter, porém, continuado a elevar o monumento prometido naqueles primeiros tijolos assírios. E eu, informado da sua presença no Rio de Janeiro como chefe da Casa Civil do presidente Gabriel Terra, lamento que a doença me não permita mover-me, para ir, numa vingança terrível, aos seus aposentos, afim de contar, hoje, ao público da minha terra, como êle fez a mim, na sua, a originalidade das suas idéias, o tamanho das suas mãos, os anos da sua idade, e, para sincronizar o quadro, o barulho impertinente da vitrola do seu vizinho...

XXIII

GABRIEL TERRA

O presidente Gabriel Terra, que o Rio de Janeiro hospeda desde sábado, é um vizinho, e amigo, que o Brasil precisa conhecer de mais perto. Governando embora um pequeno povo, é uma grande e vigorosa figura continental. Destaca-se, na galeria de generais políticos revelados ou postos em relêvo nos dois últimos lustros da História Americana, pela energia tranquila, pela coragem serena, e por aquela taciturnidade que foi, sempre, na vida militar, a virtude suprema dos grandes capitães.

O Uruguai, sabem-no todos, foi, na América Meridional, a escola experimental das modernas teorias políticas. Em nenhum outro país a democracia fez conquistas mais rápidas e profundas. A sua posição geográfica, e a sua extensão territorial, tornavam-

-no excelente viveiro de idéias novas, e campo excepcional de tentativas atrevidas. A liberdade é, porém, um fruto que principia a corromper-se logo após o amadurecimento. E a República Oriental, entregue ao seu povo, esteve na iminência de, como as repúblicas gregas, tombar na anarquia, que é a embriaguez da liberdade.

O presidente Gabriel Terra foi, então, para a sua pátria, o médico vigilante e oportuno que, à cabeceira do doente, acompanha em silêncio a marcha da enfermidade, à espera do momento para a medicina providencial. Chefe de Estado com atuação restrita no govêrno, o seu papel era, quasi, o de espectador, ante o choque dos partidos. Na sua aflição, e no seu desencanto, a massa popular encaminhava-se para o palácio de Montevidéu, e, diante dêle, pedia a intervenção do presidente, para restabelecer a ordem nos domínios da administração. O presidente Terra nada podia, entretanto, fazer. A Constituição que Battle y Ordo-

nez elaborara, reduzira o chefe de Estado a simples decoração do panorama político. O Conselho Administrativo e o Congresso Nacional eram os responsáveis pela vida interna do país. E o povo regressava da praça fronteira ao palácio do govêrno sem saber para onde se voltasse, porque o Congresso Nacional era uma entidade de duzentas cabeças, e o Conselho Administrativo, um dragão que tinha nove!

O Uruguai ofereceu, então, êste espetáculo excepcional: o de uma nação em que todos se sentem mal, porque todos têm liberdade demais! Os partidos dividiram-se, subdividiram-se. Desapareceram as bandeiras em que figuravam idéias, e surgiram as que traziam a rubrica de um chefe, o nome de um homem. A divisão das fôrças determinou a necessidade dos acôrdos, a conveniência dos conchavos. E como todos tinham que ceder, ninguém se achava contente. O desgôsto se tornou universal, subiu do povo para as *élites* políticas. E, um dia,

como consequência, chegou a Montevidéu, vindo da fronteira do Brasil, o primeiro rugido de revolta. Era o caudilhismo que renascia. Era a guerra-civil que se anunciava. Era o campo que ameaçava a cidade. Era a volta aos entreveros fratricidas, o recuo de um quarto de século, a renúncia à Civilização, conquista magnífica do estudo contra a fôrça, do livro contra a espada, da cátedra contra a estância, do professor coberto de glória contra o caudilho ensopado de sangue.

Foi nesse momento que o homem calado de Montevidéu se ergueu na sua cadeira, e, para salvar a República e preservar a ordem, deu o golpe de Estado. Esperara quanto pudera. Podia, talvez, mentindo a si mesmo e ao país, intervir na vida interna da nação sem essa medida extrema. Podia violar a Constituição, alegando, como na fórmula romana, que a salvação pública se acha acima de todas as leis. Mas preferiu, sincero, assumir a responsabilidade de um

gesto claro e atrevido, proclamando a ditadura, com o apôio das fôrças armadas. Dissolveu o Congresso. Dissolveu o Conselho Administrativo. Restabeleceu, com a mão segura, a ordem na rua, a ordem no interior, a ordem nos espíritos, a ordem na administração. E, dentro de poucos meses, retomava o país, o seu curso dentro da lei, com uma estrutura política mais de acôrdo com as tendências e necessidades nacionais.

O que caracteriza o presidente Gabriel Terra no cenário político da sua pátria, é, como ficou assinalado no princípio dêste artigo, a ponderação com que analisa, a firmeza calada com que resolve, a serenidade inflexível com que executa. Em um continente em que a demagogia foi elevada à condição de virtude política, e em uma democracia em que os próceres dos partidos são convidados a falar muito, êle é o homem do trabalho e do silêncio. Há um conto de Jack London, em que, na proa do barco, os pescadores de baleia conversam, con-

tando histórias da terra e do mar. Só o homem do leme se conserva calado.

— Por que não falas? — pergunta um companheiro. — Não tens a contar nenhuma história da tua vida?

E o homem do leme, os olhos no horizonte escuro:

— Se eu falo, não ouço o barulho da onda...

Homem do leme, o presidente Gabriel Terra tem o ouvido atento, não só aos rumores da onda próxima, como aos rugidos da tempestade longínqua. Por isso, em um país em que a política é feita pelos espíritos mais fortes e brilhantes, em uma República em que o Estado desfalca a ciência e a literatura dos seus valores mais expressivos, conseguiu êle vir do regime da lei para a ditadura, e da ditadura, de novo, para o regime da lei, merecendo, sempre, a confiança da nação. Observa, se me não engano, o nosso João Francisco Lisboa, que, em Atenas, o povo aplaudia na ágora os oradores eloquentes, mas, na hora de escolher os dirigentes da República, ou os chefes dos exércitos, ia buscar os que menos falavam, e melhor procediam. O uruguaio segue, hoje, o exemplo do ateniense. E o presidente Gabriel Terra é o seu chefe, porque tem, sempre, a elegância da atitude e a eloquência da ação.

E' êsse eminente homem de Estado que o Rio de Janeiro hospeda há três dias. Aplauda-o, nas ruas, o povo. Festeje-o, nas Academias, a mocidade. E guarde-lhe o nome, nas escolas, a infância, porque há de encontrá-lo mais tarde ao estudar a História do continente e do século, na galeria dos mais insignes varões americanos.

XXIV

MEDEIROS E ALBUQUERQUE

EU ainda não li o discurso que o sr. Felix Pacheco pronunciou, em nome da Academia Brasileira de Letras, junto ao corpo de Medeiros e Albuquerque, no momento em que êste ia descer ao húmido seio da terra. Pelo resumo, porém, que dêle me fizeram, parece-me ter sido êsse o necrológio mais feliz entre quantos rolaram, então, sôbre a areia daquele túmulo. Porque assentou, inteiro, sôbre os pilares da Verdade.

Medeiros e Albuquerque não foi, efetivamente, um modêlo de virtudes convencionais. Não era um santo, e, estou certo que, se ainda em sua vida, alguém lhe prometesse dizer, depois da sua morte, que êle o era, teria considerado êsse alguém, desde êsse instante, como um dos seus mais repugnantes caluniadores. Êle era um homem, e não

queria ser senão isso. E, como tal, aceitava, contente, todos os defeitos, mesmo os maiores, peculiares à contingência humana.

Eu não sei, na verdade, de ninguém, mais avêsso do que êle, à mentira, e às convenções, que são as formas concretas da mentira. Se o Brasil possuiu, jamais, um irmão de Epaminondas, foi êsse escritor irreverente e infatigável. Apaixonado pela vida moderna, pelo progresso, pela atividade vertiginosa do século, não dissimulou nunca o desconhecimento que tinha dos antigos. Não lera nem Homero, nem Virgílio, nem Suetônio, nem Tucídides. E nunca disfarçou essa ignorância. Seria incapaz de louvar um jangadeiro que viesse do Ceará ao Rio, ou um andarilho que atravessasse o Saara, porque no reinado do avião e do automóvel lhe parecia idiota que alguém fizesse menos quando todo mundo fazia mais. Tinha a coragem, hoje rara, de voltar-se para a multidão, e contrariá-la, ùnicamente para ficar de acôrdo consigo mesmo.

A sua vida esteve, toda ela, cheia dessas atitudes, que pareciam irritantes, mas que definiam uma personalidade. Era assim na imprensa. Era assim na política. Era assim na Academia, quando tinha de dar o seu voto. Alí, a mentira é obrigatória, como em todos os setores da sociedade humana. No preenchimento de uma vaga temos que escolher o escritor que melhor corresponda às exigências literárias dos estatutos. Mas, votamos sempre no nosso amigo. Medeiros fazia como todos nós, mas não guardava segrêdo da sua conduta. Certa vez, em um grupo de acadêmicos, no qual se discutia a obra insignificante, ou inexistente de um candidato, declarou, de súbito:

— Eu voto nele. Voto, porque é meu amigo.

E com a franqueza habitual:

— Se, para preenchimento de uma vaga na Academia, aparecerem dois candidatos, um dos quais tenha escrito a *Odisséia*, ou o *Paraíso Perdido*, mas com quem eu

não tenha relações; e aquí o Fidelis (servente da Academia), que nunca escreveu nada mas tem me dado provas de que é meu amigo, — eu voto no Fidelis!

Não obstante isso, o seu voto era sempre conhecido. Bem ou mal aplicado, êle não guardava reservas sôbre o destino que lhe ia dar. E dizia-o francamente aos concorrentes que lho iam pedir. Quando algum dêstes começava a assediá-lo, dizia-lhe, sem rodeios:

— Não posso; o meu voto já está prometido.

— Ao menos em um escrutínio... No segundo... no primeiro... — insistia o candidato.

O acadêmico alegava compromisso. O concorrente teimava. Diante disso, Medeiros o interpelava:

— O senhor acha que, tendo prometido o meu voto ao seu competidor, eu posso faltar com a minha palavra?

— Em um escrutínio só...

— Pois bem; eu votarei no seu nome; pode ir descansado... Mas, desde já fique sabendo que, se entre os sufrágios com que conta faltar um, êste é o meu.

E ante o espanto do candidato:

— Porque, assim como o senhor acha que eu posso mentir aos outros, eu tenho o direito de mentir, também, ao senhor...

Tudo, nele, era claro, singelo, sem ornamentações suntuárias; o seu estilo e as suas atitudes, o seu espírito e as suas idéias. E eu estou quasi certo que se não tinha religião alguma, era mais por simples coerência e comodidade do que por convicção. Os deuses complicam demais a vida dos homens. Por isso, êle os prescreveu do seu caminho.

Aquele que vive sob o sol, ao meio-dia, não vê sombras. Mesmo a sua, lhe desaparece debaixo dos pés...

XXV

3 DE DEZEMBRO

HÁ quatro anos, na data de hoje, comemoravam os amigos das letras, nos Estados do Nordeste e do Extremo Norte, o centenário de João Brígido dos Santos, o mais temível jornalista que o Ceará possuiu na Monarquia e na República, ou, precisamente, desde o aparecimento da imprensa naquele agitado pedaço do Império. Poder-se-ia dizer, quasi, que êle não veio ao mundo há mais tempo ùnicamente porque não havia ainda jornal na terra em que devia exercer a sua inflexível atividade. A primeira fôlha cearense apareceu em 1824. Em 1829 nascia êle em S. João da Barra, que pertencia, então, à província do Espírito-Santo. "Nascí portanto, capixaba", — diz, em uma autobiografia. E acrescenta: "Logo após uma lei desanexou aquela vila,

reunindo-a à província do Rio de Janeiro. Não protestei, porque mamava".

Perseguido por haver denunciado alguns criminosos, viu-se o pai do futuro jornalista e historiador na contingência de mudar de terra. Nas vésperas do 7 de abril, achava-se êle, com a família, no Rio, onde as paixões ferviam em tôrno do Imperador que regressava apressadamente de Minas. E em junho de 1831 instalavam-se todos nos altos sertões cearenses, na cidade de Icó, que deviam abandonar às pressas um ano depois, quando a localidade foi atacada por quatro mil insurretos ao mando de Pinto Madeira.

Querendo, em um dos seus tratados de divulgação astronômica, dar uma idéia dos perigos do espaço, compara Flammarion a Terra, na sua marcha entre astros e cometas, a uma criança que atravessasse uma rua em que se estivesse travando um tiroteio. João Brígido foi, na sua vida, essa criança imprudente, protegida dos deuses. Ao en-

saiar o primeiro passo, enfiou no pé uma grande espinha de robalo, a qual permaneceu aí noventa e dois anos, sendo com êle enterrada. Aos vinte meses de idade, quando a família fugia de S. João da Barra para a Côrte, foi assaltada por uma tempestade, que atirou a sumaca sôbre os parcéis de S. Tomé, onde a embarcação foi socorrida, sem pano e sem vela. Aos três anos rolou em toda a extensão a primeira escada em que subiu, ficando sem sentidos; e teve de pôr-se em fuga, de novo, na lua de uma sela, aos clarões da guerra civil. Naufrágios, tiros, perna quebrada, braço quebrado, mão quebrada, cabeça quebrada, mordedura de cobra, queda de cavalo, cólera, varíola, febre amarela, tudo o assaltou. "Viagens que tenha na memória, — escrevia, aos setenta anos, — excedem de cinco mil léguas, um têrço das quais a galope". Em um banho no açude de Quixeràmobim salvou da morte, com perigo da própria vida, a Antônio Maciel, que seria mais tarde o famoso Antônio

Conselheiro, seu companheiro de infância, que se ia afogando.

Êsse fato é que lhe fazia dizer, às vezes, ter sido êle o culpado da campanha de Canudos. Relatando êsses episódios, sumàriamente, em 1899, escrevia: "Assim é que tenho vivido setenta anos; assim é que não poderei chegar aos noventa, como meu avô materno, Francisco de Paula Robim, mineiro casca-grossa, bom e verdadeiro senhor, que foi, das terras do Paraíba, entre Córrego dos Índios e Meia-Laranja, do antigo município de Cantagalo, ora de Madalena". E chegou. Viveu, mesmo, noventa e quatro anos. Cego, mas chegou.

Eu conhecí João Brígido em 1906. Tinha êle setenta e sete anos. De passagem por Fortaleza, fui visitá-lo. Estava, já, quasi sem vista, mas dirigia ainda o *Unitário,* fôlha diária escrita ou ditada ùnicamente por êle. Recebeu-me na sua casa da rua Senador Pompeu, na sua biblioteca, cercado de estantes altas e abertas, em que

se alinhavam as coleções, encadernadas, dos jornais que fundou e manteve durante mais de meio século. Um sofá e algumas cadeiras austríacas, a grande mesa de trabalho ao fundo, completavam o ornamento daquele reduto de velho batalhador assediado pelo inimigo. Recebeu-me à sua maneira: calça, chinelos, e, por cima da calça branca, um amplo camisão de chita vermelha, indumentária clássica dos magistrados do Interior nos seus tempos de advogado sertanejo. Estatura mediana, mas de compleição sólida, tinha já a cabeça e o bigode completamente brancos, contrastando com a pele escura, traindo o sangue do avô, João dos Santos Lopes, português de origem berbere. Usava o bigode aparado rente, em vassoura, sôbre os lábios finos. Palestrador admirável, servido de assombrosa memória, conhecia a crônica de todas as famílias cearenses, por toda a extensão de dois séculos. Cego como Tirésias, desvendava o passado dos homens com a presteza com que o outro revelava o futuro.

Historiador e jornalista, João Brígido era um dêsses escritores que, iniciada a sua leitura, não se deixa fàcilmente em caminho. Passado e repassado nas letras clássicas, familiarizado com o latim desde a escola primária o seu estilo não perdera a originalidade e o pitoresco. Era incisivo, mordaz, satírico, e, com uma frase, ou uma imagem, definia um caráter, um indivíduo, uma situação. A latinidade ornava-lhe o gôsto e ampliava-lhe o horizonte. A vida de imprensa podara-lhe as demasias estilísticas, e tudo isso resultou uma figura característica, no domínio da forma e das idéias.

Uma individualidade assim não ficará por muito tempo esquecida. Quando, em 1922, estava para morrer, pedia que o enterrassem em posição vertical, precisamente como sucederia, mais tarde, a Clemenceau. Não queria descansar nem, sequer, depois de morto. E enterraram-no deitado.

Mas a sua sombra continua de pé e caminha, hoje, sem rumor, como os fantasmas homéricos, pela memória dos vivos...

XXVI

A MORTE DE UM PROFETA GENTIL

NAS últimas páginas da *A Amazônia que eu vi,* fala Gastão Cruls, constantemente, em um dr. Diniz, que prestou serviços consideráveis à Comissão Rondon, naquela expedição de 1928 às fronteiras da Guiana Holandesa. Representante da Civilização no Deserto, êsse personagem expedia para o Rio de Janeiro, pelo rádio, recados que recebia do general em canoas a remo, e foi quem subiu o Trombetas em lancha a vapor, afim de receber a seu bordo os expedicionários, que desciam em igarités.

Êsse dr. Diniz não era mais, nem menos, do que o dr. José Antônio Picanço Diniz, chefe político daquela região paraense. E nem mais, nem menos, do que o morto cujo nome aparecia, há uma semana, na coluna nos anúncios fúnebres da imprensa

carioca, e tendo ao lado uma cruz, num piedoso convite católico para a missa de sétimo ou de trigésimo dia.

Eu conhecí, como Gastão Cruls, êsse *gentleman* das selvas amazônicas, e conservei, dêle, sempre, carinhosa e risonha recordação. Era um homem de estatura mediana, gordo, simpático e bonachão. Por êsse tempo, havia êle descido dos seus castanhais para ser, no govêrno João Coelho, secretário da Fazenda do Estado, em Belém. E foi em Belém que se verificou o episódio que lhe fixou a figura, para sempre, na minha memória. Certa vez, sendo eu simples repórter da *Fôlha do Norte,* achava-me no palácio do govêrno em uma das salas de espera, encostado à mesa de um funcionário, quando um homem corpulento, que se encontrava próximo, começou a atentar para a minha mão, que eu conservava aberta, com a palma para cima, sôbre a tábua. De repente, o homem aproximou-se mais, tomou-me pelo pulso, e observou:

— Que mão curiosa, esta sua, menino!...

Fiquei frio. Já naquele tempo a vida me havia oferecido tantas surpresas desagradáveis que eu previ o anúncio de um novo desastre, ou de uma nova pilhéria do Destino. O dr. Picanço Diniz, o homem gordo, mirava, porém, e remirava, a palma da mão do repórter da *Fôlha do Norte,* acompanhando com a unha os riscos misteriosos que a cortavam em todas as direções.

— Menino, — concluiu êle, — você sabe que há de ser muito rico?

Sorrí, agradecido. E aventurando uma frase que não me parecia muito idiota:

— Espero que, se eu não arranjar sòzinho o dinheiro, o senhor confirme a sua profecia como secretário da Fazenda!

— Não, — retrucou Picanço Diniz; — a sua fortuna não é para agora; é para o fim da vida... Primeiro, terá que sofrer muito, que vencer muitas dificuldades; mas, depois, virá a fortuna...

Vinte e quatro anos rolaram, já, sôbre essa leitura amável das linhas das minhas mãos, feita espontâneamente por um homem de situação e responsabilidade. Por mais de uma vez, nas minhas quedas e nos desânimos que acompanhavam os meus insucessos, me lembrei da profecia do secretário da Fazenda do Pará. E confesso que, quasi sempre, essa lembrança foi, para mim, uma espécie de bastão que me fosse oferecido pela Esperança. Que importavam o deserto, o sol ardente, os pés sangrando nos seixos ásperos, a fome debilitando os músculos, a sêde reduzindo a coragem, se, ao fim da viagem, encontraria a montanha sagrada do país dos kakuanas, tendo no bojo os maravilhosos tesouros de Salomão?

Por muitos anos fiquei sem notícias de Picanço Diniz. Quando Gastão Cruls o descobriu em Óbidos em 1928, tive idéia de escrever-lhe uma carta lembrando-lhe as palavras de quiromante e perguntando-lhe pe-

lo dinheiro. Adiei, todavia, a consulta, e continuei a esperar. A velhice saiu ao meu encontro, cumulou-me de achaques, turvou-me a vista, sobrecarregou-me de enfermidades graves. E é quando chego ao fim da viagem, que leio a notícia da morte do meu profeta de 1910, sem que se tivesse cumprido, mesmo parcialmente, o oráculo generoso.

Eu não venho, entretanto, nesta hora, maldizer do homem que há vinte e quatro anos me mentiu, prometendo-me a conquista da independência econômica neste mundo. Fui enganado por êle. Mas agradeço-lhe, de todo o coração, a mentira piedosa e gentil. Ela me aliviou, em parte, as dôres da marcha. A esperança do repouso tornou mais suportável o tormento da realidade.

O convite para a missa do dr. Picanço Diniz, publicado pelos jornais, não informa se êle faleceu aquí, se em Belém, ou se em Óbidos, vendo rolar para o oceano as águas do grande rio. Qualquer, porém, que tenha

sido o ponto da sua partida para a silenciosa expedição de que não se volta, eu quero que o seu espírito saiba que lhe não quero mal pela peça que me prègou. Devo-lhe o preço de uma ilusão.

E, para um pobre, uma ilusão generosa vale metade da vida.

XXVII

O MARECHAL PIRES

NOS tempos de Pinheiro Machado ou, melhor, antes da convulsão política assinalada na História da República pelo govêrno Hermes, estava o Brasil dividido polìticamente, como no reinado de João III, em capitanias, com os respectivos donatários. O norte, principalmente, achava-se distribuído com equidade: o Amazonas, era de Silvério e Constantino Neri; o Pará, de Antônio Lemos; o Maranhão, de Benedito Leite, que o deixara a Urbano Santos; o Piauí, do Marechal Pires Ferreira; o Ceará, do comendador Acioli; o Rio Grande do Norte, de Pedro Velho, que o legara a Alberto Maranhão. E assim progressivamente, Brasil abaixo, no rumo do sul. Dominado pelos antigos companheiros de armas, o ex-ministro da Guerra de Afonso Pena resolveu modificar a orografia política da-

quelas regiões e, mandando para cada Estado um coronel ou um general, desmontou os partidos tradicionais e entregou o poder às oposições de emergência. Os velhos chefes foram todos desmontados. Passada a tempestade de fogo que soprou sôbre o país de 1910 a 1914, não havia mais uma árvore de pé no lugar em que se levantava o bosque antigo. Neris, Lemos, Aciolis, Maltas, Maranhões, Rosa e Silvas, tudo havia sido levado pela tormenta. Só não caiu quem se encolheu ou se abaixou enquanto rugia o tufão.

Melhoradas, porém, as condições meteorológicas da política nacional, foi que se viu o estrago: de todos os chefes que anteriormente dominavam nos respectivos Estados, apenas um permanecia firme, e tão prestigiado como dantes. E êsse era o marechal Pires Ferreira. Com o intervalo apenas de três anos êle foi, na verdade, o dono incontrastável do Piauí, desde a proclamação da República até ontem, dia da sua morte.

Que qualidades possuía, entretanto, êsse homem público para exercer um domínio tão continuado e tão longo numa unidade da Federação, na qual não ia há mais de quarenta anos? Estas, apenas: era amável, era serviçal e, ao romper polìticamente com alguém, deixava sempre, com a continuação da amizade pessoal, o elemento necessário para uma oportuna reconciliação. À semelhança de Gaston Doumergue, que chegou na França à presidência da República utilizando o atributo fisionômico do seu sorriso, êle conservou o Piauí nas mãos, ainda mais apertadamente, com a eficiência permanente do seu abraço. O marechal Pires foi, de fato, o campeão brasileiro dessa expressão de cordialidade. O seu amplexo, que era sempre o primeiro a ser recebido por aqueles que subiam ao poder, tornou-se proverbial, histórico, axiomático. Mas êsse gesto de amizade não era ùnicamente para os poderosos, para aqueles que lhe podiam prestar algum serviço imediato: era para todos os conhecidos. Eu nunca me encon-

trei com êle que o não tivesse. Misantropo como eu sou e sempre fui, nunca lhe frequentei a casa, nem soube onde ficava ela situada, ou lhe mandei, sequer, um telegrama, por qualquer acontecimento da sua vida privada ou pública. Êle, porém, nunca deixou de mandar-me o seu cartão de parabens por um aniversário na família ou pelas ocorrências felizes da minha carreira literária ou política. Passavam-se anos sem nos vermos. No primeiro encontro, no entanto, perguntava por tudo e por todos como se nos tivéssemos separado na véspera.

Para manter as posições conquistadas vinha êle enfrentando há mais de trinta anos a mais persistente campanha de ridículo porventura sustentada no país contra um homem só. A imprensa nunca o deixou sossegado. As caricaturas, as anedotas, o teatro alegre, os cortejos carnavalescos, fizeram da sua figura uma das mais populares do Brasil. Seteavam-no, às vezes, no coração. E êle nunca se revoltou, nunca protestou, nunca se vingou do jornalista,

ou o tratou descortêsmente, mesmo encontrando-o no Senado no dia em que havia sido tratado indelicadamente pela sua pena.

Do seu feitio, e do valor que emprestava às virtudes ornamentais do caráter dá idéia o fato de que fui testemunha a penúltima vez que nos vimos. Eu tinha ido em fins de 1929 ao Senado, quando o encontrei no salão em que se ergue, ao lado do recinto, o busto de Pinheiro Machado. Ouvia êle no momento, de pé, um diplomata brasileiro, que lhe dizia qualquer cousa. Ao ver-me, o marechal abandonou arrebatadamente o moço que lhe falava, e veio ao meu encontro, gesticulando.

— Não posso aturar! Não posso aturar! — dizia, indignado.

E contou-me, de modo a ser ouvido pelo interessado:

— Aquele sujeito veio para o Rio de Janeiro ainda menino, e eu o metí na diplomacia. Fiz por êle o que se faz por um filho. Quando eu fui para o ostracismo nun-

ca mais se lembrou de mim: agarrou-se com o Felix, que era ministro, e foi promovido. O Felix promoveu-o passando por cima da lei, por cima de tudo. Agora, o Felix caiu e eu subí. E êle, como agora precisa de mim, vem agora para meu lado dizendo cobras e lagartos do Felix! Não consinto! Êle deve favores ao Felix, e não tem o direito de falar mal dêle na minha presença!

O diplomata, à distância, mostrava-se sucumbido. Procurou falar-lhe mais uma vez. O marechal, porém, evitou-o, e, irritado, voltou ao recinto.

Era assim o velho Pires. Morreu e, moribundo, pediu que lhe não pusessem flores sôbre o caixão. Que o dinheiro das coroas mortuárias fosse convertido em esmolas, e distribuído pelos pobres. A sua última vontade foi, assim, a inversão do milagre de Santa Isabel da Hungria. Esta transformou o pão, que destinava aos pobres, em flores, que lhe encheram o avental. Êle, ao contrário, pediu que as flores fossem transformadas em pão.

XXVIII

JOÃO PESSOA

QUANDO, na tarde de 23 de outubro de 1928, o *Pedro I*, em que eu viajava para o norte, lançou âncora no pôrto de Cabedelo, o sr. João Pessoa havia tomado posse do govêrno do Estado apenas há dois dias. E o grande assunto da terra pequenina e, com certeza, de toda a Paraíba, da baía da Traição às alturas da Serra do Bongá, era, na ocasião, aquele notável acontecimento regional. Comerciantes da capital e autoridades locais que vinham a bordo não falavam em outra cousa. E o ponto culminante das palestras era o discurso do novo presidente, o qual mostrava desde o primeiro contacto com a terra o desconhecimento absoluto das origens e dos elementos humanos do seu partido. Alguns visitantes narravam, de olhos espantados:

— O discurso do homem, assumindo o govêrno, foi uma verdadeira bomba no arraial. Imaginem que um dos pontos em que êle mais insistiu foi a guerra ao cangaço. E declarou que havia de acabar com êsse flagelo, custasse o que custasse e que não só era cangaceiro quem vivia matando e roubando como quem acoitava os que matavam e roubavam. E dizendo isso, passeava os olhos pelo pessoal graúdo, pelos maiorais do partido, fitando os que êle sabia que são protetores de cangaceiros, encarando-os num verdadeiro desafio.

E os informantes adiantavam:

— O efeito foi enorme. E' costume dos deputados estaduais, depois da posse do presidente, irem se despedir dêle antes de partir para as suas comarcas. Pois desta vez quasi ninguém foi ao palácio. O pessoal do sertão, mal acabou a posse, montou a cavalo ou tomou a estrada de ferro, e rumou para as suas fazendas e municípios, sem despedida e sem nada.

E numa frase ilustrativa:

— Voltou tudo p'ra casa de orelha murcha e rabo entre as pernas.

Essas informações ouvimo-las eu, o comandante do *Pedro I* e, creio, o senador Silvério Neri, meu companheiro de viagem. E acredito que não houve um só, de nós, que não dissesse consigo mesmo:

— Isso não acabará bem!

E não era preciso ser profeta, ou mesmo, psicólogo, para chegar a essa conclusão. Quem conhecia no Rio de Janeiro a mentalidade do ministro João Pessoa, diretamente ou através da dos seus parentes de maior relêvo na vida pública do país, não carecia de grande acuidade para prever um choque entre a sua vontade e os interêsses dos elementos políticos da sua terra. Êle era, sem dúvida, um homem honesto e acredito que se estivesse revelando um magnífico administrador. Mas era, com todas essas virtudes e talvez por elas mesmo, o homem mais perigoso para governar uma terra como a

sua. A honestidade, a honradez, o espírito de justiça, se bastam a um magistrado, não são suficientes para o exercício do govêrno, especialmente em determinadas regiões do país. Aquelas qualidades devem ser completadas e, direi, quasi atenuadas, pela prudência, pela moderação, e por medidas contemporizadoras que, parecendo renúncias, se transformam em conquistas pela habilidade de quem a elas recorre.

O novo presidente paraìbano ia animado, evidentemente, de grandes e nobres idéias, visando modificar a fisionomia social do seu Estado. Mas não possuía a serenidade, a brandura, o espírito político indispensáveis em tais circunstâncias. De uma família de homens violentos, impetuosos, intransigentes; possuindo qualidades que, sendo virtudes pessoais, constituem às vezes defeitos políticos; habituado à dupla disciplina de magistrado e de militar, pela sua condição de ministro de um Tribunal de espírito marcial, — o presidente da Paraíba seria o homem ideal para o govêrno de um Estado calmo, de população morigerada, afeito ao trabalho e à ordem, e não para o de um pedaço da Federação dividido por paixões profundas e hereditárias, povoado por uma gente belicosa, de que êle próprio era um expoente com a sua coragem, o seu desassombro, a sua temeridade e, — por que não dizer — a insolência das suas atitudes.

O resultado foi o que se viu. Três tiros e um corpo ensanguentado, rolando por terra. E isso prova, apenas, a quem tem olhos para ver, que a política é uma ciência muito mais complicada do que se supõe. Ela não precisa ùnicamente de homens destemidos e audaciosos, mas, principalmente, de homens que conheçam o valor da renúncia e o mérito da moderação.

XXIX

A CANDIDATURA MIGUEL COUTO

ACABO de ler nos jornais, à hora quasi de entregar à redação a minha crônica de todo dia ou, antes, de toda noite, a notícia da candidatura de Miguel Couto à Constituinte, como representante do Distrito Federal. E essa informação me vem em um manifesto de intelectuais, especialmente dos seus companheiros da Academia Brasileira de Letras, instituição a que seu nome dá glória e lustre.

Pessoas haverá, talvez, que estranhem não encontrar a minha assinatura entre as dos demais acadêmicos, recomendando ao eleitorado carioca uma das mais altas figuras humanas que o Brasil tem produzido e das que mais o honram pelo espírito, pelo caráter e pelo coração. Mas a omissão é explicável. Eu não sou pròpriamente um homem de letras, nem tenho autoridade para

envolver-me, mesmo acidentalmente, em política. Profissional da imprensa, embora escrevendo apenas aquilo que subscrevo, desempenho-me tão medìocremente dessa tarefa quotidiana que, ao arrolarem os homens de pensamento do país, os meus colegas se esquecem de mim. No céu há estrêlas que faíscam, engastadas na altura, e astros que, pela inferioridade do volume e da luz que recebem e transmitem, se movem quasi ignorados dos homens. Olhando, da Terra, o firmamento, ninguém os vê sem esfôrço. E eu sou, nas letras da Academia, para utilizar a mais característica das imagens acadêmicas, um astro apagado e morto... Por outro lado, que autoridade política poderia ter, em matéria eleitoral, eu, que não sou, sequer, eleitor? Em nome de que direito poderia recomendar alguém ao voto alheio, quem não conta, mesmo, com o próprio voto, por incapacidade pública e oficialmente reconhecida? Eliminado, assim, do cenário literário pelos amigos, como poderia eu es-

perar um convite para subscrever a indicação do nome de Miguel Couto a um eleitorado que me não conhece?

Convidado, porém, que fosse, teria eu aposto, de coração leve, de alma feliz, a minha assinatura a êsse manifesto? Não o teria assinado por mera cortesia, sem a colaboração da inteligência ou do sentimento? Não mentiria à minha conciência, proclamando antecipadamente o meu contentamento pela vitória de Miguel Couto nas eleições do dia 3?

Eu não considero, evidentemente, comprometedor de um nome e de uma reputação o título de deputado à Constituinte. Mas eu conheço Miguel Couto e, mais do que a êle, a atmosfera política do meu país. A Revolução foi feita por espíritos novos, nasceu do entusiasmo e da irreflexão de uma juventude ardente, que continua a disputar à prudência de alguns homens experimentados no trato da cousa pública o direito de imprimir o cunho da sua vontade e

das suas idéias à nacionalidade que se vai constituir. Essa mocidade, traz para a luta, para os debates na tribuna parlamentar, o vigor, o ímpeto, o desassombro e a tenacidade que caracterizam a idade, e o seu tempo. Havendo se levantado, nos quartéis e nas ruas, para afastar os velhos do cenário político e social, não se conformarão, sem dúvida, os moços, em escutar os conselhos da razão e da experiência partidos de um homem pertencente a uma geração distante da sua, e, em particular, de um grande varão que colocará, sempre, como nenhum outro, os interêsses da pátria acima dos interêsses dos homens.

Nem Miguel Couto se sentirá bem, estou certo, no ambiente que lhe vai fornecer, na suposição de prestar-lhe uma honrosa homenagem, o eleitorado da capital da República. Um homem da sua estrutura intelectual e moral não aceita uma investidura dessa ordem para cruzar os braços, nem abandona as próprias idéias para carregar

em triunfo as idéias alheias. A atmosfera, perturbada pela Revolução, pela guerra civil de S. Paulo e pelo choque das correntes ideológicas mal captadas pelos cérebros jovens, não tem ainda a acústica reclamada pela sua palavra de sábio e de justo.

A hora de elevá-lo a um grande pôsto no govêrno é passada já, e ainda não voltou a ser marcada no relógio da Pátria. Para que a sua atuação seja fecunda, e a sua palavra escutada, e seguido o seu exemplo, fazem-se mister, no ambiente, a paz, a ordem, a serenidade dos espíritos. As suas conclusões não podem sofrer objeções acrimoniosas nem ser discutidas sem profundo respeito. Quando êle as anuncia, já sofreram o mais severo dos exames no Tribunal da sua conciência. A sua vida, tecida com os fios de sêda da sabedoria e da bondade, constitue um patrimônio tão precioso que não deve ser exposta senão onde a cerquem a veneração tranquila e a estima comovida a que se habituou fora da atmosfera políti-

ca. As Câmaras que se formarem mais tarde assegurar-lhe-ão, provàvelmente, essa regalia. Eu não creio, porém, que a Constituinte lha assegure. Quando há tempestade no céu até os deuses se molham...

A candidatura de Miguel Couto está, entretanto, lançada. O manifesto que a recomenda não traz a minha assinatura. Não tenho responsabilidade nele. O Brasil assume, porém, um formidável compromisso com a eleição dêsse filho eminentíssimo: o de fazê-lo respeitar, como um mestre; o de impô-lo à veneração dos que o tiveram a seu lado, na mesma Assembléia, e, sobretudo, o de impedir que êsse grande homem, orgulho seu por tantos a tamanhos títulos, se retire dessa prova terrível, diminuído, de qualquer modo, no prestígio do seu nome e na santidade da sua glória.

XXX

"COMO ME DUELE!... MAMITA!..."

O Ministério da Guerra forneceu anteontem, à imprensa do Rio de Janeiro, cópia de um telegrama oficial sôbre o combate de Pouso-Alegre, e que se acha assim redigido, na sua última parte:

> "CAXAMBÚ, 25-7-32, 10 h. 45 minutos. — Ministro da Guerra — Quartel General — ... Os adversários deixaram o campo da luta completamente destroçados, reingressando no território paulista. Deixaram 12 mortos, 16 feridos e cêrca de 100 prisioneiros, entre os quais muitos jovens adolescentes, alunos das escolas de S. Paulo. Nossas tropas, que tiveram apenas uma baixa, procederam com grande denôdo e bravura, mas com espírito de humanidade para com os jovens de aspecto infantil, muitos dos quais choravam diante do insucesso. — (a) *Silva Rocha,* tenente-coronel chefe do Estado-Maior da 4.ª Região Militar".

Essa comunicação oficial, confirmada e desenvolvida por outras que a imprensa

tem publicado fez-me lembrar de repente, uma das descrições históricas mais expressivas e comoventes porventura saídas da pena de Javier de Viana, o vigoroso novelista uruguaio, narrador emérito da vida heróica do seu povo. E' a que se encontra no pequeno volume intitulado *Del Campo y de la Ciudad,* e se refere ao combate travado a 31 de março de 1886 entre as tropas regulares do presidente Santos e uma fôrça de voluntários, na sua maior parte estudantes montevideanos, ainda adolescentes, cujas famílias se haviam refugiado na Argentina, e promovido, alí, a invasão do seu país para reconquista do poder.

O ataque das fôrças governistas aos voluntários de Manduca Matos, extenuados pela grande marcha noturna, é magistralmente descrito pelo novelista. "Escutou-se, — escreve, — uma descarga cerrada, formidável, uma saraivada de balas caiu sôbre a tropa, semeando o pânico; e de tal modo, que esta, quebrada a última resistência, re-

demoinhou, comprimiu-se, formou um grupo desorientado, à semelhança da manada que cai no rio e se afoga por pelotões, aturdida, inconciente; e assim, como uma bola de carne, um monte inerte, rodou pelo declive, e foi, no fundo do vale, chocar-se com os restos da infantaria destroçada pela metralha".

E Javier de Viana continua: "Um instante se confundiram homens e animais, sem se darem conta da situação, atirados violentamente uns contra os outros. Conseguido, porém, um momento de calma, os cavaleiros foram procurando a saída, o campo, a salvação. E a galope, primeiro, para abandonar quanto antes a zona mortífera; a trote, em seguida, para não extenuar as cavalgaduras fatigadas, foram-se unindo a outros dispersos, e em grupos compactos de homens torvos, sombrios, pálidos, receosos, marcharam calados, caminho do Dayan, rumo ao Brasil. O coronel Matos havia lançado fora a carabina aquecida pelo fogo, —

traste tornado inservível, — e abrangido com um olhar a extensão do desastre. Involuntàriamente recordou o *Vae victis!* que havia pronunciado mais de uma vez e escutado mais de cem nas terríveis lutas de outrora; e preferindo as incertezas, os sobressaltos e os perigos da fuga às probabilidades da degola, não tergiversou um segundo; orientou-se, fixou a direção, e êle, êle também, êle, o caudilho bravio das investidas de jaguar, de ímpetos de touro indomável, de bruto sem conciência do perigo, sacudiu a cabeleira e baixou a cabeça como pôtro rendido ao rigor da espora e do rebenque.

Cipriano não pôde acompanhar o seu chefe. Perdido, desconcertado, andou por alguns momentos a procurar os companheiros, sem saber por onde deixar o campo. Instantes depois uma bala de canhão lhe matava o cavalo, indo êle cair a grande distância. Ao levantar-se, tonto pelo choque, coberto de lama e de sangue, nem sequer procurou ver se estava ferido, — pois que

entre o zunir dos grilos que lhe enchiam a cabeça já não podia brilhar uma idéia, — e começou a caminhar, profundamente pálido, descomposta a fisionomia, abandonados os braços, as mãos vazias, recebendo encontrões e mostrando um ar de bestialidade que em outras circunstâncias teria produzido hilaridade geral. Sua única preocupação era fugir, escapar-se daquele lugar, ir-se para qualquer lado, achar-se em qualquer condição, contanto que não escutasse mais durante um minuto o horrendo troar das detonações que o estavam enlouquecendo. Para realizar êsse ensejo, mas impotente para coordenar uma idéia, ia e vinha sem rumo, como um rato aprisionado que se atira incessantemente contra os arames da ratoeira sem convencer-se de que por alí não pode sair. Em um dêsses vaivens, encontrou-se com Máximo Díaz, — o jovem ruivo dos óculos de ouro e de mãos brancas, — que o olhou com estranheza e lhe disse, com voz jovial:

— Que diabo fazes por aquí com essa cara e com essa facha, homem?... Pareces um idiota!...

À vista do antigo companheiro, cuja fisionomia se mostrava iluminada, altiva, quasi risonha, Cipriano teve, não obstante o seu profundo abatimento, um momento de reação, que era como um débil despertar das suas gastas energias. O tom burlesco da frase do amigo, que era um simples soldado, feriu seu orgulho de oficial e, esquecendo por um instante o estampido do canhão, pôs-se a pensar no que havia de responder, na desculpa que devia apresentar em defesa da sua honra.

Não lhe deu ocasião para isso uma granada que nesse instante explodiu perto dêles. Abriu-se o grupo, empurrando-se os soldados uns aos outros, e Cipriano perdeu Máximo de vista. Em compensação, teve o desgôsto de encontrar-se com Alberto, que se achava estirado no chão, deitado sôbre o ventre, levantando o tórax com auxílio da

mão direita, que apoiava na terra, enquanto a mão esquerda comprimia o flanco, que se achava profunda, enorme, horrìvelmente aberto pela metralha. Os intestinos rotos saltavam entre os seus dedos crispados e o sangue manava em grandes jorros avermelhando a relva. A face descomposta, lívida e coberta de suor viscoso, e os olhos tristes, com a imensa tristeza do moribundo, Alberto sentia-se acabar e implorava desesperadamente um auxílio, buscava ansiosamente uma mão caritativa, uma voz carinhosa, alí, no tumulto daquela cena trágica, do torvelinho indescritível, do egoísmo incomensurável, obrigatório, forçoso, fatal. Retorcendo-se sôbre a relva no meio do seu próprio sangue, gritava, sem cessar:

— *Oh!... qué barbaridad!... Como me duele!... Mamita, como me duele!...* (Oh! que barbaridade!... Como me dói!... Mamãezinha, como me dói!... como me dói!...)

Cipriano, mudo de espanto, esquecido do próprio perigo, tentou inùtilmente fa-

lar-lhe e dar-lhe consôlo. O outro prosseguia:

— *Como me duele!... como me duele!... Qué barbaridad!... Mamita, qué barbaridad!...*

O braço direito não pôde sustentar por mais tempo o pêso do corpo: flectiu, dobrou-se, e êste caiu, pesado, sôbre a massa intestinal desfeita, coagulada, infecta com o derrame das matérias fecais. Sem fôrças já, com a bôca apoiada sôbre o pasto, deixando escapar uma voz apagada, lúgubre, cheia de infinito desespêro, repetia a curtos intervalos:

— *Qué barbaridad!... Qué barbaridad!...*

Com um esfôrço poderoso levantou a cabeça e seu olhar se fixou em Cipriano com tal expressão de dôr, de angústia e de desespêro, que o oficial baixou a vista, paralisado. Aquele olhar parecia dizer-lhe se era possível que um homem jovem, sadio, vigoroso, que tem pai, que tem mãe, que

tem fortuna, luxo, confôrto, morresse assim no meio do campo, esmagado pelos homens e pelos cavalos, que começavam a passar sôbre o seu corpo antes que êle soltasse o derradeiro suspiro. E a idéia de que poderia ter evitado tudo isso, de que poderia estar a essas horas tranquilo e animado no lar paterno; ou tomando o *cock-tail* com os seus amigos da *Bodega;* ou aplaudindo o *Paysandú* no prado São José, são, bom, feliz e alegre, na plenitude da vida e no apogeu de uma juventude brilhante, o horrorizava, e pintava no seu olhar um poema de arrependimento e de ódio, de ódio frenético contra a sua imbecilidade e contra a hora aziaga inconcebível em que lhe ocorreu abandonar as suas comodidades, as suas diversões, os seus prazeres de moço para ir inscrever-se nas fileiras de uma revolução que não significava nada para êle, jovem sem opiniões nem tendências políticas.

De quando em quando a dôr interrompia as suas idéias, e seus lábios trêmulos

voltavam a murmurar à maneira de uma queixa ou de uma súplica:

— *Ay, mamita!... Qué barbaridad!... Qué barbaridad! Como me duele... Mamita... como me duele...*

Quis erguer-se como para fugir ao sofrimento, e conseguiu-o, porque um projétil o atingiu em meio da testa, lhe varou o crânio, e o seu corpo estremeceu todo e quedou imóvel cortando pela metade a última queixa:

— *Qué bar...*

— Momentos depois, — conclue Javier de Viana, — os revolucionários levantavam bandeira de parlamento: "Y la enseña blanca del vencido tremoló triste sobre el campo de muerte, besada por una brisa cálida que presagiaba tormenta".

XXXI

O CRIME DE SANJURJO

TELEGRAMA de Madrí informa haver o Procurador Geral da República requerido ao Govêrno a pena de morte para o general Sanjurjo. E o requerimento será deferido. O ilustre e prestigioso chefe militar será levado da prisão para um dos velhos páteos mouriscos, encostado a um muro, e derrubado com uma descarga de infantaria. Abrir-se-á um túmulo para o corpo. E o seu nome, aureolado pelo martírio, cobrir-se-á de lendas e glórias.

Os governos que eliminam dessa maneira os adversários assemelham-se, em geral, aos maridos que matam as mulheres. Fuzilar um homem, por delito político, seja êsse homem militar ou civil, é exaltar a vítima, transformando, não raro, um poltrão em herói. E no caso da Espanha essa condenação constitue a mais antipática das in-

congruências. A monarquia espanhola impopularizou-se, sobretudo, pela severidade com que castigava os que se rebelavam contra ela. Três anos antes da sua queda, dois capitães eram fuzilados em Jaca por haverem atentado contra a estabilidade da coroa. Erguendo nas mãos as cabeças dos dois conspiradores militares, os republicanos tornaram mais ativa a propaganda contra o regime feroz, e, uma vez vitoriosos, cobriram de flores as tumbas que a monarquia cobrira de lama. Estátuas estão sendo erguidas, já, aos que eram, ontem, cercados de maldição.

Os crimes da dinastia, amontoados, fizeram a escada para a República. Para proclamá-la, os republicanos históricos lançaram mão dos próprios defensores do regime que pretendiam derrubar, levantando contra Afonso XIII os regimentos com que êle contava. Quando o Rei precisou da espada do seu melhor soldado, esta se conservou na bainha, imóvel, como um defunto

em seu esquife. Os silêncio de Sanjurjo foi, para o soberano espanhol, uma surpresa igual à de César quando viu erguido sôbre o seu peito o punhal de Marcus Brutus.

A República, reconhecendo a excelência dêste serviço, conservou-o nos postos de comando militar em que o encontrara. E admira-se, agora, que êle, após um ano de intimidade com o regime novo, não lhe seja mais devotado do que fôra ao Rei que o fez general!

Os homens que sobem ao poder pelas conspirações militares, têm a ilusão, parece, de que, com a sua vitória, os outros homens deixarão de conspirar. Esquecem que a eficiência de uma arma é motivo para que todos procurem, na primeira oportunidade, usá-la e manejá-la. Cada conspiração triunfante abre caminho para uma conspiração nova. E a Espanha não poderia abrir uma excepção à regra.

Por isso mesmo, e por muito mais, a execução do general Sanjurjo será incon-

gruente e impolítica. Um crítico imparcial, em cuja alma se agasalhasse um filósofo, poderia, talvez, perguntar aos republicanos:

— Por que matais êste homem? Que diferença há no seu gesto de hoje e no de ontem? Por que o considerais agora um celerado, ao conspirar contra vós, a favor do seu Rei, e o consideráveis ontem um grande cidadão porque êle, conspirando contra seu Rei, trabalhava por vós? Até onde irá o vosso egoísmo? Sereis, porventura, os senhores da Vida e do Universo, e o centro da Criação, de modo que toda infâmia a vosso favor se transforme em virtude, e todo serviço a outrem, e contra vós, se transmude em infâmia? Sois, acaso, invulneráveis ao êrro, de modo que se possa conspirar contra todos e contra tudo, menos contra vós e contra a vossa autoridade?

Ademais, para que servirá esta morte? Desaparecerão, com êste conspirador, todos os conspiradores? Foi essa a ilusão de Primo de Rivera, quando mandou fuzilar os

dois militares de Jaca. E' essa a dos homens que podem, e a dos que vão conceder a sentença de morte para Sanjurjo. Mas os corpos dos mártires são sementes de heróis. Tombou um; outros virão. E quanto maior fôr o número de sementes, maior será a proliferação dos frutos sôbre a terra.

Certo, merece a morte quem arrasta os homens à morte. Cada conjuração, cada conspiração, dá ensejo a lutas e guerras. Quem a promove, está certo de que vai derramar sangue alheio, e deve pagar essa idéia com o seu. Mas, se êsse sangue que se derrama pede mais sangue? Será sabedoria punir de morte um crime de morte, se esta punição dará, fatalmente, origem a novas mortes?

Os homens públicos não têm tempo, como se sabe, para estas reflexões. O ódio e outros sentimentos rudimentares e primitivos metamorfosearam-se em idéias e axiomas, e sobrevivem, comprometendo a ordem política e a fraternidade humana. E conti-

nua por toda parte a sangueira, sob o império das paixões.

O episódio da conjuração de Cina contra Augusto, como o ideou Corneille, está, sem dúvida, fora da vida. O mundo não se guia pela imaginação dos poetas. Mas o homem pode viver, perfeitamente, à sombra de princípios menos ferozes, desde que não transforme os seus sentimentos em preceitos políticos sem submetê-los ao exame da razão.

— "Jamais plus d'assassins, ni de conspirateurs!" — exclama Lívia, na tragédia corneliana.

E êsse grito, rolando do fundo dos séculos, deve, agora, encher o mundo.

XXXII

CARTA A HANS SARRASANI

PATRÍCIO — O requerimento em que você pede para ser naturalizado cidadão brasileiro ainda não foi despachado pelo chefe do Govêrno Provisório. Transita, ainda, condecorado de estampilhas, pelas Secretarias de Estado. Tamanha é, porém, a certeza que eu tenho de que o seu papel será bem recebido pelos poderes públicos do meu país, que desde já me permito a alegria orgulhosa de dar-lhe o tratamento de "concidadão".

Brasileiro, ligado a esta formosa terra pelo coração e por um decreto, passa você, Hans amigo, a ser, agora, meu irmão. E é como irmão que lhe falo. E' como irmão que venho conversar com você cordialmente sôbre as vantagens que desfrutará como filho adotivo desta pátria, e, também,

sôbre as desvantagens que encontrará como dono de circo.

O Brasil é, na verdade, na hora presente, um dos raros paraísos do mundo. A terra é boa, e o povo é bom. Não temos vulcões, que sepultem os homens em lama fervente, nem invernos rigorosos, que enregelem as crianças nas ruas. As nossas revoluções são amáveis, e os revolucionários não guardam rancores. E' verdade que, no correr da luta, os fuzilamentos multiplicam-se, e há verdadeira chacina nos campos de batalha. Restabelecida, porém, a concórdia, os fuzilados reaparecem, e são contados os mortos que não retomam o caminho de casa, sem o menor vestígio da areia do túmulo.

Eu não sei, todavia, amigo Hans, se o seu circo não virá a ser prejudicado com a sua mudança de nacionalidade. A sua coleção de bichos é uma das mais ricas do mundo. A datar de Noé, eu não tenho notícia de quem comandasse arca mais populosa, nem mais variada na sua população. Até

agora, quando queria preencher as vagas existentes no circo, ia você a um pôrto africano ou asiático, desembarcava, e com o chapéu de cortiça à cabeça, o pavilhão germânico na esquerda e a carabina na direita, penetrava o sertão. Chegado à cubata, ou ao pagode do chefe siamês, à tenda do árabe ou ao "bungalow" do indú, exibia-lhe você a bandeira preto-vermelha-amarela, e havia, logo, um alvorôço lá dentro. Aquela bandeira não existia mais na Europa. Aquelas côres lavadas em nobre e heróico sangue humano, tinham-se dissipado. Mas, alí, à margem do Ganges, na orla do Deserto ou à vista das ondas mediterrâneas do Niassa, ainda eram tudo. Negros armados de azagaias, semitas armados de cimitarras ou anamitas armados de punhais de osso, partiam, gritando, floresta a dentro, ou areal a fora, atrás da girafa ou do leão. O nosso pavilhão verde-amarelo é, porém, desconhecido por lá. E, para prover suas jaulas ùnicamente na terra que seu cora-

ção escolheu para nova pátria, acabará você, em breve, transformando o enorme circo de praça, em modesta barraca de feira.

O Brasil, amigo Hans, não tem sortimento de bichos, como talvez você suponha. Você compreendeu mal aquele rapaz magro, maltrapilho, escaveirado, que, olhando para um lado e para outro, lhe foi oferecer, um dêstes dias, o camelo, o elefante, o leão, o tigre, o urso e o jacaré. E interpretou mal o que dizia aquele espectador a um outro, quando afirmava ter passado a semana inteira a cercar o cavalo e o touro, ao mesmo tempo, "pelos quatro lados". Sabe você o que dizia aquele caboclo descalço, ao afirmar-lhe que "matava o bicho" com duzentos réis? E aquele outro, que estava com os pés tortos por causa dos *bichos?* O Brasil é, na verdade, a terra do *bicho*. Mas o nosso *bicho* não é dos seus. No gênero dos que você procura, as nossas florestas são pobres. Aquí, por muito favor, arranjaria você a onça, o macaco e o tamanduá. Estes

dois acham-se, porém, na hora presente, protegidos pelas imunidades parlamentares. O nosso macaco é de pequeno porte, mas habilíssimo. Para trabalhar no trapézio, não há outro. Pula de galho em galho com uma facilidade assombrosa. Quanto ao tamanduá, seria um sucesso, se você lhe lançasse a mão. O tamanduá, quando vê o caçador, pôe-se de pé, escancara os braços e marcha para êle como se fosse o mais leal dos amigos. Assim, porém, que o cinge, mete-lhe as unhas nas costas, e não o abandona senão depois de morto. E', em nossa fauna, o animal político por excêlencia. E, no entanto, ainda há caçadores que se fiam nele!...

Nós temos, também, por aquí, um bicho que talvez lhe convenha. E a guariba. A guariba é o orador parlamentar da floresta. Ronca que é uma beleza. Mas não diz nada. De longe, amedronta. De perto, faz rir quem a vê, na sua tribuna, trepada num pau.

Excepção dêsses, não encontraria você, entre nós, animais interessantes. E poder-

-se-ia admitir Sarrasani ùnicamente com animais do Brasil? Um Sarrasani trabalhando com saguís, preás, mocós, quatís, cotias e tatús? Um Sarrasani que substituiu o tigre pelo cachorro do mato, a foca pela ariranha, o hipopótamo pelo macaco-prego? Um Sarrasani, cujo mundo, que hoje enche um navio, não encheria mais, sequer, uma chalupa de Niterói?

De qualquer modo, Hans, tome a nossa nacionalidade e coloque-se, desinteressado e amigo, sob a proteção do pavilhão verde-amarelo. Dizem os seus auxiliares que você é um homem de coração, e que os seus bichos, todos êles, têm por você uma veneração religiosa. Conta-se, mesmo, que você percorre os continentes há vinte anos, conduzindo, vivos, dois patos que lhe deram para comer. Dotado de sentimentos assim, seria possível que você não acabasse brasileiro?

Seja, pois, e para sempre, dos nossos. Fique entre os seus irmãos, que se dará bem.

Todos nós, aquí, somos de circo.

XXXIII

OS JUÍZES DE BERLIM

UMA das agências de informações que servem a imprensa carioca fornecia, não há muito, um documento curioso da mentalidade que preside, ainda hoje, a vida e a marcha de algumas sociedades do Velho Mundo. A Guerra, que destruiu tantas conquistas seculares e ameaçou o patrimônio moral da Civilização, poupou, na Alemanha, mesmo sob Hitler, alguma cousa do antigo acervo de virtudes e prejuízos. E entre estes, ou entre aquelas, está o espírito austero que preside a formação da família, — instituto que, em decadência em toda parte, pretende conservar aindà, naquele país, qualquer cousa da antiga majestade.

O caso concreto, a que se refere a notícia, é o de uma senhora da alta burgue-

sia berlinense, finamente educada e melhor dotada pela fortuna, a qual contraiu matrimônio há alguns anos, com um cavalheiro da "velha guarda", mas proveniente de uma classe em que não são levados em grande conta o apuro no trato e os atributos na polidez. Criado sob os influxos do antigo regime, ao contacto de um mundo que desapareceu com a Guerra, o marido conservou-se impermeável à evolução dos costumes e, casado, pretendia viver em 1933 como teria vivido matrimonialmente em 1913, isto é, tratando a sua espôsa como sua mãe, dêle, foi tratada pelo marido ou, mais acertadamente, pelo cavalheiro que, cronològicamente, poderia ter sido seu pai. A espôsa reclamou, protestou, reagiu. E o resultado foi o pedido de divórcio unilateral, em que a requerente alegava a impossibilidade de enquadrar o espôso, indivíduo rústico e sem cultura, no ambiente em que ela fôra educada. O seu marido era tão grosseiro, teria ela adiantado, que se recusara até a concordar com aquele pedido de separação, faltando assim com o cavalheirismo indispensável quando se é solicitado por uma senhora.

Levado de Tribunal a Tribunal, o requerimento dessa ilustre dama aristocrática sofreu as críticas mais acerbas e os exames mais judiciosos. Homens antigos, os juízes de Berlim, — e ainda há juízes em Berlim! — entenderam que estava nas suas atribuições amparar o acusado, bizarro documento humano da Alemanha antiga, veterano de uma sociedade que não mais existia, mas que, com as suas virtudes públicas e privadas, tinha feito da família tudesca uma das fôrças étnicas e morais que haviam tornado o Império Alemão uma das nações mais poderosas e respeitáveis do mundo. E denegaram o pedido de divórcio, obrigando a requerente a permanecer, com toda a sua polidez e os seus hábitos apurados e modernos, ao lado do soturno e rude companheiro que se recusara a evoluir com a sociedade em que ficou enquistado.

O primeiro Direito Romano, consubstanciado na chamada Lei das Doze Tábuas, estabelecia, em um dos seus aforismos: *patribus cum plebe connubii jus nec esto.* E com isso proibia, sumàriamente, o casamento entre patrícios e plebeus. Mas, se a patrícia alemã sabia que o noivo era plebeu, por que deixou a verificação dessa diferença de educação e de origem para depois do casamento? Se alguém errou, foi ela. Pague ela, pois, as consequências da sua leviandade.

O assunto é, como fàcilmente se compreende, tão complexo como uma discussão sôbre a existência de Deus, ou a imortalidade da alma. Quando George Sand demandava em 1836, com o conde Dudevant sôbre o seu divórcio, o Tribunal de La Chatre mostrou-se, durante algum tempo, irredutível, recusando a separação, apesar de pleiteada pelos dois interessados. E' dessa época êste grito de protesto da romancista, em uma carta a François Buloz: "Notre Tribunal est si bête et si arriéré, qu'il fait consister la morale publique et le repos de la societé à condamner à la plus touchante union des époux qui s'arrachent les yeux mutuellement!"

Em 1933 os juízes de Berlim pensam como pensavam os de La Chatre em 1836. De tudo isso, porém, pode resultar um benefício: as mulheres passarão a tomar em melhor consideração o conceito romano da lei das Doze Tábuas. Cavalheiro que não se encontrar à altura da pretendida, será fulminantemente recusado.

Levará a Tábua, na certa.

XXXIV

VENCESTE, ISRAEL!

OS judeus de todo o mundo festejaram, se me não engano, neste mês de setembro, a entrada do ano 5963 da formação do mundo, consoante o seu calendário. Participando, em 1930, de festa idêntica, o presidente Hoover dirigiu uma saudação aos homens desta seita domiciliados nos Estados-Unidos, e acentuou: "A raça judia fez inúmeras contribuições para o progresso da Humanidade; nenhuma, porém, tão preciosa como a contribuição para a sua vida espiritual". E essas palavras não foram apenas de boa política em um país dominado subterrâneamente pelo semita, mas de boa e pura verdade histórica.

Eu tenho pelo judaísmo, como doutrina, a mais viva admiração. Examinando-se o corpo de cada um dos credos religiosos

atualmente seguidos no mundo, verifica-se que nenhum há, literalmente, tão completo e uniforme. Isso explica a adopção do Antigo Testamento pelo Cristianismo, a autoridade que lhe reconhece o Alcorão e a perfilhação integral da Bíblia por uma parte do Protestantismo, quando êste recusou tantos dogmas da Igreja Católica. Moisés deve ser considerado, pela minúcia e perfeição dos seus códigos, o maior e mais inteligente legislador de todos os tempos. À sabedoria e à homogeneidade da Lei, deve o povo de Israel a sua existência de trinta e cinco séculos, e ter se mantido como a única nação do mundo que pôde viver sem possuir território. A sua legislação é de tal modo definitiva, que excetuadas algumas exigências impraticáveis no mundo moderno, o judaísmo tem constituído, por toda parte, um Estado no Estado. Nem Augusto Comte, com seu corpo de disciplinas, conseguiu um código tão perfeito e racional para a conduta individual ou coletiva. E' conhecida a

frase de Averhóes, ou a êle atribuída: "Religo christianorum, religio impossibilium; religio judaeorum, religio puerorum; religio mohametanorum, religio porcorum". Israel não devia, na verdade, emprestar caráter divino à lei mosaica. Se o judaísmo é infantil, é ùnicamente por isso. Jeová, se existe, é por obra de Moisés. O homem, no judaísmo, é o Criador e Jeová, històricamente, apenas a sua criatura.

Sob o ponto de vista social e prático, a obra do semita é ainda mais admirável. Partindo de um obscuro recanto da Ásia há dezenove séculos, êsse punhado de homens, de tal maneira resistiram às perseguições e se multiplicaram, que constituem, em nossos dias, uma formidável potência internacional e, pelo seu dinheiro, pelo seu gênio, um dos mais poderosos esteios da civilização contemporânea. Há uma velha anedota em que se conta que, certo dia, foram chamados à presença do Senhor um protestante, um católico e um judeu.

— Eu estou satisfeito com o que vocês fizeram na terra, — disse-lhes o Eterno; — e como prêmio, vou fazer com que tornem ao mundo, onde cada um terá o que mais deseja para viver feliz.

— Tu, Marcos, que desejas? — indagou voltando-se para o católico.

— Senhor, eu quero todas as pedras preciosas do mundo.

— Tu, John? — perguntou ao protestante.

— Todo o dinheiro do mundo, Senhor.

— E tu, Jacó?

E o judeu:

— Senhor, eu quero pouco: basta-me o enderêço dos dois!

Essa anedota contém, na sua singeleza maliciosa, um resumo histórico. Os judeus saíram da Palestina há uns dois mil anos, tendo apenas o enderêço dos povos que possuíam dinheiro e jóias. E hoje o dinheiro e as jóias estão com êles. O mundo associou-se a êles, como o outro, tendo o capital, e

êles tendo a experiência. E hoje o mundo tem a experiência e êles o capital.

Tudo isso não será, na verdade, o resultado de virtudes especiais, de qualidades superiores e respeitáveis, que nós abominamos porque as desconhecemos ou, melhor, porque não as possuímos? A geração literária francesa que precedeu a atual foi, como se sabe, quasi toda anti-semita. Foi a geração que fez o caso Dreyfus, e a que pertenceu ainda, como um precursor, Edmond de Goncourt. Êste conta que, em 1889 ou 1890, em um jantar mundano, no qual se encontravam alguns judeus de alta finança, um dêles lhe disse ao ouvido:

— Se vocês não nos destruírem dentro de quinze anos, dentro de trinta não terão mais um "sou" para comprar a corda com que nos enforquem!

E a profecia cumpriu-se. A atual geração literária francesa, que fez do judeu Proust o seu ídolo, não passa, realmente, de uma conspiração de semitas. Todo o seu es-

fôrço, começado com o elogio do judeu Disraeli pelo judeu Maurois, e caracterizado pelo ataque à memoria dos anti-semitas da geração anterior, não tem sido mais do que uma investida de judeus que, senhores dos grandes jornais europeus e, especialmente franceses, acabaram se instalando, também, na literatura.

E a França tradicional e católica não tem agora, sequer, como êles anunciaram, o "sou" para a corda.

XXXV

UMA VISITA A SÃO PEDRO

NO dia de São João, cêrca de cinco horas da tarde, achava-me eu mergulhado em triste meditação a uma das janelas do arranha-céu em que moro, quando ouví um ruído de papel de sêda machucado, que vinha do alto. Erguí os olhos e vi, bailando a poucos metros acima de mim, um balão verde, azul e amarelo, e que, apagado e murcho, descia lentamente, dobrando-se sôbre si mesmo. Bateu no fio do telefone, e deteve-se. E tão perto de mim, que, erguendo a bengala em que me arrimo, conseguí pescá-lo, trazendo-o para dentro da sala.

O que nos vem do céu, dá-nos sempre a doce impressão de cousa boa. Mesmo quando se trata de um balão encolhido e amassado. O que desce do firmamento, é Deus quem manda. E era com êsse pensamento,

que passava em revista os gomos de papel cortados em losango, e ligados uns aos outros, quando, no lugar em que devia ter funcionado a bucha, meus dedos tateantes encontraram, prêso por um fio estreito, um pedaço de papel, dobrado em quatro, como os bilhetes de namôro. Desdobrei o papel, e vi que se tratava, realmente, de um bilhete, escrito a máquina, e que dizia, simplesmente, isto:

"No dia em que apanhares êste balão, deita-te antes da hora do costume. Dorme, sonha, e, no teu sonho, vem até cá."

E, por baixo, a assinatura:

"Pedro".

O conselho era convidativo e original. Não trazia enderêço, é verdade. Mas, devia ser para mim. Eu sou um sujeito execessivamente modesto. Se, ao amanhecer, encontrasse, na minha correspondência, um envelope sem sobrescrito, mas com o timbre do Catete, convidando para escolher uma das pastas ministeriais, na recomposição do Go-

vêrno, eu iria, pé ante pé, metê-lo por baixo da porta do apartamento vizinho. Mas, em se tratando de comunicações com o Paraíso, eu me sinto perfeitamente à vontade. Eu tenho sofrido tanto nestes últimos cinco anos, que os santos, os mártires e os bem-aventurados me tratam como camarada. Quando todos os dias, começo, aquí em baixo, a fazer os curativos que a cirurgia dos homens me impõe, São Sebastião, lá em cima, tapa os ouvidos e os olhos, achando que as suas setas, comparadas às minhas, são café pequeno. Daí a naturalidade com que li o bilhete, e a displicência com que exclamei:

— E' para mim mesmo...

Com essa convicção, deitei-me, naquela noite, pouco depois das onze horas. Deitei-me, e, para facilitar a viagem, tomei uma pastilha de brumoral. Os santos, quando prometem o sono à gente, fazem o milagre. Mas, sempre é conveniente facilitar o milagre com um pouco de narcótico. E eis por-

que adormecí imediatamente, e sonhei, e, no meu sonho, fui ter, naquela noite, aos caminhos e às portas do Céu.

Pessoas que assistiram a algumas das duzentas e tantas representações da comédia "Amor", de Oduvaldo Viana, contaram-me que São Pedro aparece, alí, no seu escritório do Paraíso, trajando terno cinzento, sapatos amarelos, e lenço empinando a ponta fora do bolso pequeno. Oduvaldo andou, evidentemente, pelo Céu, antes de mim. Pois foi com essa roupa, exatamente, que encontrei o chaveiro, quando me veio receber à porta, na noite de São João.

— Olá! Recebeu o meu bilhetinho? — disse-me, puxando-me para o interior, e deixando a porta encostada.

— Recebí, recebí... — confirmei. E aquí estou às suas ordens.

Sentámo-nos, os dois, em dois pedaços de estrêla, que fazia parte do mobiliário do escritório.

— Você quer chá, ou café? — consul-

tou, enquanto acomodava uns papéis sôbre a secretária.

— Café.

O santo bateu, duas ou três vezes, com a palma da mão sôbre um tímpano. Um anjo entrou, vestido de azul, os cabelos frisados, um laço de fita em cada asa.

— Diga a S. Paulo que mande café... — recomendou o santo.

— Quem fornece café aquí é S. Paulo? — indaguei.

— E'. Êle fornece lá na Terra, e aquí.

E após um instante:

— Mandei aquele bilhete a você para me distrair um pouco... Você não imagina o que é a monotonia da vida aquí no Céu! Calcule que, às vezes, se passam semanas sem que apareça por aquí uma alma!...

— Então, não vêm mais almas para o Céu?

— Qual, nada! Lá uma ou outra... De modo que eu resolví abandonar isto, aposentar-me, e voltar para a Terra.

— Para a Terra, meu santo? E isto aquí?

— Isto aquí está liquidado. E de tal forma que o Senhor já deliberou, por proposta minha, transformar o Paraíso em simples dependência do Purgatório. Eu me aposentarei e virá, como chefe de secção, para cá, um bem-aventurado qualquer... Os anjos vão ser todos dispensados...

— Ahn! E que serviço lhe posso eu prestar nessa emergência? Algum préstimo que eu possa ter, está à sua disposição.

— E é isso o que eu desejo. Desempregado aquí, pretendo ir, como lhe disse, para a Terra. E quero que você me arranje, por lá, uma colocação... Cousa modesta, para principiar... Trezentos ou quatrocentos mil réis...

Refletí um pouco. Lembrei-me dos amigos a que poderia recorrer. Batí na testa:

— Ah! Uma idéia!

— Qual?

— A Academia!

— A Academia Brasileira de Letras? Ah, esta, não!

— São quatrocentos mil réis por mês, meu santo!

— Eu sei, eu sei... Mas, eu não lhe estou dizendo que desejo viver na Terra?

— E a Academia não é na terra?

— A Academia é, mas, você não está vendo que os acadêmicos estão passando todos para o lado de cá? E é isso que eu não quero. Para ir, e voltar, não me convém. Depois, êsse negócio de Academia é com o Lucas.

— Com São Lucas?

— Sim: êle é que é médico. E, se me não engano, é preciso ser médico para fazer parte da Academia. Não é, não?

— Não, senhor.

— Pois, olhe, eu supús que fosse... Uma alma que subiu do Rio de Janeiro outro dia, contou-me que todos os médicos do Brasil são candidatos à Academia de Letras.

— Mentira dessa alma! Há alguns que não são.

— E se eu fôr candidato, serei eleito?

— Meu santo, isso é que eu não sei... Aí é que é preciso um milagrezinho.

— Milagre?

— E então! Alí é como no Céu antigamente: só se entra quando Deus puxa.

— Mas, com o seu voto eu conto... Posso ou não posso contar?

Fiquei vermelho, e atrapalhado. Aquí na Terra, lugar de pecado, eu minto com enorme desembaraço. No Céu, porém, sentia constrangimento.

— Fale, meu filho. Seja franco!

Desembuchei:

— Meu santo, eu o queria lá na Terra, a meu lado, com o seu vistoso fardão acadêmico. Mas, tenha paciência, e diga-me uma cousa: Deus Nosso Senhor não será candidato?

São Pedro pôs a mão no queixo.

— Espere aí, que eu vou perguntar, — disse, desaparecendo por trás de uma porta de ouro, vedada por um reposteiro de nuvens.

Ao cabo de alguns instantes, regressou. Vinha calmo e triste.

— Filho, vá embora... Desça para a Terra...

— Mas, meu santo, e a resposta? O Senhor é ou não é candidato?

— Não, não é. Nem eu o serei. O Senhor está indignadíssimo com a Academia.

E, empurrando-me para a porta:

— Diz êle que, em acadêmico, não há que fiar, pois vocês, quando prometem o voto a Deus...

— ?...

— No dia da eleição, votam todos no Diabo...

Quis repelir o insulto. Mas já estava acordado.

XXXVI

CHÔ ! URUBÚ !

QUANDO, em fevereiro de 1916, se deu no Rio de Janeiro, o óbito de José Veríssimo, o escritor Raimundo Morais, que dirigia por essa época um excelente vespertino em Belém, publicou alí um artigo sugerindo o meu nome para preenchimento da vaga na Academia Brasileira de Letras. A notícia dessa lembrança veio por telegrama. O futuro autor da *Planície Amazônica* recordava que o patrono da cadeira desocupada era João Francisco Lisboa, um maranhense, que Veríssimo era do Pará, e que eu pertencia aos dois Estados, pelo nascimento e pela iniciação literária. O *Jornal do Comércio,* na sua edição vespertina, secundou a idéia, em um grande tópico amável, que vim a saber, mais tarde, e com espanto agradecido, proceder da pena de Felix Pacheco. E foi essa a primeira vez que

se ligou o meu nome obscuro ao nome prestigioso da Academia, cuja intimidade não havia figurado, jamais, entre as preocupações ordinárias ou extraordinárias da minha vida.

O nome do Barão Homem de Melo, augusta relíquia nacional, indicado pelos discípulos dêsse velho mestre e antigo ministro do Império, teria feito calar a voz da minha esperança, se eu, porventura, a tivesse alimentado. Dias depois do aparecimento dessa candidatura, encontrei-me, à rua do Ouvidor, com Emílio de Menezes, que me interpelou:

— E's ou não és candidato à Academia? Se és, eu não tomo compromisso com outro.

— Absolutamente! — respondí. — Deixa entrar o Barão. E' uma figura respeitável. Seria irrisório que eu, que ainda não tenho 30 anos, fosse concorrer com um homem ilustre, que tem oitenta e um.

— Lá isso é, — concordou Emílio, preparando a pilhéria. — Além disso será por pouco tempo.

E ao meu ouvido:

— O Barão já entra com a vaga nas costas...

Dias depois, na Sociedade Brasileira de Homens de Letras, conversávamos, Alcides Maia e eu, quando surgiu, hierático, imponente e pausado, o Barão Homem de Melo, que ia pedir o voto ao autor das *Ruínas Vivas*. Lembro-me ainda do modo por que o velho titular se dirigiu ao seu futuro eleitor:

— Mancebo, — começou, — aquí venho pedir os vossos sufrágios para o meu nome na provecta Academia Brasileira de Letras, na vaga do infortunado dr. José Veríssimo de Matos...

Afastei-me um pouco, e, quando o postulante se retirou, Alcides me perguntou por que me não inscrevia.

— E' muito cedo, — disse-lhe. Eu tenho, até agora, apenas um livro publicado. Há muita gente adiante de mim, com obra

literária mais volumosa e expressiva... Aí está, por exemplo, Fulano (e disse-lhe o nome de um amigo nosso), que tem dez ou doze volumes, e ainda não está na Academia.

Alcides objetou:

— Isso não é motivo nem argumento. Fulano tem dez ou doze volumes, mas não tem nenhum livro. Tu tens um só, mas é um livro. E' preciso distinguir entre livro e volume.

O Barão entrou, e morreu. Deu-se a vaga, e eu me não movi. Outras vagas se verificaram durante quasi três anos. A Academia continuava a ser um sonho cuja realização me parecia tão impossível que eu nem cuidava dêle. Até que, em 1918, eu, que telefonava todas as noites para Coelho Neto, cuja amizade era e é um dos maiores orgulhos da minha vida, comuniquei ao escritor eminente, a morte de Emílio de Menezes.

— Vai agora você ter novas importunações com os candidatos à Academia... concluí.

— Vai ser um inferno, — confirmou o grande romancista.

E, prontamente:

— E tu, por que não te apresentas?

Ri, do outro lado do telefone.

— Por que ris? — observou Neto.

— Porque ainda não pensei nisso.

— Pois, olha, é tempo de pensar. E, sabes de uma cousa? Deixa isso comigo. Eu vou conversar com alguns amigos nossos, e direi, depois, se deves, ou não, te apresentar candidato.

Dois dias mais tarde dava-me a resposta favorável. Um grupo de acadêmicos, seus amigos e meus, sufragariam o meu nome. E eu, oito dias após a morte de Emílio de Menezes telegrafava aos membros da Academia, a cujas festas jamais havia comparecido, e cujos eleitores me eram, pessoalmente, na sua maior parte, desconhecidos, pedindo-lhes o voto para a vaga verificada com aquele lutuoso acontecimento.

Essas informações vêm, aquí, a propósi-

to da impressão triste, constrangedora, causada na Academia pela sofreguidão com que alguns candidatos à cadeira de Santos Dumont correram a pleitear a imortalidade acadêmica, na vaga do eminente inventor nacional.

— Eu recebí pedidos de votos antes de haver lido a notícia da morte! — informava um acadêmico.

— E eu recebí telegramas no mesmo sentido três horas depois do óbito! — informava outro, mostrando a papeleta do telégrafo.

— Pois, eu, — informava um terceiro, — recebí a visita de um candidato mais de trinta dias antes da existência da vaga. Um dêsses candidatos esteve em minha casa há mais de um mês, pedindo o meu voto para a cadeira... do primeiro acadêmico que morresse!

E todos:

— E' horrível, isto! Convém uma reação. Não devemos votar em nenhum dêsses

cavalheiros, legítimos côrvos da imortalidade!

E declararam-se, todos, de acôrdo.

Êsse episódio, revelador da decadência da elegância de atitudes nos círculos literários, vem pôr em evidência um episódio, e uma lição, frequentemente lembrados pelo nosso velho mestre Carlos de Laet. Era Laet redator de Debates no Senado do Império, quando, um dia, foi àquela casa de parlamento um moço bem vestido, que pretendia falar com urgência ao presidente, prestigioso senador cujo nome não me ficou na memória. Era portador de uma carta, assinada por um ministro e em que êste pedia para o seu recomendado um lugar na Secretaria.

— Eu teria grande prazer em servi-lo, — respondeu-lhe o venerando senador, após a leitura do documento; — mas, infelizmente, não há vaga na ocasião.

— Eu sei, eu sei, — atalhou pressuroso, o recomendado ministerial; — não há,

mas vai haver. O senhor Fulano, funcionário aquí do Senado, está muito doente em Niterói, e eu vim de lá agora mesmo, e deixei-o agonizando...

— Está muito bem, — atalhou o presidente do Senado; — eu lhe agradeço a informação; e, diante dela, peço-lhe que diga ao Senhor Ministro que não há vaga; e que, quando houver, absolutamente não será para o senhor. Pode retirar-se!

A Academia está, parece, disposta a proceder com a mesma altanaria, para que os seus membros possam morrer em sossêgo, e ser chorados com respeito e tranquilidade. Os vivos têm o dever de espantar os corvos que pairam sôbre os corpos dos mortos.

— Chô! urubú!...

XXXVII

PIEDADE PARA O CIDADÃO LADRÃO

A gravidade da situação econômica ou financeira de um país não pode ser aferida, creio, pela paralisação das suas indústrias e consequente número de desocupados, mas pela miséria dos que trabalham, pelo nenhum proveito auferido pelos que, sem ter cruzado os braços, se vêem na penúria mais negra apesar dos sacrifícios feitos, dos perigos afrontados e dos esforços dispendidos. Que os desocupados sofram a fome, é explicável e natural. O que, porém, está fora de toda justiça humana e divina, é que amanheça sem pão, um desventurado chefe de família que passou a noite inteira a esbaforir-se no exercício de um ofício penoso, e com a circunstância, ainda, de não contar com uma legislação em que apoie o seu direito,

para reclamar contra o esbulho clamoroso. Quando um país possue trabalhadores nessas condições, é que atingiu, mesmo, o fundo do abismo, na crise do trabalho e dos negócios.

E é essa, desgraçadamente, a condição do Brasil, na hora presente. O govêrno podia suspender, como suspendeu, o pagamento dos juros e amortizações dos empréstimos externos. As rendas fiscais poderiam cair, como caíram. As fábricas podiam fechar; o câmbio podia transformar-se de índice, que era, da balança comercial, em aparelho de funcionamento artificial para impedir o maior empobrecimento da nação. Seriam, e são, fenômenos da crise universal. Como, porém, não sentir o homem prudente um arrepio de terror, ao saber que os próprios ladrões do Rio de Janeiro se acham atirados à miséria, curtindo a fome, não obstante os esforços que têm empregado, dentro das possibilidades do seu ofício, para evitar essa desgraçada situação?

Contam, na verdade, os jornais, que uma quadrilha assaltou uma destas noites a agência da Caixa Econômica no largo da Carioca, levando para isso, toda a ferramenta para um trabalho perfeito e completo. O cofre foi aberto. Nada faltou, como técnica, para o sucesso da emprêsa. Queimando as mãos no maçarico, esforçando-se para não interromper o sono da vizinhança ou incomodar a guarda-noturna, êsses abnegados operários anônimos trabalharam a noite toda para a conquista de um pedaço de pão. E que remuneração tiveram? Nenhuma! Aberto o cofre, encontraram-no vazio! Nem uma cédula! Nem um níquel! Anteontem, repetiram a mesma tentativa na caixa-forte da Companhia de Anilinas. E o esfôrço foi coroado pelo mesmo insucesso. Por toda parte, cofres vazios! Em todos os cofres, o vácuo, o deserto, a solidão... E que conclusão tirar da situação brasileira se nem os ladrões, indo diretamente aos cofres que supunham repletos, conseguem, com o

seu pé-de-cabra e as gazuas complementares, arranjar um pouco de dinheiro para as suas mais prementes necessidades?

Dirão, talvez, os sofistas, os espíritos paradoxais, que os ladrões não retiraram dinheiro da Caixa Econômica porque foram à noite, alegando que as pessoas que alí vão durante o dia sempre retiram dinheiro. Os ladrões não ignoravam isso. Mas, como ir durante o dia se êles não possuíam caderneta de depósito? Como poderiam apresentar-se para tirar dois ou três contos de réis, se êles não tinham pôsto dinheiro lá? Para receberem essa resposta dos funcionários? Para escutar aquilo que êles já sabiam, e passarem, ainda, pela vergonha constrangedora de uma negativa na presença de estranhos? Não! Os ladrões são gente de brio. À humilhação de uma recusa durante o dia, preferem o roubo, durante a noite. A decepção às vezes é a mesma, como acaba de acontecer agora. Mas o ladrão não se sente diminuído na sua dignidade nem

desmoralizado no seu ofício, porque não houve testemunhas do lôgro de que foi vítima.

A sociedade moderna é, parece, demasiadamente injusta com os ladrões. Entre os espartanos havia campeonatos de furto. Cristo, como ninguém ignora, levou Dimas, ladrão de Jerusalém, para o reino dos Céus. E já houve notícia, por acaso, de que êle tivesse furtado, por lá, a auréola de algum santo ou comido o carneiro de João Batista? Absolutamente, não. Deram-lhe vida sossegada, e Dimas tornou-se bom, honrado e fiel.

As emprêsas ricas do Rio de Janeiro estão, evidentemente, praticando uma desumanidade, deixando supôr aos ladrões que elas possuem dinheiro em caixa. Para que essa insinceridade? Para que dar um trabalho doloroso e inútil a uma classe numerosa em uma época em que ela se vê em luta com as maiores necessidades? Se as emprêsas costumam pôr uma tabuleta avisando que não têm vagas no escritório ou

nas oficinas, por que não põem outra, avisando que não há dinheiro no cofre? Conta-se de um sujeito, homem pobre e sereno, que, ao ver que um ladrão lhe estava escalando a janela deixou-o chegar em cima, e disse-lhe, mansamente:

— O senhor entrou aquí por engano, com certeza... Eu sou um homem pobre... Mas, olhe, está vendo alí aquela casa? Alí mora um capitalista... Não perca o seu tempo comigo, que eu não possuo dinheiro nenhum, e o senhor não encontraria à noite aquilo que eu não encontro de dia. Vá!

Assim devem fazer os estabelecimentos que não possuem dinheiro em caixa: façam a declaração, e deixem à porta do cofre uma tabuleta avisando aos ladrões as casas que êles podem assaltar com proveito. Façam, mesmo, se possível, os seus chefes, o que fez São Francisco de Assis, o qual, informado de que os frades do seu mosteiro haviam recusado agasalho a uns ladrões, correu a

procurá-los na estrada por onde haviam seguido, e fez de cada um dêles um soldado da sua fé, para o santo serviço de Deus.

Piedade, pois, para os cidadãos ladrões, pobre classe desprotegida e em crise, e que difere de muitas outras ùnicamente porque, por modéstia própria, opera de noite, e permanece por injustiça do próximo, fora da sociedade e da lei.

XXXVIII

A VOLTA AO CAMPO

A volta ao campo, que constituiu o objeto de toda uma literatura vigorosa no princípio do século, e que Tolstoi transformou em humano e glorioso apostolado, está se tornando para nós, uma urgente e imperativa necessidade. Urge convencer as novas gerações brasileiras que não há prosperidade possível, nem riqueza estável, onde os homens desprezam a terra. Para o espírito inteligente, servido pelo braço trabalhador, não há gleba inútil, ou fatigada, que não renasça e se revigore. Em 1789, nos dias vermelhos da Revolução, os campos de semeadura estavam, na França, de tal maneira cansados, que o trigo não rendia mais de cinco por um. Foi por essa ocasião que um convencional de nome Gufroy, teve uma

idéia que mostra, episòdicamente, o estado de desespêro da época e, não menos, a mentalidade reinante. O país possuía então, vinte e cinco milhões de habitantes, mas só lhe era possível, pela pobreza e abandono das terras, assegurar a subsistência a cinco milhões. O que fazer nessa emergência?

— "Massacremos vinte milhões! A França está povoada demais!" — propõe Gufroy, na tribuna, e sustenta, no seu jornal.

Êsse episódio, que vem narrado por Charles d'Hericault, em *La France révolutionnaire,* deixa entrever o que eram, para o homem, o problema do pão, e as noções, então vigorantes, da capacidade produtiva do solo. Há cinco ou seis anos foi aberto pelo govêrno francês, um inquérito para servir de base à história agrária do país. E apurou-se que há famílias, alí, que vivem do mesmo pedaço de terra, sem o alienar ou mudar de profissão, há mil e duzentos anos, isto é, desde o período carlovíngio!

A base dos nossos erros em matéria de agricultura é constituída, todavia, no Brasil, por três inconvenientes: a extensão do território, a migração para as cidades e a legislação que regula a propriedade. Esgotada a terra, os antigos agricultores abandonavam-na, indo cultivar adiante. Faixas imensas do nosso litoral estão hoje em abandono. Distanciando-se das cidades litorâneas, centros consumidores ou controladores da produção, o produtor terá de pagar mais caro o que compra e entregar mais barato o que vende, para compensação das despesas de transporte. Dêsse primeiro inconveniente decorreu, e decorre ainda, o segundo. Educado nas capitais, o filho do fazendeiro, ou do agricultor, diplomado em medicina ou em direito, não se conforma com a sentença de ficar enterrado vivo, indo residir a duzentas ou trezentas léguas dos lugares a que se habituou, e de que o separam, pela migração constante para a região das terras frescas, outras tantas léguas de

deserto. A má distribuição da riqueza, a manutenção de um regime econômico verdadeiramente medieval, completa o quadro alegórico do nosso primitivismo agrário.

Conviria acentuar, talvez, como um dos inimigos da nossa prosperidade agrícola, isto é, da nossa transformação em celeiro mundial de cereais, a situação geográfica que ocupamos no planeta. Nós estamos colocados, como se sabe, fora de todas as grandes rotas comerciais, ou mais claramente, a grande distância dos mercados consumidores dos produtos agrícolas que ordinàriamente cultivamos. O algodão tem o seu concorrente no do Egito; o arroz, no da Índia; o cacau, no da Costa do Ouro; o açúcar, no de Cuba e de Sumatra; e o próprio café, no da América Central, — regiões que podem levar a sua produção aos pontos de aquisição sem fretes dispendiosos. Para concorrer com êles nos mercados europeus, ou norte-americanos, nós temos, pois, de produzir mais barato do que os nossos competidores,

reduzindo no custo aquilo que vamos gastar no transporte. A Argentina faz, é verdade, grandes negócios com o trigo; mas os seus consumidores principais são os países sul-americanos, que ainda não produzem êsse artigo. A sua fôrça econômica está, porém, na pecuária, que será o privilégio, dentro de alguns decênios, dos povos que dispõem, como o nosso, de imenso território.

A agricultura é, todavia, de todas as ocupações do homem, a mais natural e agradável. Ela adoça o espírito e aperfeiçoa o coração. O contacto com as criações diretas e vivas da terra dá-nos uma sensação profunda de repouso, enchendo-nos a alma de suave apaziguamento. "A filosofia e a agricultura são os dois refúgios honrosos em que, se nós ainda somos enganados, não o somos pelos homens", — dizia o príncipe de Ligne. E Jean-Jacques, após uma hora de confabulação com a natureza: "A agricultura é a primeira ocupação do homem; é a mais honesta, a mais útil e, consequente-

mente, a mais nobre que se possa exercer". Isso explica, talvez, a alegria sábia e sincera com que Diocleciano preferia o cuidado do seu jardim e das suas alfaces, em Salona, a todas as honras e esplendores do seu império.

Todos os povos primitivos têm, sempre, o culto da terra fecunda. O mito de Deméter, que se transformou no de Ceres entre os romanos e que provinha, já, do de Ísis, dos egípcios, é o louvor comovido do homem ao solo que lhe dá o pão. Conta-se que os figalianos, povo da Arcádia, tinham uma estátua de Deméter, que cultuavam por ocasião das colheitas. Era de madeira e, um dia, incendiou-se. Esquecida a tradição, a deusa abandonou a Arcádia. E uma grande fome assolou a região, que só se repovoou e refloresceu quando os homens restabeleceram o culto da divindade materna. O que êsse belo símbolo faz sentir e reconhecer, é que nenhum povo pode subsistir sem vida agrícola. Anteus de nova espécie, êles,

para se refazerem e perpetuarem, têm que tocar, não com os pés, mas com a bôca, no seio imenso da Terra. Para perpetuar êsse culto na sua forma prática e inteligente Catão escreveu o seu tratado *De agricultura*. E não era sem conhecimento da vida áspera, e das doçuras da atividade rural, que Xenofonte considerava a Agricultura "a mãe de todas as indústrias".

XXXIX

BRASIL DA SILVA

TENDO à mão um ofício da Associação Brasileira de Imprensa, foi ter ao Quartel-General, ontem, procurando falar ao sr. ministro da Guerra, um jovem soldado cego. Em 1930, quando o país, de norte a sul, se erguia, bêbado de esperança, para renovar o seu panorama político, êle se unira aos que marchavam, e marchou, também, cantando, para a vitória. Nas vésperas, porém, do triunfo, perdeu os olhos. Um estrondo, uma nuvem de poeira, e, em seguida, a noite, a escuridão. Tateou em tôrno, procurando apôio. Mãos amigas o seguraram. E nunca mais viu o Sol.

Ia Saulo, centurião romano, de Jerusalém para Damasco, levando ordens do Sumo Sacerdote para prender e castigar os cristãos que alí encontrasse, quando, em ca-

minho, se viu cercado sùbitamente de intensa claridade, que baixava do céu. O seu cavalo empinou-se, espantado, atirando ao solo o cavaleiro. O soldado de César levantou-se da terra, e abriu os olhos. E soltou um grito de dôr, porque estava cego. Êsse pagão, que viu a Cristo na treva e a quem a cegueira redimiu, foi S. Paulo.

— Saulo! Saulo! por que me persegues? — gritou-lhe o Senhor.

E Saulo, convertido, foi o mais perfeito soldado de Deus, que, para que êle o servisse, lhe restituiu os olhos e lhe deu, com êles, o prestígio da fé.

Brasil da Silva, o soldado cego que a Associação Brasileira de Imprensa, pela pena do seu presidente, mandou apresentar ontem ao sr. ministro da Guerra, não vinha a Damasco para combater os cristãos, mas aliar-se a êles, no serviço da religião nova. Os que marchavam a seu lado traziam, todos, uma ambição ou uma esperança. O que menos pretendia, pretendia uma grande ração de liberdade. E todos, ou quasi todos, conseguiram o que desejavam. Houve quem se contentasse com um cartório e houve quem se satisfizesse com um pão. E houve até quem se sentisse pago da viagem longa, e dos riscos da expedição militar, amarrando o seu cavalo a uma coluna de pedra no coração da Avenida, repetindo a volúpia do bárbaro que foi das Gálias à Itália para cuspir na face das estátuas romanas.

Ao têrmo da viagem, Brasil da Silva não pediu nada à Revolução. Não cobiçou uma pasta de ministro, não pleiteou uma interventoria. Não foi candidato a um lugar de tabelião. Não solicitou promoção no exército. Não desejou, para si, um cargo até então ocupado por outrem. Brasil da Silva queria apenas os seus olhos, isto é, as duas moedas que lhe haviam sido arrebatadas e que lhe davam direito a assistir a todos os espetáculos da vida e do mundo!

Desiludido de rehavê-los, o jovem soldado da Revolução, meu quasi irmão de vis-

ta e meu adversário naquele tempo, foi bater à porta da Associação Brasileira de Imprensa. Não lhe foi pedir que enxergasse por êle, pois sabe, por adivinhação ou pressentimento, que a imprensa está com um argueiro num ôlho e com um cavaleiro no outro. Nem lhe foi solicitar, igualmente, uma esmola, porque não ignora o que está entrando pelos olhos de um cego, isto é, que os gerentes dos jornais estão estendendo a mão de manhã à porta das igrejas e no canto das ruas, para poderem pagar, à tarde, os redatores, os repórteres e os linotipistas. Brasil da Silva, tateando o corrimão da escadaria vasta que leva ao salão da Associação Brasileira de Imprensa, foi pedir ao seu presidente, dr. Herbert Moses, judeu de alma cristã, ùnicamente isto: que lhe conseguisse do sr. ministro da Guerra uma cama e um prato no Asilo dos Inválidos da Pátria, afim de que possa assistir, sem fadiga e sem fome, com o auxílio dos ouvidos, ao desenrolar do espetáculo da Revolução,

no qual colaborou obscuramente, trabalhando na preparação dos cenários. Operário na construção de Babel, perdeu a vista quando carregava o seu tijolo. Tem direito, pois, de acôrdo com a lei que regula os acidentes de trabalho, ao amparo por parte do dono da obra.

A esta hora, Brasil da Silva deve estar atendido. Os revolucionários brasileiros têm uma infinidade de defeitos, mas me fazem lembrar, principalmente os civís, e particularmente os do Rio Grande, aqueles populares da *Guerra Civil,* de Victor Hugo, e os soldados comunistas do *Sétimo Companheiro,* de Boris Lavreneff: o que lhes falta às vezes em tato político, sobra-lhes em coração. Dão-nos surras tremendas, mas não se vão embora sem nos porem nas equimoses o pano com vinagre. Como o gigantesco Ferrabraz da legenda carlovíngia, abrem feridas com a sua espada e oferecem a Oliveiros ensanguentado o bálsamo que as cicatrize.

A vitória revolucionária de 1930 contribuiu para que eu, que já possuía apenas uma das vistas, ficasse sem a metade da outra, queimando-a nas lâmpadas que iluminam dia e noite a minha mesa de trabalho. A Brasil da Silva, o desventurado cego a quem a Associação Brasileira de Imprensa acaba de estender a mão do seu presidente, levou as duas.

Mas, consolemo-nos ambos, e console-se, mais do que eu, Brasil da Silva. Há um outro Brasil, sem Silva, a quem a Revolução está custando, como a nós, os olhos da cara...

ÍNDICE

PÁG.

I — Um sonho de pobre. 5
II — Reflexões sôbre a morte . . . 13
III — Pro domo mea. 21
IV — Visita de irmãos. 27
V — Paquetá, asilo das aves desamparadas 35
VI — O assassinato de Sanchez Cerro . 41
VII — A reputação. 47
VIII — O jôgo 53
IX — A abelha e a mosca 59
X — A mulher e a sua missão social . 65
XI — A guerra ao homem. 71
XII — Zelenski e o futuro do mundo . 77
XIII — Os romances que a polícia estraga. 83
XIV — A reconciliação necessária . . . 89
XV — O destino da raça negra no Brasil 95
XVI — Os discípulos de Tarzan. . . . 111
XVII — Destinos. 123
XVIII — Jean Mermoz. 131
XIX — Olegário Maciel. 139
XX — O príncipe encantador 145
XXI — Benjamim Constant. 155
XXII — Hugo Ricaldoni 159
XXIII — Gabriel Terra 165
XXIV — Medeiros e Albuquerque . . . 173
XXV — 3 de Dezembro 179
XXVI — A morte de um profeta gentil . . 185
XXVII — O Marechal Pires 191

PÁG.

XXVIII — João Pessoa. 197
XXIX — A candidatura Miguel Couto . . 203
XXX — "Como me duele!... Mamita!..." . 209
XXXI — O crime de Sanjurjo 219
XXXII — Carta a Hans Sarrasani. . . . 225
XXXIII — Os juízes de Berlim. 231
XXXIV — Venceste, Israel! 237
XXXV — Uma visita a São Pedro . . . 243
XXXVI — Chô! Urubú!.... 253
XXXVII — Piedade para o cidadão ladrão!... 261
XXXVIII — A volta ao campo 269
XXXIX — Brasil da Silva 275